



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**ESCOLA POLITÉCNICA**  
**MESTRADO EM MEIO AMBIENTE, ÁGUAS E SANEAMENTO**

**DESIGUALDADE RACIAL NO ATENDIMENTO DOS SERVIÇOS  
PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO  
SANITÁRIO NO BAIRRO RUA NOVA, FEIRA DE SANTANA -  
BAHIA**

**THIAGO ASSUNÇÃO DOS SANTOS**

**SALVADOR**

**2020**

**THIAGO ASSUNÇÃO DOS SANTOS**

**DESIGUALDADE RACIAL NO ATENDIMENTO DOS SERVIÇOS  
PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO  
SANITÁRIO NO BAIRRO RUA NOVA, FEIRA DE SANTANA -  
BAHIA**

Dissertação apresentada à Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Meio Ambiente, Águas e Saneamento.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Roberto S. Moraes  
Co-Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Cristina Larrea-Killinger

**SALVADOR**

**2020**

---

S237 Santos, Thiago Assunção dos.

Desigualdade racial no atendimento dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no bairro Rua Nova, Feira de Santana-Bahia/ Thiago Assunção dos Santos. – Salvador, 2020.

120 f.: il. color.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Roberto dos Santos Moraes.

Coorientadora: Profa. Dra. Cristina Larrea-killinger.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Escola Politécnica, 2020.

1. Desigualdade Racial. 2. Bairro Negro. 3. Abastecimento de Água. 4. Esgotamento Sanitário. 5. Racismo Estrutural (Feira de Santana-Bahia). I. Moraes, Luiz Roberto dos Santos. II. Larrea-killinger, Cristina. III. Universidade Federal da Bahia. IV. Título.

---

CDD: 628.1



# MAASA

Mestrado em Meio Ambiente, Águas e Saneamento

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
ESCOLA POLITÉCNICA



**Thiago Assunção dos Santos**

**DESIGUALDADE RACIAL NO ATENDIMENTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS  
DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO  
BAIRRO RUA NOVA, FEIRA DE SANTANA-BAHIA**

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Luiz Roberto Santos Moraes  
Orientador  
Universidade Federal da Bahia

Profa. Dra. Crsitina Larrea-Killinger  
Coorientadora  
Universitat de Barcelona

Profa. Dra. Patrícia Campos Borja  
Examinadora Interna  
Universidade Federal da Bahia

Prof. Dra. Maria Elisabete Pereira dos Santos  
Examinadora Externa  
Universidade Federal da Bahia

Salvador  
22 de dezembro de 2020

## AGRADECIMENTOS

Agradeço...

Primeiramente a Deus, aos orixás que rege essa Terra, e ao Universo, pela vida dada a mim, para hoje estar aqui agradecendo e vivenciando esse momento de felicidade, por ter me dado forças e energia vital.

Aos meus avós, que ao mesmo tempo foram meus pais, Eunice Assunção (*in memorian*) e José Mota (*in memorian*) pela contribuição na minha criação e formação como ser humano. Com pouco tempo para acompanhar o meu desenvolvimento escolar, mas foi o suficiente para hoje, lá no céu, se orgulharem do neto que cuidaram desde muito novo.

A minha mãe, Maria Assunção, mesmo distante, esteve presente na minha formação como indivíduo, como Engenheiro Ambiental e Sanitarista, e hoje, mestre em Meio Ambiente, Águas e Saneamento. Talvez para ela esse título ainda soe estranho, mas se tudo isso é para a minha felicidade, ela também compartilha desse sentimento.

Agradeço aos meus demais familiares tios/as, primos/as, irmãos pelo apoio e incentivo para dar continuidade à minha formação científica e de pesquisador.

Ao meu companheiro Eduardo Miranda por estar ao meu lado nessa jornada sempre dando apoio, incentivos, por acreditar no que eu defendo na minha área de formação, por ter tido paciência comigo, por ter me dado tranquilidade nos meus momentos de tensão e ansiedade e, também, por entender o tempo necessário para abrir mão de nossas coisas para dedicar a essa dissertação.

Ao meu orientador Prof. Dr. Luiz Roberto Santos Moraes, pessoa que tenho muito respeito e admiração pelo seu trabalho e dedicação na área do saneamento básico e sua luta por justiça social, tal comportamento me faz pensar e cada dia me tornar um exemplo de ser humano como ele. Obrigado Prof. Moraes, por acreditar em mim, e mais ainda nessa nova proposta de trabalho, mesmo diante de todas as minhas limitações, ouvir suas palavras de incentivo se tornava um gás combustível para que essa pesquisa se tornasse realidade.

A minha coorientadora, Profa. Dra. Cristina Larrea-Killinger, pela sua contribuição que foi de fundamental importância para o debate das questões étnico-raciais e da metodologia adotada nessa dissertação.

Às professoras Dra. Patrícia Campos Borja e Dra. Maria Elisabete Pereira dos Santos que tomaram parte das bancas examinadoras do projeto, seminário de pesquisa e dessa dissertação de mestrado, contribuindo de modo muito rico por meio de suas indicações para a leitura de referências no tema e sugestões para melhoria no delineamento metodológico.

Aos meus colegas, parceiros nessa etapa da vida acadêmica, que se fizeram presentes em diversos momentos, minha gratidão a eles: Mayara Borges, Gislene, Joan, Tássio, Marcela, Patrícia Souza, Jossy Mara, Alessandro Borges, Aline Nogueira e Caroline.

Ao Programa de Pós-graduação de Mestrado em Meio Ambiente, Águas e Saneamento (MAASA), conjuntamente com o Departamento de Engenharia Ambiental, a Escola Politécnica e a Universidade Federal da Bahia, por essa oportunidade de estudar, aprender a fazer pesquisa, bem como contribuir na minha formação humanística e intelectual por meio dos seus mestres e doutores.

Aos professores do Maasa por compartilhar seus conhecimentos, e pela atenção dada às nossas demandas e serem favoráveis a elas.

Aos moradores do bairro negro Rua Nova em Feira de Santana por proporcionar um espaço no qual fosse possível a realização dessa pesquisa de mestrado por meio de suas realidades, que revela as suas riquezas culturais e sociais de uma ancestralidade africana.

Aos colaboradores das entrevistas Maria, Helena, João, José e a Ana, por disponibilizarem o seu tempo para narrar a realidade por eles vividas e, em especial, gratidão a Maria, uma agente de saúde colaboradora assídua, por ter destinado horas do seu intervalo de serviço, entre uma tarefa e outra, para me dar atenção e até horas de suas férias para contribuir com esse trabalho científico no acompanhamento aos locais visitados e nas indicações de pessoas a conversar e entrevistar.

Ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na pessoa do Gerente Thiago da Seção Feira de Santana.

A Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) pelo apoio do Eng<sup>o</sup> César Ramos, e do Gerente Eng<sup>o</sup> Euvaldo Ferreira.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro da bolsa de estudos, tornando a realização desse trabalho possível, diante dos cortes de investimento na educação pública universitária.

## AUTORIZAÇÃO

Autorizo a reprodução e/ou divulgação total ou parcial da presente obra, por qualquer meio convencional ou eletrônico, desde que citada a fonte.

Nome do autor: Thiago Assunção dos Santos

Assinatura do autor: 

Instituição: Universidade Federal da Bahia

Local: Salvador-Bahia

Endereço: Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia - Departamento de Engenharia Ambiental - Rua Prof. Aristides Novis, 02, Federação, CEP: 40.210-630, Salvador - Bahia - Brasil.

E-mail: thiago.ambientalista@gmail.com

SANTOS, Thiago Assunção dos. **Desigualdade racial no atendimento dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no bairro Rua Nova, Feira de Santana-Bahia**. Orientador: Luiz Roberto Santos Moraes. 2020. 118 f. il. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente, Águas e Saneamento) – Departamento de Engenharia Ambiental – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

## RESUMO

Como apontado pelos dados oficiais do governo federal, por meio do Snis, os serviços públicos em saneamento básico na cidade de Feira de Santana têm se aproximado da universalização, em 2017 a cobertura do abastecimento de água era de 100% e em esgotamento sanitário de 80,39%. Porém, o acesso ao abastecimento de água e ao esgotamento sanitário quando analisado a partir de marcadores sociorraciais e econômicos no espaço urbano, revela que a prestação destes serviços públicos não é igualitária, ocorrendo o atendimento de forma desigual entre bairros onde residem as populações negras, pobres e periféricas. Historicamente, são as pessoas pretas as mais afetadas pela falta de assistência do Estado e, quanto ao saneamento básico, por uma lógica do racismo que estrutura a sociedade brasileira, o lugar na qual pertencem é tido como ilegal, discurso encontrado para desfavorecer o direito à água com quantidade e qualidade para consumo e ao esgotamento sanitário. Assim, esta pesquisa além de apontar os marcadores sociais e econômicos dos estudos sobre desigualdade na oferta e qualidade dos serviços públicos de saneamento básico no Brasil, traz para a discussão o marcador racial. Buscou-se evidenciar as desigualdades raciais no atendimento pelas empresas de água e esgoto para as populações afrodescendentes que compõe os Bairros Negros. Assim, o objetivo geral do trabalho foi investigar a desigualdade racial no atendimento da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário da população negra urbana em Feira de Santana-Bahia. Para tanto, optou-se pela pesquisa qualitativa buscando maior rigor técnico e empírico, e dentro dessa abordagem escolheu-se a Observação Participante como técnica de pesquisa, tendo-se recorrido aos seguintes instrumentos: entrevista semiestruturada; dados secundários do IBGE; análise bacteriológica das amostras de água coletadas em duas fonte de água. Como resultado, o bairro Rua Nova apresenta uma população de rendimento mensal baixo, com sua maioria percebendo até 2 salários-mínimos, e majoritariamente de cor/raça negra. Os componentes do saneamento básico pesquisados estão praticamente universalizados quanto à cobertura, o abastecimento de água com 96,98% e esgotamento sanitário com 95,27%. Entretanto, a percepção dos moradores do bairro negro Rua Nova quanto à qualidade do serviço público prestado pela Embasa foi central nessa pesquisa tendo se revelado desigual, por privar a população do direito à água com regularidade e quantidade suficiente, colocando em risco a saúde dessas pessoas. Tal ato é compreendido como discriminatório à população negra submetida ao racismo estrutural.

**Palavras-chave:** desigualdade racial, bairro negro, água e esgoto, racismo estrutural.

SANTOS, Thiago Assunção dos. **Racial inequality in the provision of public water supply and sewage services in the neighborhood of Rua Nova, Feira de Santana-Bahia.** Advisor: Luiz Roberto Santos Moraes. 2020. 118 p. il. Dissertation (Master in Environment, Water and Sanitation) - Department of Environmental Engineering - Federal University of Bahia, Salvador, 2020.

## **ABSTRACT**

As pointed out by the official data of the federal government, through Snis, public services in basic sanitation in the city of Feira de Santana have been approaching universalization, in 2017 the water supply was 100% and in sanitary sewage 80.39 %. However, access to water supply and sanitation when analyzed from socio-racial and economic markers in the urban space, reveals that the provision of these public services is not equal, with unequal service taking place between neighborhoods where black populations reside, poor and peripheral. Historically, black people are the most affected by the lack of assistance from the State and, regarding basic sanitation, by a logic of racism that structures Brazilian society, the place in which they belong is considered illegal, a discourse found to disadvantage the right to water and sanitary sewage with quantity and quality for consumption. Thus, this research, in addition to pointing out the social and economic markers of studies on inequality in the supply and quality of public basic sanitation services in Brazil, brings the racial marker to the discussion. We sought to highlight the racial inequalities in service provided by water and sewage companies to the Afro-descendant populations that make up the Black Neighborhoods. Thus, the general objective of the work was to investigate racial inequality in the provision of public water supply and sewage services to the urban black population in Feira de Santana-Bahia. To this end, we opted for qualitative research seeking greater technical and empirical rigor, within this approach, Participant Observation was chosen as a research technique, using the following instruments: semi-structured interview; secondary IBGE data; bacteriological analysis of water samples collected from two water sources. As a result, the Rua Nova neighborhood has a low monthly income population, with most of them earning up to 2 minimum wages, and mostly black / black. The basic sanitation components surveyed are practically universal, the water supply with 96.98% and sewage with 95.27%. However, the perception of the residents of the black neighborhood of Rua Nova regarding the quality of the public service provided by Embasa was central to this research, which proved to be unequal, as it deprives the population of the right to water with regularity and sufficient quantity, putting the health of these people at risk. Such an act is understood as discriminatory against the black population subjected to structural racism.

**Keywords:** racial inequality, black neighborhood, water supply and sanitation, structural racism.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização do município de Feira de Santana-Bahia	51
Figura 2 - Mapa da área de estudo, bairro Rua Nova, Feira de Santana-Bahia	59
Figura 3 - Casas construídas em tipo taipa, Rua Calumbi atual Av. Tomé de Souza, bairro Rua Nova, Feira de Santana-Bahia, (entre 1960 e 1980)	69
Figura 4 - Rua Edval F. de Souza, Feira de Santana-Bahia, nov./2019	71
Figura 5 - Avenida do Canal, bairro Rua Nova, Feira de Santana, nov./2019	72
Figura 6 - Ponto crítico com esgoto a céu aberto, bairro Rua Nova, Feira de Santana-Bahia, nov./2019	73
Figura 7 - Bica como Solução Alternativa Coletiva precária, Rua dos Guaranis, bairro Rua Nova, Feira de Santana-Bahia, nov./2019	74
Figura 8 - Área externa da casa da Sra. Ana, bairro Rua Nova, Feira de Sanatana-Bahia, fev./2020	89

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Distinção entre diferença e desigualdade	25
Quadro 2 - Lista de variáveis usadas na pesquisa	64

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados relativos à população segundo raça/cor, pessoas com 10 anos ou mais de idade, bairro Rua Nova, Feira de Santana-Bahia	74
Tabela 2 - Rendimento domiciliar mensal (em salários mínimos) segundo raça/cor, de pessoas de 10 anos ou mais de idade residentes no bairro Rua Nova	75
Tabela 3 - Dados relativos ao abastecimento de água, segundo raça/cor. Bairro Rua Nova, Feira de Santana-Bahia, 2010. N = 13.073	76
Tabela 4 - Dados relativos à vigilância da qualidade da água de consumo humano no bairro Rua Nova e Parque Getúlio Vargas, Feira de Santa-Bahia	77
Tabela 5 - Dados relativos ao esgotamento sanitário, segundo raça/cor. Bairro Rua Nova, Feira de Santana-Bahia, 2010. N = 13.068	78
Tabela 6 - Resultado da análise bacteriológica de amostras de água de Solução Alternativa Individual e SAC precário, no bairro Rua Nova de Feira de Santana-Bahia, 2020.	88

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGERSA	Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia
ARFES	Agência Reguladora de Feira de Santana
DHAES	Direito Humano à Água e ao Esgotamento Sanitário
DRSAI	Doenças Relacionadas ao Saneamento Ambiental Inadequado
EMBASA	Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISB	Índice de Saneamento Básico
MS	Ministério da Saúde
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
OSGeo	<i>Open Source Geospatial Foundation</i>
PLANSAB	Plano Nacional de Saneamento Básico
PMSB	Plano Municipal de Saneamento Básico
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PMFS	Prefeitura Municipal de Feira de Santana
SAAE	Serviço Autônomo de Água e Esgoto
SAI	Solução Alternativa Individual
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SESP	Serviço Especial de Saúde Pública
SIAA	Sistema Integrado de Abastecimento de Água
SIGBahia	Sistema de Informação Geográfica da Bahia
SNIS	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana

## SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	16
2.	OBJETIVOS	23
2.1	OBJETIVO GERAL	23
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	23
3.	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	24
3.1	DESIGUALDADES	24
3.1.1	Desigualdade Social	24
3.1.2	Desigualdade Racial	35
3.1.2.1	Raça	36
3.1.2.2	Desigualdade Racial	41
3.2	RACISMO ESTRUTURAL	45
3.3	BAIRRO NEGRO	48
3.4	ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM FEIRA DE SANTANA	50
4.	METODOLOGIA	56
4.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O DESENHO DO ESTUDO	56
4.2	ÁREA DE ESTUDO	58
4.3	TÉCNICAS DE PESQUISA	60
4.3.1	Pesquisa exploratória	60
4.3.2	Entrevistas semiestruturadas	62
4.3.3	Coleta de dados secundários	64
	Fonte: Autoria própria (2020).	65
4.3.4.	Análise bacteriológica da água de consumo humano	65
4.3.4	Análise dos dados	65
4.4	ASPECTOS ÉTICOS	66
5.	RESULTADOS E DISCUSSÃO	68
5.1	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO BAIRRO NEGRO RUA NOVA	68
5.2	CARACTERÍSTICAS DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO A PARTIR DA PESQUISA EXPLORATÓRIA NO BAIRRO RUA NOVA	70
5.3	ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NA ÁREA DE ESTUDO	74

5.4 PERCEPÇÃO DOS MORADORES DA ÁREA DE ESTUDO SOBRE O ABASTECIMENTO DE ÁGUA E O ESGOTAMENTO SANITÁRIO	79
6. CONCLUSÃO	99
REFERÊNCIAS	105
APÊNDICES	117
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AOS MORADORES DO BAIRRO RUA NOVA	117
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	118
ANEXOS	119
ANEXO A – LAUDO DE RESULTADO DE ANÁLISE DE AMOSTRA DE ÁGUA DE POÇO RASO, BAIRRO RUA NOVA, FEIRA DE SANTANA-BAHIA	119
ANEXO B – LAUDO COM RESULTADO DE ANÁLISE DE AMOSTRA DE ÁGUA DA BICA, NA RUA NOVA. FEIRA DE SANTANA-BAHIA	120

## 1. INTRODUÇÃO

No Brasil, os serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário são, de modo geral, prestados pelas Companhias Estaduais de Água e Esgoto. São empresas, que, por meio de delegação municipal, têm a responsabilidade pela prestação destes serviços, efetuando a construção, a operação, a manutenção e ampliação de sistemas que atendam principalmente às populações urbanas.

Na Bahia, a Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A (EMBASA), sociedade de economia mista, é responsável pela prestação dos serviços públicos de água e esgoto de 368 dos 417 municípios do estado, dentre eles Feira de Santana, onde está localizado o bairro Rua Nova, lócus de pesquisa dessa dissertação.

Segundo o Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento (SNIS)<sup>1</sup>, nesse município, o atendimento em abastecimento de água da população urbana em 2017 era de 100% e em esgotamento sanitário de 80,39% (BRASIL, 2018). Logo, tem-se um serviço público que garante o acesso à água para consumo humano a toda a população urbana, sendo com isso atendido o princípio fundamental da Lei Nacional de Saneamento Básico, Lei n. 11.445/2007, da universalização de acesso (Art. 2º), na prestação desse serviço público (BRASIL, 2007).

Esse resultado faz reportar a “Década Internacional do Abastecimento de Água e do Esgotamento Sanitário”, instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU) nos anos 1980 a qual tinha como meta entre 1981 e 1990 a melhoria do abastecimento de água em todo o mundo. Desde então, a universalização do acesso a esses serviços públicos vem constituindo um grande desafio para a área de saneamento básico, tendo em vista o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e pós-2015, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No caso do Brasil, um importante avanço no planejamento para a referida universalização, é representado pelo Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) (ALEIXO *et al.*, 2016).

O Plansab, previsto na Lei n. 11.445/2007, pauta-se em uma visão estratégica para o futuro e parte do princípio de que os avanços ocorridos nas últimas décadas em termos de acesso deram-se de forma a consolidar as desigualdades, estando o deficit concentrado em grupos com características comuns, famílias com vulnerabilidade econômica, residentes prioritariamente nas macrorregiões Norte e Nordeste do País, sobretudo em áreas de periferias urbanas e em áreas rurais (BRASIL, 2007; 2014).

---

<sup>1</sup> Dados do Snis podem ser encontrados por meio do site: [www.snis.gov.br](http://www.snis.gov.br)

Porém, o acesso ao abastecimento de água e ao esgotamento sanitário quando analisado a partir de marcadores sociais e econômicos no espaço urbano, revela que a prestação destes serviços públicos não é igualitária, ou seja, mesmo que todos os domicílios estejam ligados à rede de distribuição de água e à rede coletora de esgotos sanitários, o atendimento ocorre de forma desigual entre bairros onde residem as populações ricas e pobres (GARCIA, 2007).

Tal desigualdade é demonstrada em estudos desenvolvidos em cidades brasileiras como: São Luís-MA; Marau-RS; e Salvador-BA, respectivamente (PEREIRA; JUNIOR; RODRIGUEZ, 2013; MACIEL *et al.*, 2013; BORJA *et al.*, 2015). O primeiro revela as maiores desigualdades intraurbanas, sendo o abastecimento de água o melhor serviço prestado, porém nas áreas periféricas, de baixa renda, apresenta os piores índices de atendimento. No segundo, os autores apresentam as notas dadas pelos líderes comunitários para diversos indicadores, dentre eles o abastecimento de água e esgotamento sanitário, tendo recebido as maiores notas nas regiões de alta renda, e notas baixas em regiões mais pobres. O terceiro estudo aponta as desigualdades no acesso aos serviços públicos de saneamento básico constatando a existência da relação entre as variáveis sociais e as de acesso aos serviços, e concluiu-se que estas desigualdades têm forte relação com as condições de renda, de cor/etnia e de escolaridade, ou seja, trata-se de mais um trabalho científico que apresenta como as populações pobres são preteridas de serviços tão essenciais à vida e básicos, e vai além, em relação aos outros artigos, ao mencionar também a associação da questão de raça e o nível de educação.

Apesar do reconhecimento das desigualdades de acesso ao saneamento básico no Brasil, poucos estudos buscam aprofundar no quesito racial. Assim, esta dissertação além de apontar os marcadores sociais e econômicos dos estudos sobre desigualdade na oferta e qualidade dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Brasil, traz para a discussão o marcador sociorracial. Buscar-se-á evidenciar as desigualdades raciais no atendimento por empresas estatais de água e esgoto em relação às populações afrodescendentes que compõe os ‘bairros negros’, popularmente chamados de bairros populares ou bairro afrodescendentes.

Aqui é realizada explanação do motivo pelo qual se fez opção em utilizar neste estudo a categoria Negro. Compreende-se que biologicamente a raça humana não possui distinções que a hierarquize em raças distintas. Contudo, o Movimento Negro Unificado (MNU) do Brasil instituiu, após muitas lutas e insistências, que o mito da democracia racial negligenciava as atrocidades do racismo estrutural, o que naturalizava, não biologicamente, mas sim socialmente a supremacia branca em detrimento das populações pretas e pardas. Dessa forma,

o MNU reivindica desde a década de 1970 que pretos e pardos devem ser compreendidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) como a classificação social de Negros:

Indicam que se justifica agregarmos pretos e pardos para formarmos, tecnicamente, o grupo racial negro, visto que a situação destes dois últimos grupos raciais é, de um lado, bem semelhante, e, de outro lado, bem distante ou desigual quando comparada com a situação do grupo racial branco. Assim sendo, ante a semelhança estatística entre pretos e pardos em termos de obtenção de direitos legais e legítimos, pensamos ser plausível agregarmos esses dois grupos raciais numa mesma categoria, a de negros. (...) a diferença entre pretos e pardos no que diz respeito à obtenção de vantagens sociais e outros importantes bens e benefícios (ou mesmo em termos de exclusão dos seus direitos legais e legítimos) é tão insignificante estatisticamente que podemos agregá-los numa única categoria, a de negros, uma vez que o racismo no Brasil não faz distinção significativa entre pretos e pardos, como se imagina no senso comum (SANTOS, 2002, p. 13).

Portanto, em conformidade com o MNU, como estratégia política, decidiu-se pela perspectiva teórica de Bairro Negro, como conceituado por Cunha Júnior (2015), que se constitui em um espaço urbano onde vive uma maioria de pretos e pardos, em condição de pobreza e vulnerabilidade social, além de serem territórios com características peculiares que enriquecem esses bairros com seus universos culturais, religiosos, suas memórias e ancestralidade. Ramos (2007, p.11) acrescenta ainda que “estes bairros como toda estrutura consolidada, possibilita dinâmicas urbanísticas próprias demarcadas por fatores socioculturais e históricos”.

Dado o caráter da sociedade brasileira, sustentada em forte preconceito de recorte social, étnico-racial e de gênero, e ainda por uma estrutura social marcada por alta concentração de riqueza e poder, aliado a processos de exclusão e desigualdade, a histórica invisibilidade dos bairros negros para o acesso às políticas públicas, é possível considerar que existe uma diferenciação na prestação de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário nestes bairros pela empresa prestadora desses serviços, a Embasa. Tal diferenciação revela a violação não só de um dos princípios da Lei n. 11.445/2007, como também dos que estão na Constituição Federal de 1988, a saber, cidadania e a dignidade da pessoa humana.

Feira de Santana, cidade localizada no estado da Bahia, inscreve-se nessa dinâmica de exclusão e desigualdade, onde os detentores do poder são contemplados com melhores oportunidades, e as populações de baixa renda são alijadas dos seus direitos fundamentais. A Rua Nova, bairro negro da cidade de Feira de Santana, pode ser um exemplo desses mecanismos.

Para Therborn (2010), não apenas se trata de diferença, mas de um mecanismo de produção da desigualdade, gerando a violação de direitos humanos, onde parcela da população fica privada de infraestrutura adequada de moradia, acesso a serviços públicos de saneamento básico, de saúde, de educação e de segurança.

O fenômeno da desigualdade se manifesta pela lógica do capitalismo, sendo a cidade o lócus privilegiado para a produção e reprodução de uma sociedade capitalista. É na cidade que existem os espaços segregados, resultado da especulação imobiliária na ocupação e uso do solo para garantir o acúmulo do capital, tendo em seu território marcas de uma estrutura social entre incluídos e excluídos onde separa indivíduos pela renda, níveis de escolaridade, acesso à serviços públicos, cultura, educação, bem como pelo marcador racial (BORJA *et al.*, 2015).

Tal condição gera o distanciamento de ordem social e racial nos centros urbanos, pois grande parte da população negra tem dificuldades em obter recursos e oportunidades para se desenvolver. Ao realizar um recorte racial é possível verificar o quanto a população afrodescendente urbana é penalizada por estas desigualdades, sendo esta condição uma realidade encontrada nos grandes centros urbanos do Brasil.

No ano de 2017, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD CONTÍNUA<sup>2</sup> (2018), realizada pelo IBGE constatou que enquanto 16,4% da população branca encontrava-se entre os 10% mais ricos, apenas 4,7% da população negra (pretos e pardos) encontrava-se nesta mesma classe de rendimento. Com relação ao ingresso ao ensino superior foi observado que 51,5% dos brancos ingressaram no ensino superior, e somente 33,4% dos pretos e pardos conseguiram acessar este nível. Em termos de habitação e saneamento básico, a população negra tem maior *deficit* de acesso a esses serviços públicos em relação à população branca.

Salvador, capital baiana, segundo a PNAD Contínua (IBGE, 2018) é a cidade com maior número de pessoas negras fora do Continente Africano. O trabalho realizado por Borja e colaboradores em Salvador em 2015, demonstra muito bem essa realidade, onde revelou que há desigualdade no acesso aos serviços públicos de saneamento básico entre a população soteropolitana, e esta, têm forte ligação com as condições sociais de renda, raça e educação.

Ainda sobre o estudo de Borja e colaboradores (2015), ao fazer um mapeamento dos Índices de Saneamento Básico (ISB) baseado no uso de dados secundários do Snis e do Censo

---

<sup>2</sup> Dados do PNAD Contínua podem ser encontrados por meio do site: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?edicao=20652>

Demográfico do IBGE, em que associou a cor/raça dos moradores de Salvador-BA e o ISB, foi possível concluir que, quanto maior é o número de pessoas brancas no bairro, melhor é a condição de saneamento básico, e esta relação se inverte nos bairros onde a população é majoritariamente composta por negros. Esse mesmo resultado pode ser aferido quando se faz a associação das outras variáveis sociais (escolaridade e renda) e o ISB nos bairros de Salvador.

Com isso, revelou que os maiores ISB estão nos bairros da Orla Marítima e na área central de Salvador em que são quase 70% constituídos por pessoas brancas e no máximo 7% de negros, de alta renda e maior nível de escolaridade, enquanto os menores índices de ISB estão concentrados nos bairros onde grande número de pessoas são negras, com baixa renda e menor nível de escolaridade, localizados no Subúrbio, à margem da Baía de Todos os Santos, e no centro geográfico chamado Miolo de Salvador (BORJA *et al.*, 2015; CARVALHO; PEREIRA, 2008).

Esse resultado, segundo Ramos (2007), é um processo de exclusão social drástica e histórica, expulsando populações pobres e, sobretudo, negras, dos centros urbanos desencadeando nas manchas de segregação urbanísticas tão frequentes nas cidades. Tal expulsão é decorrente das reformulações urbanísticas que ocorreu no Rio de Janeiro a partir da década de 1870 e se desdobrou por diversas cidades brasileiras que apresentavam em certo momento uma modernidade neoclássica e higienista e em outro momento uma modernização urbana com dinâmica metropolitana, sendo todo esse processo ocorrido sob a ótica das legislações e os instrumentos urbanísticos permitiam e ainda hoje permitem a expulsão da população pobre, sobretudo negra, da área central, empurrando-a para os morros e subúrbios, resultando em cidadãos com dificuldade de acesso aos serviços públicos de transporte, saúde, educação e de saneamento básico, sendo esta realidade perpetuada até hoje.

Portanto, nas áreas urbanas, os serviços públicos de saneamento básico atendem de forma diferenciada as populações, em geral, a população negra, pois mesmo que todos os domicílios estejam ligados à rede de distribuição da água, são os que estão mais sujeitos a intermitência do abastecimento de água, aos vazamentos e à falta de destinação apropriada dos esgotos sanitários (GARCIA, 2007).

Diante desse contexto, pode-se constatar que a população negra, historicamente, tem sido a mais atingida pelas doenças e as péssimas condições de vida, pelo fato de como a classe dominante ideologicamente a colocou na condição de subserviente desde o período colonial, o que justifica a obrigatoriedade dos negros, conhecidos por “tigres”, realizarem os trabalhos

braçais, tais como, o esvaziamento dos potes com dejetos da casa grande, e a responsabilidade de abastecer as casas com água para o uso diário (REZENDE; HELLER, 2008).

No que tange a estas condições de acesso ao saneamento básico, a população afrodescendente está submetida às consequências dramáticas da desigualdade racial, tendo de conviver com uma série de privações, em meio ao ambiente insalubre, comprometendo a saúde física e mental, o que pode levar a quadros graves de morbidade e mortalidade.

Tal contexto corrobora para refletir em como a área do saneamento básico precisa avançar em políticas públicas para atendimento de populações negras, e que as instituições públicas garantam o acesso às ações e serviços públicos de saneamento básico, essenciais à vida, como os de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, visto que esta população está vulnerável a doenças relacionadas à água que podem gerar agravos à saúde pública.

Partindo do pressuposto apresentado por Garcia (2007), de que as empresas prestadoras de serviços públicos de água e esgoto atendem às populações de forma desigual entre ricos e pobres, esta pesquisa buscou investigar como esse fenômeno se reproduz na área urbana do município de Feira de Santana-Bahia, segundo o recorte racial, tendo em vista que as populações pobres são em sua maioria negras.

É sob esta ótica que surge a pergunta de pesquisa: **Quais as condições da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário que apresenta a desigualdade racial frente às necessidades da população de bairro negro em Feira de Santana-BA?**

Este trabalho se justifica a partir de uma inquietação, por parte do autor, na diferenciação da prestação dos serviços públicos de saneamento básico pelas companhias delegatárias de água e esgoto nas áreas urbanas, em especial, nos espaços que são marcados pelas desigualdades em suas condições sociais e, sobretudo, raciais. Nesse sentido, há necessidade de ampliar a discussão sobre o saneamento básico para as populações negras, a começar pelas universidades, pois esta tem um papel fundamental na formação de pessoas, e com isso é necessário apreender a multiplicidade da realidade em que as pessoas estão condicionadas, ou seja, romper os paradigmas científicos e tecnológicos de que tudo é universal, bem como criar novos caminhos para compreender a realidade das mais diversas populações e a partir disso gerar conhecimento e ações que atendam às suas demandas.

Os cursos de Engenharia Sanitária e Ambiental precisam ter em seus currículos, disciplinas que sejam direcionadas a atender as demandas das populações residentes em bairros que são

estigmatizados com as piores instalações sanitárias e tidos como difíceis em relação à prestação dos serviços públicos essenciais de saneamento básico, e não menos importante das populações que estão inseridas nas zonas remotas à área urbana (quilombolas, indígenas, fundo de pasto, caiçaras e ribeirinhas).

Ademais, essa pesquisa de mestrado também se justifica para contribuir no combate ao racismo estrutural (ALMEIDA, 2018) existente nas instituições públicas, que incide sobre a população negra no acesso aos serviços públicos do saneamento básico e para a formulação e implementação de políticas públicas direcionada a esse grupo social, com o objetivo de contribuir para a melhoria de suas condições de vida e de saúde, bem como para a redução das iniquidades.

A presente pesquisa se faz relevante na área do saneamento básico, devido também à existência de poucos estudos acadêmicos que discutem o acesso aos serviços públicos de saneamento básico pela população negra urbana. Além disso, abre uma nova perspectiva para compreensão do povo negro, enquanto grupo social, a elucidar o modo de ser dos afrodescendentes nas suas particularidades históricas e culturais.

## **2. OBJETIVOS**

### **2.1 OBJETIVO GERAL**

Investigar a desigualdade racial no atendimento da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário de população negra urbana em Feira de Santana-Bahia.

### **2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Analisar a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário em bairro negro na cidade de Feira de Santana-Bahia.
- Analisar a percepção da população de bairro negro de Feira de Santana quanto à prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

### 3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

#### 3.1 DESIGUALDADES

##### 3.1.1 Desigualdade Social

Ao abordar o tema das desigualdades, primeiramente, tornou-se necessário realizar a sua definição, em especial a desigualdade social, pelo fato deste tema ser debatido com menor frequência no campo das engenharias, sendo mais comum nas ciências sociais.

O conceito de desigualdade, como qualquer outro, é uma construção social, sendo, portanto, fortemente influenciado pela visão social de mundo, bem como se constitui em um produto do processo histórico e, resultado de embates entre forças sociais em oposição e contradição (BORJA *et al.*, 2015).

Santos (2007) considera que as desigualdades sociais são produtos da condição de acesso desproporcional aos recursos materiais como moradia, bens e serviços, e recursos simbólicos como acesso à cultura, a um ensino de qualidade, e qualificação profissional. Em uma sociedade desigual, os indivíduos não dispõem dos mesmos direitos por questões referentes à classe, raça e gênero.

Nessa pesquisa, a abordagem se baseia fortemente nas questões de classe social - variável condicionada a renda da população -, e raça - variável que no contexto brasileiro das populações negras se mantêm forte relação com a questão da renda e neste caso da faixa de baixa renda -, sendo que em alguns momentos há uma conexão entre estas três variáveis. Isso porque na historiografia brasileira a população pobre, negra e as mulheres está condicionada à exploração da força de trabalho, baixos salários, condições precárias de moradia e de acesso ao saneamento básico e dificuldades de acesso à educação.

O termo desigualdade é comum ser usado como sinônimo de diferença, e talvez não exista problema nisso, mas ao analisar uma sociedade a partir dos aspectos sociais, há de se perceber que parte dela não usufrui de iguais oportunidades para as condições de vida e de liberdade. Para melhor elucidar esse ponto, Therborn (2010) apresenta três formas de distinguir a diferença de desigualdade (Quadro 1).

Quadro 1 - Distinção entre diferença e desigualdade

	DIFERENÇA	-	DESIGUALDADE
1º	Pode se apresentar de forma horizontal, ninguém está acima ou abaixo, seja melhor ou pior.		Sempre vertical, envolve ranking.
2º	É apenas questão de gosto e/ou categorização.		Não é uma categorização, é algo que viola uma norma de igualdade entre os seres humanos.
3º	Para tornar-se desigualdade ela precisa ser extingüível.		São diferenças hierárquicas, evitáveis e moralmente injustificadas.

Fonte: Therborn (2010).

Ao se debruçar sobre o a primeira forma de distinção entre diferença e desigualdade posta por Therborn (2010), logo se pode refletir sobre a pirâmide social brasileira que demonstra a divisão de classe social associada às questões abordadas por Marx quando ele fragmenta a sociedade moderna em classes baseada no regime capitalista, em os proprietários da força de trabalho, proprietários do capital e proprietários de terra. Com isso, pode-se pensar na base da pirâmide brasileira composta pela classe trabalhadora assalariada, homens e mulheres, negros e negras e de baixa escolaridade. No meio estão os capitalistas, a classe média exploradora dos mais vulneráveis socialmente e os que vivem do lucro, e no topo se encontra a elite, sendo sua renda gerada a partir da exploração da terra e detentores do poder (informação verbal)<sup>3</sup>.

Para subsidiar a afirmação mencionada por Therborn (2010) sobre a diferença ser uma categorização, Tilly (2005) considera que as categorias sociais estão sempre associadas às diferenças, porém elas podem gerar desigualdades sociais dentro de um conjunto de circunstâncias e por meio de processos específicos.

<sup>3</sup> Palestra proferida pelo Prof. Dr. Kabengele Munanga da USP no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05 de novembro de 2003.

A sociedade moderna foi influenciada pelos ideários da globalização e do neoliberalismo, o que levou a ampliação das desigualdades e o debate das suas repercussões. A priori, a discussão e análise das desigualdades se limitam à distribuição de renda enquanto variável determinante desse fenômeno. No entanto, é relevante analisar de forma encadeada as variáveis relacionadas às desigualdades a fim de estudar o seu surgimento, levando em conta o tempo e espaço no qual se desenvolve.

Nesse sentido, Therborn (2010), apresenta três variáveis fundamentais e distintas capazes de definir a desigualdade na sociedade. Têm-se a desigualdade vital, que pode ser medida a partir da expectativa de vida e taxas de sobrevivência, isso porque os índices podem variar, proporcionalmente de acordo com padrões de vida. Nesse sentido, populações negras, em geral, possuem menor renda e com baixos níveis de escolaridade, reduzem o acesso a bens e serviços como também a cultura. Com isso, a expectativa de vida de uma pessoa pobre e negra era de 23 anos de idade, as crianças negras não conseguiam passar dos 5-10 anos de idade. As brincadeiras da infância que aconteciam na proximidade das fezes expostas, aos resíduos domiciliares, ao solo contaminado, favoreciam a infecção por bicho-de-pé, oxiurose, lombrigas e ancilostomose, resultado da falta de saneamento básico. A diarreia acometia crianças e idosos em situação de vulnerabilidade tendo maiores índices de óbitos (KARASCH, 2000; KLEIN, 1987, apud JESUS, 2020).

Pesquisas que abordam a relação do saneamento básico como a saúde das crianças revelam que as condições inadequadas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, sejam pelo consumo de água contaminada, exposição e contato com excretas humanos/esgotos sanitários, impactam diretamente nos índices de morbidade e mortalidade infantil causados pelas Doenças Relacionadas ao Saneamento Ambiental Inadequado (DRSAI), sendo alguns exemplos a diarreia por infecções intestinais bacterianas, as doenças intestinais por helmintos, protozoários, cólera, malária, hepatite A e febre tifoide (DIAS; BORJA; MORAES, 2004; MENEZES; UCHOA, 2011; ANDRADE SILVA; ESPERIDIÃO, 2017).

Para além da expectativa de vida e taxas de sobrevivência em relação a ausência de saneamento básico, os atos de violência também estão presentes cotidianamente na vida dos corpos negros que habitam as periferias, favelas, subúrbios e guetos, não somente por arma de fogo, mas também as violências psíquicas todas elas aparadas pelo Estado quando este não assume o controle para redução dos números de mortes da população negra no País.

O Atlas da Violência (2019) organizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), mostra que os homicídios ocorridos

no Brasil em 2017 foram de jovens negros com idade de 15 a 30 anos de idade, 73,1% homens e 63,4% mulheres, sendo destacado um aumento de casos em relação ao ano anterior de 9,1% nos casos, enquanto o homicídio que atingiu os jovens brancos foram 26,4% homens e 35,6% mulheres (IPEA, 2019). Esse fenômeno, conhecido como extermínio dos jovens negros, revela as violências físicas vivenciadas no cotidiano dos negros desse País.

Essas violências se reproduzem nos diversos espaços da vida, que também vão desencadear mortes, redução da capacidade de trabalho e diversos tipos de adoecimentos e comprometimentos na qualidade de vida da população negra do País. Ao se abordar o acesso ao saneamento básico nos espaços urbanos habitados por pessoas negras, onde o *deficit* dos serviços é uma realidade, os problemas de saúde, inevitavelmente, estarão presentes e a morbimortalidade nas crianças por DRSAI será uma realidade, uma violência que afeta não apenas o corpo negro, mas também o estado psicológico e a condição social das famílias, sob o olhar do Estado que impulsiona e busca perpetuar uma sociedade apartada e injusta (JESUS, 2020).

Tal violência deixa marcas profundas na vida social, interferindo diretamente em condições objetivas de vida e sobrevivência das pessoas, pois impacta a saúde mental sendo manifestada na qualidade de vida, nas expectativas e sonhos, destacando-se os casos crônicos de estresse, que por sua vez interfere no funcionamento do organismo, fragilizando o sistema imunológico, expondo o corpo a doenças. Ademais, a expectativa de vida das pessoas negras é baixa e as taxas de sobrevivência são menores, sendo esse cenário decorrente da histórica e continuada destituição de direitos econômicos e políticos, pautados pelo genocídio eugenista do Estado, tendo a necropolítica como mecanismo de limpeza racial e embranquecimento da sociedade (CARIAS; SILVA, 2017; JESUS, 2020).

A segunda variável se designa por desigualdade existencial a qual atinge os pobres, negros, índios, mulheres em uma sociedade patriarcal, imigrantes, pois nega a existência da igualdade. A sua forma de discriminação não é ostensiva, mas opera de modo eficaz por meio das hierarquias de status mais sutis. Nesse ínterim, o modo como os governos brasileiros tratam a pauta da demarcação dos territórios dos povos quilombolas e dos povos indígenas revela o descaso com essas minorias. Nas questões das mulheres no contexto brasileiro, elas recebem salários menores se comparado aos homens, poucos ocupam cargos de liderança, tendo representatividade muito pequena no Congresso Nacional.

Essa falta de representantes dos povos do campo, da floresta e das águas, das mulheres, dos LGBTs em instâncias de decisões enfraquece as políticas públicas, porque quem assume o

poder público, em geral, são homens brancos pertencente à burguesia, cristãos, que as estabelecem com um discurso universal, mas na verdade essas políticas não compreendem a realidade e a todas as necessidades específicas dos grupos minoritários, o que fortalece esse *modus operandi* das hierarquias.

Paixão (2015) entende que as tradicionais hierarquias sociais estão intactas porque desde a independência do Brasil esses projetos persistem, muitas vezes envolvidos em discursos de modernização do País, mas que revelam o poder hegemônico da elite brasileira formada, em geral, por homens brancos que utilizam a força de trabalho das minorias para o desenvolvimento das forças produtivas para a produção de Capital, em que o trabalhador, a força de trabalho, não consegue desfrutar da riqueza gerada.

Paixão (2015) destaca ainda que grandes estudiosos se filiam à teoria do capital humano a qual se debruça na interpretação de determinantes das desigualdades socioeconômicas, conferindo maior importância ao capital humano cultural no que tange à escolaridade e à profissão, apostando nas falhas de mercado como explicação para desigualdade, especialmente as educacionais. Brancos e negros são desigualmente produtivos porque a discriminação histórica contra os negros criou um passivo educacional que realmente fez dos brancos detentores do capital humano diferenciado (ALMEIDA, 2018).

No contexto brasileiro, a desigualdade salarial e as condições de trabalho se expressam segundo a classe social, raça e gênero. Esses grupos discriminados, com destaque para os negros e negras, integram pessoas submetidas à lógica racista discriminatória da elite brasileira que esses sujeitos sociais são incapazes de executarem trabalhos intelectuais, condição considerada necessária para progredir e se desenvolver. Esse discurso naturaliza a desigualdade e a superexploração e reafirma a visão meritocrática que responsabiliza o indivíduo pelo próprio fracasso.

O professor e filósofo Sílvio Almeida (2018) considera a questão racial um marcador determinante da desigualdade econômica e avalia como pouco efetivas as políticas voltadas à promoção de direitos sociais e as políticas universais de combate à pobreza e distribuição de renda que não levam em conta o fator raça/cor.

Por isso a importância de debater a desigualdade existencial para os grupos em vulnerabilidade econômica e social, já que esses são acometidos pela opressão e ausência de políticas públicas inclusivas pelo Estado, o que muitas vezes não permite ter acesso ao mínimo para sua existência. O mínimo existencial representa o conjunto de condições

elementares para a sobrevivência digna da pessoa humana e relaciona-se com os direitos mais básicos inerentes ao ser humano, como, por exemplo, o saneamento básico (ALMEIDA; SALIB, 2017).

E, por fim, a desigualdade material ou de recursos, que está relacionada com a distinção de recursos disponíveis entre os homens e classes sociais, e, assim, incluem as dimensões de desigualdade de distribuição de renda ou riquezas, de escolaridade e de qualificação profissional, competências cognitivas e culturais e de posições hierárquicas nas instituições.

Ainda conforme Therborn (2010), os tipos de desigualdades expostas acima influenciam e interagem entre os seres humanos. Mas é útil distingui-lo, porque há efeitos diversos entre as pessoas e pode acontecer a partir de trajetórias variadas em períodos distintos. E, para além desses tipos, o referido sociólogo apresenta quatro mecanismos de produção das desigualdades: a exploração; a exclusão; a hierarquia; e o distanciamento.

A exploração é a mais comum na sociedade capitalista. Os detentores do capital utilizam a mão-de-obra barata, com trabalhos insalubres e arriscados e carga horária excessiva para obter seus lucros. Tais condições de trabalho repercutem na saúde e qualidade de vida do indivíduo, bem como sua expectativa de vida quanto ao futuro.

Diante dessa concepção é pertinente trazer a compreensão de Santos (2007, p. 5) a partir do pensamento do sociólogo marxista Erik Olin Wright:

A exploração acontece quando há transferência de excedentes entre as classes, ou seja, o bem-estar de quem explora depende da sua capacidade de apropriar-se do trabalho de quem é explorado. Assim, quem explora não tem interesse nas condições de liberdade do explorado, porque o que lhe importa é o trabalho e o empenho do explorado.

Esse é o sistema capitalista que se alicerça e se consolida no lucro e na exploração da força de trabalho, com isso, não oferece soluções para superar as injustiças sociais e pouco se reserva para promover justiça social (BORJA, 2004).

Nesse cenário, a população negra é um resultado material da estrutura social supracitada, sendo que os homens negros e as mulheres negras estão inseridos no capitalismo de forma marginalizada, já que estão empregados em posições subalternas e de baixa remuneração, provocando a criação de um ambiente de hierarquias na sociedade (SANTOS, 2018). Os dados apresentados pelo Ipea (2011) com base na PNAD Contínua, mostram que 34% das mulheres negras exerciam, em 2011, atividades mais concentradas no setor de serviços sociais de cuidados (doméstico, saúde e educação), já os homens negros envolviam-se nos serviços da construção civil (13%), que quando exercidos sem carteira assinada representava uma

remuneração mensal abaixo do salário-mínimo. Os números parecem baixos, porém seu comportamento deve-se à variedade das categorias de tipo de trabalho, sendo que os citados se destacam com valores representativos.

A hierarquia é um gerador de desigualdades que é produzida pela legitimação de posições que criam uma relação de poder e controle. No Brasil e em outras sociedades modernas, as hierarquias sociais são justificadas e racionalizadas de diferentes modos, e todos eles, sem exceção, naturalizam a sua existência e apresentam-se como parte do que foi constituído nas relações sociais (LOPES, 2005).

Kergoat (2009, p. 71) em um de seus estudos sobre divisão social do trabalho, aponta que “a relação social é, em princípio, uma tensão que atravessa o campo social. Não é alguma coisa passível de coisificação. Essa tensão produz certos fenômenos sociais e, em tudo do que está em jogo, constituem-se de interesses antagônicos”.

Nessa lógica, mais uma vez a dominação de uma classe sobre a outra se apresenta no discurso, não só nesse viés entre ricos e pobres, mas sobretudo nas questões de raça e gênero. Assim, como o sociólogo Antônio Guimarães na década de 90 em seus estudos já mencionava, o sistema de hierarquização brasileiro e mesmo o latino americano, compreende as variáveis sociais de cor da pele (raça), classe (ocupação e renda) e status social (sexo, origem familiar, educação formal, condições de moradia e habitação), sem, contudo, deixar de ser sustentado pela dicotomia racial branco versus negro que alicerçou a ordem escravocrata por três séculos e que, na atualidade, resiste à urbanização, à industrialização, às mudanças de sistema e regime políticos (GUIMARÃES, 1995 apud LOPES, 2005).

No que se refere à questão das mulheres, o projeto organizacional da sociedade patriarcal também promove e mantém processos de desigualdades e injustiças. As mulheres são 51% da população brasileira, embora o cenário evidencie mulheres em condições de injustiças em relação aos homens. As formas e espaços onde elas acontecem são diversos, como: no mundo, a diferença salarial - mulheres recebem 77 centavos por cada dólar ganho pelos homens (ONU, 2020); os cargos que ocupam - a falta de equilíbrio de gêneros nas universidades, nos empreendimentos, nos ambientes de tecnologia – no Brasil os homens ocupam 60,9% dos cargos gerenciais e somente 39,1% são ocupados por mulheres; as horas dedicadas as tarefas domésticas são a maior parte do tempo realizadas por mulheres, 73% a mais que os homens (IBGE, 2018); a baixa representatividade feminina no Congresso Nacional faz a política brasileira se manter fortemente influenciada por homens, de 513 cadeiras da Câmara dos Deputados, somente 15% delas são ocupadas por mulheres (SOUZA, 2019).

Ao realizar um recorte racial, no Brasil a mulher negra é discriminada por ser mulher e por ser negra. As mulheres negras estão inseridas no grupo socialmente discriminado, associada à falta de recursos econômicos e à sua colocação no lugar de subalternidade ligado aos trabalhos manuais, acrescenta-se outro aspecto discriminatório não menos importante, o padrão estético marcado por sua ancestralidade africana onde há forte viés eurocêntrico de que o belo é o branco, o cabelo liso e os olhos claros e, assim, a beleza da mulher negra é colocada na condição de inferioridade (AGUIAR, 2007).

A partir dessas análises é possível considerar a perversidade que vão se apresentar nos grupos mais vulneráveis, dos quais a classe dominante se beneficia com seus privilégios, enquanto as demais classes estarão desassistidas pela não efetivação das políticas universais do Estado.

Outro mecanismo é o da *exclusão*, pois gera desigualdade por efeito de restringir o acesso a bens e serviços a uma parcela da população, que fica obrigada a conviver à margem desta sociedade excludente com baixos salários, infraestrutura precária de moradia e, sobretudo, saneamento básico.

O caráter excludente do saneamento básico está baseado no modelo privatista, o qual se estabelece a partir de uma matriz de produtividade que busca a intensificação de gerar lucro para o capital por meio dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário. As empresas privadas podem até realizar a expansão do serviço público de abastecimento de água, mas a sua existência se restringe à áreas consideradas rentáveis e com clientes adimplentes, o que de fato torna o modelo um tanto limitado e se funda no princípio da exclusão, sobretudo corrobora para o desenvolvimento de altos níveis de desigualdade no acesso ao serviço público de abastecimento de água (CASTRO, 2016).

As populações pobres, negra e periférica são mais atingidas por diversos motivos, dentre eles, o espaço urbano onde essas populações foram destinadas a se instalarem por meio de um projeto político de Estado. No geral, essas áreas são afastadas do centro urbano, onde a especulação imobiliária não tem interesse, o que corrobora para uma precarização na infraestrutura, desde a luz elétrica, as vias públicas e a mobilidade urbana, bem como os serviços públicos de saneamento básico são insuficientes, precários e até mesmo inexistentes.

Nesse sentido, Maricato (2002) compreende como exclusão urbanística uma intensa ocupação do solo urbano que, na representação da “cidade oficial”, este espaço é tido como ilegal. É esse o lugar que não cabe no contexto do mercado mobiliário formal/legal que corresponde ao modernismo urbanista, legitimado por uma parcela da sociedade que importou padrões

urbanísticos europeus, compreendido de “primeiro mundo”, os quais cooperaram para o desenho urbano limitante e excludente nas cidades brasileiras. Esse lugar, tido como ilegal, também não cabe ainda nos modos rigorosos de pesquisas realizadas pelo IBGE, sendo um ambiente frequentemente desconhecido pelos órgãos municipais de aprovação de projeto e pelo próprio serviço público de controle urbanístico, e mesmo nas representações cartográficas sua ausência é habitual.

A partir disso, outro ponto pode ser apresentado, que são as condições de rendimento financeiro das famílias residentes nesses espaços, porque a renda obtida é para garantir o básico de sobrevivência, alimentação e higiene, o que a torna insuficiente para realizar o pagamento integral das tarifas cobradas pelas empresas públicas e privadas, logo a realidade dessas pessoas precisa ser entendida, bem como políticas sociais que as considere e que seja transformadora diante do seu contexto devem ser implementadas.

Assim, é um desafio para o Brasil garantir o acesso universal e de qualidade ao saneamento básico como serviço público, assim como outros serviços essenciais, sendo que o *deficit* denuncia o atraso do País na garantia dos direitos básicos como o acesso à água, ao esgotamento sanitário e ao manejo adequado de resíduos sólidos (BORJA, 2014). Ademais, são as políticas públicas que têm como objetivo melhorar o acesso ao abastecimento de água e esgotamento sanitário ao eliminar a discriminação às populações vulneráveis, visando à equidade, justiça social e dando dignidade as pessoas ao estimular a participação social (NEVES-SILVA; HELLER, 2016).

Nesse ínterim, vale ressaltar a situação do Brasil no qual foi alterado/modificado o marco legal regulatório do saneamento básico (Lei n. 11.445/2007) pelo governo federal atual com sua política neoliberal ao induzir a privatização dos serviços públicos de saneamento básico no País, por meio do modelo de contrato de concessão (privada), com a aprovação pelo Congresso Nacional do Projeto de Lei n. 4.162/2019, atual Lei n. 14.026, sancionada em 15 de julho de 2020 (BRASIL, 2020).

Nesse modelo, e na contramão do que vem acontecendo no mundo, o estudo realizado e publicado pelo pesquisadores Kishimoto, Steinfort e Petitjean (2020) apresentam cidades em muitos países que tiveram seus serviços públicos de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário privatizados há tempos atrás, dentre eles: Paris-França, Berlim-Alemanha, Budapeste-Hungria, Buenos Aires-Argentina, Bogotá-Colômbia, Atlanta-Estados Unidos, Maputo-Moçambique e Johannesburgo-África do Sul, situadas nos continentes Europeu, Américas do Sul e do Norte e África, respectivamente, acabaram sendo

reestatizados/remunicipalizados devido ao mau desempenho, falta de investimento em infraestrutura, aumento significativo das tarifas, falta de transparência financeira, deficiente qualidade dos serviços e danos ambientais. Esse modelo mostrou-se ser insustentável para 312 cidades no mundo, e assim, elas decidiram remunicipalizar esses serviços públicos, retomando os sistemas para a Administração Pública ao efetivar a rescisão de contratos ou a não renovação dos mesmos após expiração do prazo.

Contudo, o governo federal do Brasil decidiu adotar as regras do jogo capitalista colocando em xeque o direito humano essencial à água e ao esgotamento sanitário e a justiça social. Não dar vistas a essas tomadas de decisão de remunicipalizações dos serviços que fazem parte de uma tendência global que vem ocorrendo desde o ano 2000, e atender ao capital financeiro por meio de modelo de privatização desses serviços em um país tão desigual como o Brasil, beira a naturalização das desigualdades correndo o risco desse quadro ser ampliado mais ainda.

A desigualdade gerada pelo *distanciamento* tem suas raízes nas distâncias existenciais, pois são acometidas pelo fato de a pessoa ter raça/etnia, ser mulher, como também em ter renda. Esse mecanismo é o principal caminho para o aumento da desigualdade, sendo o mais difícil de combatê-lo moral e politicamente, porque acontece de maneira sutil. O professor e sociólogo americano Edward Telles (2003, p. 137) em uma de suas pesquisas a respeito da desigualdade social e racial no Brasil faz um apontamento da seguinte forma:

(...) a desigualdade não é apenas material, mas também abrangem as relações de poder desiguais, a impressão subjetiva de inferioridade de um cidadão ou seu tratamento como inferior, e sua inabilidade de participação efetivamente na vida social, inclusive no acesso ao mercado de trabalho, educação, saúde, habitação assim como seus direitos civis e políticos.

Essa afirmação traduz as dificuldades que são enfrentadas pelas populações minoritárias em obter recursos materiais e oportunidades para se desenvolverem, pois estão condicionados a ter pouca representatividade nas instâncias/locais de poder e decisão criando disparidade entre classes sociais, grupos étnicos e raciais, sexuais e religiosos.

Assim, Almeida (2018) em um de seus escritos aborda a hegemonia composta por homens brancos que, detêm o poder de controle e manutenção das instituições públicas – o Legislativo, o Judiciário, o Ministério Público, a reitoria de universidades públicas, as empresas públicas de água e esgoto etc. – e instituições privadas – diretoria de empresas, por exemplo, tornando suas regras e padrões como horizonte civilizatório para o conjunto de sociedade que direta e indiretamente dificultem a ascensão de negros e/ou mulheres, seguido

de inexistência de espaços que discutam as desigualdades raciais e de gênero e, assim, naturalizando a dominação desses grupos.

Os efeitos negativos da desigualdade trazem consigo o que pode ser um aspecto limitador no desenvolvimento da população preta e parda e socioeconomicamente vulnerável, pois, quando se trata do acesso aos serviços públicos de saneamento básico quando se apresenta de modo deficitário, com o comprometimento do abastecimento de água, a destinação inadequada dos esgotos sanitários, o manejo e destinação incorreta de resíduos sólidos e a falta de manejo e drenagem das águas pluviais necessárias para escoamento e prevenção das enchentes, essas estarão propícias a pequenos avanços em termos de qualidade de vida, na educação formal, bem como no bem-estar da sua saúde física e mental o que poderá conduzir a quadros de morbidade e mortalidade (SANTOS, 2013).

Diante do apresentado acima, um estudo publicado pelos pesquisadores Scriptori, Azzoni e Menezes Filho (2015) revela a relação direta das condições de acesso aos serviços públicos de saneamento básico e a interferência na vida educacional das crianças. Os dados foram coletados na base do Snis, IBGE (Censo Demográfico), DataSUS e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) - Censo Escolar, utilizando a variável de condições residencial da ligação à rede de distribuição de água e rede coletora de esgotos sanitários, expostas a doenças relacionadas à água, e o reflexo dessa situação é o abandono escolar ou a baixa frequência nas aulas. Nesse sentido, essas crianças têm desempenhos ruins na aprendizagem, e quando adulto levam consigo as marcas da obtenção de uma educação deficiente

Nesse sentido, a falta de saneamento básico adequado, a deficiência na educação formal e a pobreza ajudam a reforçar o estereótipo racista, tal qual falar que os negros têm pouca aptidão para trabalhos intelectuais, e que a presença deles são a causa dos problemas de atraso econômico. Entretanto, o médico psiquiatra negro e pesquisador da Escola de Medicina da Bahia, Juliano Moreira, foi um dos primeiros intelectuais a contestar por meio de sua tese de doutoramento no ano de 1910, onde os males da sociedade brasileira que recaíam sobre a população negra não tinham relação com o fator biológico, mas sim com o resultado das limitadas condições sociais às quais estava submetida, porém a instituição de ensino deu destaque à produção do médico Nina Rodrigues, com teor racista, a qual fazia ciência de desqualificação social ao relatar comportamentos agressivos e de loucuras dos negros, colocando esses atos baseados no fenótipo (ALMEIDA, 2018; CUNHA JÚNIOR., 2013).

A crença nessas falas racistas como no caso supracitado, dificultam os negros de alcançar postos de trabalho com salários dignos, bem como as mulheres, porque estes grupos estão inseridos no quadro de desigualdades marcadas pela opressão, exploração e pela colonialidade do saber e do ser, infringindo os direitos e a dignidade humana.

Para Therborn (2010), as desigualdades é uma violação dos direitos humanos, porque priva parcelas da sociedade de ter uma infraestrutura habitacional de qualidade, à saúde, à educação, e, sobretudo, o acesso ao saneamento básico de qualidade.

Diante disso, o reconhecimento dessa desigualdade estrutural de acesso ao saneamento básico levou a ONU (2015) a propor a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, em que estabeleceu um plano com 17 objetivos conhecidos pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e dentre eles estão os objetivos específicos de combate às desigualdades, sobretudo o de alcançar melhoria da qualidade dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Em relação ao acesso à água e ao esgotamento sanitário, a meta até 2030 é alcançar a universalidade e equidade à água potável, segura e acessível para todos, com a finalidade de sustentar os esforços de erradicação da pobreza, de crescimento econômico e de sustentabilidade ambiental.

Com isso, é relevante fazer menção que a ONU (2010), por meio da Assembleia Geral das Nações Unidas e Conselho dos Direitos Humanos, aprovou o Direito Humano à Água e ao Esgotamento Sanitário (DHAES) sem discriminação da população, seja por questões de gênero, raça, estado de saúde, idade, dentre outros, e de igualdade, o que de certo modo contribui significativamente para a formulação e implementação de políticas públicas de saneamento básico que considere esses direitos.

### **3.1.2 Desigualdade Racial**

Para dar início a abordagem sobre o tema das desigualdades raciais, faz-se necessário trazer primeiramente o conceito de raça, para que dessa forma seja compreendido o racismo no contexto brasileiro, como projeto no qual abarca as áreas da política, da economia e da justiça, e, conseqüentemente, reflete as desigualdades raciais nas diversas dimensões da vida de pessoas negras, seja na educação, trabalho, saúde e, sobretudo no acesso ao abastecimento água e ao esgotamento sanitário.

### 3.1.2.1 Raça

As discussões sobre raça, por muito tempo foram pautadas nas ciências biológicas. Inicialmente, o termo estava ligado ao mundo animal, mas a partir do século XVI sua aplicação foi estendida ao ser humano, onde foi criada a ideia de que a espécie humana poderia ser dividida em várias subespécies, e essa divisão estaria associada ao desenvolvimento diferencial dos valores morais, de dotes psíquicos e intelectuais entre os seres humanos. Foram, portanto, as circunstâncias históricas desse tempo, que forneceram um sentido específico à ideia de raça, o que possibilitou a hierarquia entre as sociedades e populações humanas fundamentadas em doutrinas complexas, respaldando posturas políticas insanas, de efeitos desastrosos, como genocídio e holocausto (MENDES, 2012; ALMEIDA, 2018; GUIMARÃES, 2008).

Discutir raça é retornar ao processo de colonização europeia nos territórios além-mar, pois a expansão colonial se justificou pela tomada de territórios, novos mercados consumidores e sobretudo, a expansão dos valores civilizatórios eurocêntricos que reforçavam a inferioridade das civilizações africanas, asiáticas e latino-americanas (PAULA, 2013).

Em busca da origem científica dessa abordagem, Almeida (2018) refere em sua obra, que no século XIX o homem passa a ser observado como objeto científico, no qual a biologia e a física serviam de modelo explicativo das diferenças humanas, onde então nasce a ideia de que as características biológicas, ou condições climáticas e ambientais, baseado no determinismo biológico e geográfico respectivamente, seriam capazes de explicar as diferenças morais, intelectuais e psicológicas entre as diferentes raças.

Nesse sentido, encontra-se o pensamento do francês Joseph-Arthur de Gobineau (1816-1882) que publicou um artigo intitulado Ensaio sobre a Desigualdade das Raças Humanas, onde ele utilizou três pontos para justificar as questões raciais: a existência de várias raças humanas; a compreensão das diferenças entre as raças como fatores essenciais do processo histórico-social; e a afirmação de uma raça superior. Tal ideologia ganhou fôlego no século XX e justificou as atrocidades e genocídios praticados na Alemanha por meio dos propósitos civilizatórios defendidos por Hitler, assim como aponta Banton (1977, p. 30):

No século XIX, o termo 'raça' veio a significar uma qualidade física inerente. Os outros povos passavam a ser vistos como biologicamente diferentes. Embora a definição continuasse incerta, as pessoas começaram a pensar que a humanidade estava dividida em raças. [...] Havia um processo social que poderia ser denominado racialização, pelo qual se desenvolveu

um modo de categorização, aplicado com hesitação nos trabalhos históricos europeus, e depois, mais confiadamente, às populações do mundo.

Munanga (2008) elucida como se deu o processo de expansão ideológica dos colonizadores. Uma das principais características baseava-se na inferioridade racial do colonizado, o qual era compreendido como um animal, sem espiritualidade, desprovido de cultura. Exemplo disso tem-se, o etnólogo holandês do século XVIII, Cornelius de Pauw, em sua obra literária que fez juízo acerca dos índios americanos, no qual foram definidos como: “não têm história”, “são infelizes”, “degenerados”, “animais irracionais”, e no século XIX essa postura foi tomada também pelo filósofo Georg Wilhelm Friedrich Hegel sobre os africanos que seriam sem “história”, “bestiais e envoltos em ferocidade e superstição”. Por isso, os povos racializados necessitavam ser inseridos nos padrões de sociedade estipulado pelo colonizador branco europeu (ALMEIDA, 2018).

Sendo assim, abordar a categoria raça traz consigo o legado racista reproduzido aos povos indígenas e africanos os quais passaram pelo processo escravocrata assumindo a condição de mercadoria, já que racialmente se enquadravam em um grupo inferior.

No Brasil, o termo raça foi introduzido pela geração de 1870 que a tomou emprestada das ciências naturais da época, e que procurava dar uma orientação científica aos estudos sobre a cultura brasileira, propondo ao mesmo tempo um programa de desenvolvimento político da nação pós-escravista (SKIDMORE, 1974; VENTURA, 1991; SCHWARCZ, 1993 apud GUIMARÃES, 2011).

Guimarães (2011) aponta para esta geração o conceito de raça, tal qual utilizado pela biologia do século XIX, empregado para explicar as diferenças culturais entre os povos e o modo subordinado com que foram incorporados ao sistema mercantil global pela expansão e conquista europeia. Logo, abstraía-se da história e das formas sociais, econômicas e culturais para reduzir a desigualdade de situação entre os povos a características físicas e biológicas.

No contexto brasileiro, é possível identificar intelectuais que explicam a questão racial à tradição brasileira que contempla décadas do século XIX, os anos 50-60 do século XX, com desdobramentos até o presente. Sílvio Romero em 1870 tem a maior representação, Gilberto Freyre em 1930 e Florestan Fernandes, a partir de 1950. A vertente sociológica se desdobra nos estudos de Carlos Hanselberg, Nelson do Valle Silva e outros, em meados dos anos de 1970, no qual endossa a discussão sobre raça (SANTOS; MAIO, 2008).

O professor Munanga (1999) em seu livro “Rediscutindo a mestiçagem no Brasil” apresenta Sílvio Romero com suas posições sobre a formação do Brasil como nação, onde tinha muitas influências do determinismo biológico. Romero acreditava no nascimento de um povo original a partir do processo de mestiçagem entre as três raças (branca, negra e indígena), mas desse processo resultaria a dissolução da diversidade racial e cultural e a homogeneização da sociedade brasileira, e então sucederia a predominância biológica (física e mental) e cultural branca. Nesse ínterim, surge Nina Rodrigues com seu posicionamento dizendo que não concordava com a tese que era possível o Brasil se desenvolver a partir da cultura branca com contribuições do negro e do índio, sendo estes últimos incapazes, do qual traria para a nação desequilíbrio e perturbações psíquicas.

Segundo Santos e Maio (2008), nos anos 1920 e 1930 essa ambivalência do determinismo racial à brasileira cairia em declínio e, então, cresce a discussão sobre novas direções na orientação política do País para o desenvolvimento social da sociedade brasileira. Então, Gilberto Freyre retoma a discussão da temática racial em torno da identidade nacional, porém ele desloca a discussão de raça para o conceito de cultura. Na visão freyriana, a mestiçagem aparece como elemento central na formação da sociedade brasileira, bem como a mestiçagem no campo cultural, sendo que dessa ideia brotou o mito da democracia racial.

Nesse sentido, Munanga (1999, p. 80) elucida as questões apresentadas por Freyre em sua obra muito difundida e bem aceita na época, Casa Grande & Senzala, no qual considera:

(...) o mito da democracia racial exalta a convivência harmoniosa entre os indivíduos de camadas sociais e grupos étnicos, permitindo as elites dominantes disseminarem as desigualdades e impedindo de pessoas não brancas terem consciência dos mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade. Ou seja, encobre os conflitos raciais, possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando dos povos subalternos a consciência de suas características culturais que contribui para construção da identidade própria brasileira.

O comportamento de Freyre serviu para reforçar o ideal do embraquecimento, e levar a crença de um país sem discriminação e, com isso, criar mecanismos para que o problema racial não fosse encarado, de modo a não discutir e/ou problematizar as desigualdades raciais já inerentes na época.

As críticas do mito da democracia racial tiveram novo fôlego no ano 1970 no qual foi significativo com os trabalhos dos sociólogos Carlos Hasenbalg e Nelson Villa Silva com base nos dados de desigualdades raciais no Brasil. Nesses estudos se encontrava também uma crítica a Florestan Fernandes referente a visão do preconceito racial como resquício da

herança escravocrata e, como tal, tenderia a desaparecer ao emergir uma sociedade capitalista, democrática, aberta e competitiva. Outra crítica feita por Hasenbalg foi a valorização do conceito de classe em detrimento da importância atribuída à raça nas relações entre grupos e indivíduos (SANTOS; MAIO, 2008).

Para cada crítica apresentada, Hasenbalg trouxe suas perspectivas: na primeira, ele afirma que o preconceito e a discriminação racial após a abolição da escravatura tomaram novas funções e significados no contexto da estrutura social capitalista; na segunda, provou que a raça continua a funcionar como um dos critérios mais importantes na distribuição de pessoas na hierarquia social (HASENBALG, 1979, 1985).

A partir dos anos 1980 a 1990, assumem maior visibilidade duas perspectivas no campo dos estudos raciais. A primeira é a investigação da disparidade existente no plano das relações raciais no Brasil e a segunda é a raça, que se transforma em uma categoria primordial para o entendimento das desigualdades entre brancos e negros. Em ambas as visões, o conceito de raça é importante para a compreensão das disparidades sociais existentes no Brasil (SANTOS; MAIO, 2008).

Na análise histórica sobre raça, alguns teóricos apontam a ressignificação e aplicabilidade do sentido sobre a discussão racial. Nesse cenário, as ciências sociais juntamente com o movimento negro brasileiro buscaram alternativas para a utilização do conceito de raça que se afastasse dos postulados biológicos. Então, raça assumiu o caráter sociológico por ser a nomenclatura mais próxima na evidenciação do racismo existente no Brasil, como aponta Gomes (2005, p. 45):

O Movimento Negro e alguns sociólogos, quando usam o termo raça, não os fazem alicerçados na ideia de raças superiores e inferiores, como originalmente eram usadas no século XIX. Pelo contrário, usam-no com uma nova interpretação, que se baseia na dimensão social e política do referido termo. E, ainda, usam-no porque a discriminação racial e o racismo existente na sociedade brasileira se dão não apenas devido aos aspectos culturais dos representantes de diversos grupos étnico-raciais, mas também devido à relação que se faz na nossa sociedade entre esses e os aspectos físicos observáveis na estética corporal dos pertencentes às mesmas.

Assim, Guimarães (2011) concorda com Gomes em seus escritos como também contribui reafirmando que, o ressurgimento do termo raça enquanto categoria social se deu como estratégia para incluir, não para excluir, de reivindicar e não sujeitar. Os movimentos de jovens negros e mestiços retomam o termo para reafirmar sua integridade corpórea e espiritual contra as diversas formas de desigualdade de tratamento e oportunidades. Guimarães (1999)

complementa, que renascida na luta política, a noção é recuperada pela sociologia contemporânea como conceito nominalista, isto é, para expressar algo que não está existindo de fato no mundo físico, mas que tem realidade social efetiva.

A professora e pesquisadora das relações étnico-raciais Nilma Lino Gomes (2005) sinaliza que é preciso compreender o que se quer dizer quando se fala em raça, quem fala e quando fala, para que não seja referido ao conceito biológico de raças humanas usada no contexto de dominação, mas que seja usado para falar sobre a realidade de negros, brancos e índios no Brasil ou qualquer lugar do mundo, baseado na dimensão social e política do referido termo.

Portanto, o movimento negro e alguns intelectuais ainda não abandonaram o termo raça, pois se faz necessário para falar da realidade do povo negro brasileiro e pela forma como ela opera na sociedade. Esses profissionais entendem a importância do uso de outros termos para abordarem sobre o pertencimento racial do brasileiro, porém a substituição do termo raça para etnia não resolve, na prática, o racismo que existe e nem altera a compreensão intelectual do racismo no Brasil (GOMES, 2005).

Realizar um estudo sobre o histórico da constituição da categoria raça e seus desdobramentos, tanto no Brasil quanto em demais partes do mundo, torna evidente como esta pesquisa de mestrado, com luzes nas discussões raciais, na Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia se preocupa em provocar nas engenharias, sobretudo na engenharia sanitária e ambiental, debate sobre o acesso desigual aos serviços públicos de saneamento básico disponibilizados para as populações negras do Brasil, sobretudo em Feira de Santana-Bahia, onde se situa o lócus desse trabalho.

Embora a área da engenharia sanitária e ambiental pouco tenha avançado nesse debate, no campo da saúde existe pesquisa que discute saneamento básico e relações étnico-raciais, sendo que tais pesquisas revelam a relação do não acesso ao saneamento básico com as DRSAI na população negra e racismo ambiental (ROSEMBERG; PINTO, 1995; JESUS, 2020). Ainda existe uma lacuna nas pesquisas dentro do campo do saneamento básico que problematize o direito à água e ao esgotamento sanitário por meio do marcador sócio-racial nas periferias, favelas, subúrbios, bairro popular - para essa composição textual será utilizado nesse trabalho *bairro negro*, conceito difundido nos trabalhos acadêmicos do professor Henrique Cunha Júnior (2007, 2017) – na perspectiva do racismo estrutural cometido pelas instituições públicas, considerando o acesso à água como direito humano, e os princípios que devem orientar as políticas públicas em saneamento básico como: universalidade; equidade; integralidade; e participação e controle social (MORAES, 2009).

### ***3.1.2.2 Desigualdade Racial***

Discorrer sobre a categoria “raça” e seu legado no contexto sócio-histórico brasileiro vem remeter à célebre frase do professor Milton Santos (2000): “Desejamos integrar a sociedade brasileira de modo que, num futuro próximo, ser negro no Brasil seja, também, ser plenamente brasileiro no Brasil”<sup>4</sup>. A narrativa do pesquisador funciona como uma análise social que aponta as desigualdades raciais existentes entre os negros e brancos no contexto brasileiro.

Na tentativa de transpor a afirmativa de Milton Santos (2000) para esta dissertação de mestrado, vale questionar se a política do saneamento básico tem atuado para construir a plena cidadania das populações negras. Ser plenamente brasileiro só é possível quando o indivíduo passa a gozar dos direitos à saúde, educação, segurança, e acesso universal e igualitário ao saneamento básico. Então, partindo dessa premissa, os moradores dos bairros negros que ao longo da história estão à margem da sociedade, contudo, requer uma adoção de políticas de reparação e inclusão para garantia de direitos de igualdade nas políticas públicas do saneamento básico.

Sob a ótica nesta relação, os bairros com maior incidência de populações negras sofrem com as negligências das políticas públicas de saneamento básico, que tais comportamentos são verificados desde o período escravocrata, assim como, após a abolição da escravatura.

Os negros escravizados no período colonial, conhecidos por “tigres”, eram postos na condição de subserviência pela classe dominante, tendo a tarefa de realizar o esvaziamento dos potes com excretas humanos e ainda abastecer com água para consumo e uso diário os moradores da Casa Grande, sobrados e repartições públicas, isto é, os corpos negros eram os próprios serviços de saneamento básico da cidade (REZENDE; HELLER, 2008; JESUS, 2020).

No Brasil, a partir de 1822, já havia uma discussão para criação de um aparato regulatório para proteger a propriedade privada contra as invasões, sendo que por muito tempo havia divergência entre os liberais e os conservadores para a nova lei de terras e o fim da escravidão, desde a Constituição Brasileira de 1824 a 1850, quando foi promulgada a Lei de Terra e uma semana depois é posto o fim ao tráfico de africanos. De acordo com a Lei, as terras devolutas poderiam ser adquiridas mediante compra e venda, isso afastava a

---

<sup>4</sup> Trecho retirado do artigo “Ser negro no Brasil hoje” escrito por Milton Santos, geógrafo, professor emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Fonte: Folha de S. Paulo - Mais - Brasil 501 d.c. - 07 de maio de 2000.

possibilidade de trabalhadores sem recursos tornarem-se proprietários. Dessa forma, os trabalhadores “livres” ficavam na dependência dos serviços que era só desenvolvido por negros escravizados, e tal fenômeno encobria a manutenção de poder dos ditos liberais quando mencionam que o tráfico negreiro e a escravização já tinham encerrado (MARICATO, 1995, 2002).

A população negra foi deixada nas ruas e jogada à própria sorte, sem nenhum amparo dos governantes. Nesse sentido, as considerações de Maricato (1995, p. 18) fundamentam a afirmação supracitada ao relatar:

O aparato legal urbano, fundiário e imobiliário, que se desenvolveu na segunda metade do século XIX, forneceu base para o mercado imobiliário fundado nas relações capitalistas e também para a exclusão territorial. Os Códigos de Posturas Municipais de São Paulo (1886) e Rio de Janeiro (1889) proibiram a construção de cortiços ou ‘edificações acanhadas’ nas áreas mais centrais.

Nesse ínterim, no ano de 1893, o então prefeito do Rio de Janeiro da época, Barata Ribeiro, mediante sua política higienista, decreta o despejo dos moradores do grande e conhecido cortiço Cabeça de Porco, seguido de demolição de todas as casinhas. Havia todo um aparato militar para a retirada de mais de 2 mil pessoas daquele lugar. A população residente resistiu, mas não o suficiente para o Exército, policiais militares, bombeiros, autoridades do Poder Executivo e do Legislativo desistirem dessa ação. O destino dos moradores despejados foi ignorado e o que restou ao povo foi ir em direção ao morro, às encostas. Poucos anos mais tarde, 1897, o lugar passou a se chamar “morro de favela”. O Cabeça de Porco, assim como os outros cortiços do centro do Rio de Janeiro eram tidos como “valhacouto de desordeiros”, sendo que esse ato significou para muitos o varrer a “sujeira” da cidade (CHALHOUB, 1996).

O Estado brasileiro almejava modelos de urbanização desenvolvidos na Europa e, dessa forma, implementou a higienização dos grandes centros urbanos, o que culminou na expulsão dos negros para áreas periféricas das cidades, assim como diz Flexor (1998, p. 115):

Os elementos que faziam da cidade um lugar atrasado, feio, sujo deviam desaparecer para dar lugar ao novo: avenidas e ruas largas, arejadas, calçadas, arborizadas, (...), com habitantes brancos, vários parques e praças, espaços de passeio e lazer.

Tecer um olhar crítico sobre a higienização das cidades permite identificar a violência sofrida pelos povos negros. A higienização como prevenção às doenças mascarava a ideologia da eugenia, ou seja, as cidades deveriam ser limpas racialmente, como destacou Lira (1999, p. 51): “um meio urbano visto como degenerador de uma cidade asséptica, civilizada e

domesticada para as funções do trabalho, mas também ‘eugênica’, quer dizer, racialmente higienizada”.

Silveira (2018) ao escrever parte da história de Salvador, vai relatar que no final do século XIX e início do século XX, a medicina considerava que as doenças eram transmitidas por emanções miasmática<sup>5</sup> e acreditava que havia uma ligação com as péssimas condições de salubridade da cidade. Tanto as ruas quanto as arquiteturas eram consideradas anti-higiênicas. As ruas eram estreitas e sujas, nas paredes das casas, calçada e praças havia excretas humanos e de animais, apesar da existência de uma regulamentação, o aspecto insalubre era agravado pela ineficiência dos serviços públicos de saneamento básico. As habitações eram úmidas e quentes, aliado à falta de higiene, o costume de descartar os excrementos nas ruas e praias eram o ambiente propício para a disseminação de doenças. Essas eram tidas como vilãs da situação de atraso no qual a cidade da Bahia se inseria, sendo o poder municipal acusado pelo descaso a questões referentes à saúde pública (SILVEIRA, 2018).

Tais situações, segundo Pinheiro (2011), também são geradas pelo enorme fluxo de pessoas entre moradores dos sobrados e casas térreas, em geral escravos alforriados à procura de oportunidade no centro urbano, e viajantes europeus que aportavam na cidade da Bahia. Logo a estrutura colonial somada à inexistência de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, de coleta regular de resíduos sólidos, contribuía para epidemias de doenças como febre amarela, febre tifoide, cólera, tuberculose, que eram constantes.

A elite na época se envergonhava com tal situação e passou a idealizar uma cidade civilizada, europeizada, asséptica, mas também “eugênica”, isto é, racialmente higienizada. Estas transformações no espaço urbano são entendidas como aniquilamento da identidade negra e combate à cultura africana, em especial, na cidade de Salvador, o que contribuiu de forma intensa para a segregação urbanística dos afrodescendentes.

Ainda no campo da eugenia racial, Lira (1999) traz em sua produção textual a fala de um engenheiro sanitaria, em 1920, na cidade de Recife, para o qual a higiene e eugenia “são duas ciências que precisam caminhar emparelhadas, uma complementar da outra (...) a primeira cuida da cidade, e a segunda aperfeiçoa a raça de cuja perfeição e vitalidade muito depende o progresso do País” (PEREIRA, 1928, p.72 apud LIRA, 1999, p. 54).

No campo da Educação, ações foram implementadas para tornar inviável a presença negra no espaço escolar como indicam Santos e Barros (2011, p. 4) a partir do artigo 9º do

---

<sup>5</sup> Emanação miasmática é entendida como o odor exalado pela putrefação de matérias orgânicas.

Regulamento de 1º de setembro de 1847 da província do Rio de Janeiro que estabelecia: “São proibidos de frequentar as escolas públicas os que padecem de moléstias contagiosas, os escravos e os pretos africanos, sejam libertos ou livres”. Soma-se a estas decisões políticas, a definição do governo brasileiro em intensificar a miscigenação do povo brasileiro por meio das ações que estimularam a imigração de milhares de famílias europeias para assumir postos de trabalho em indústrias, cidades e no meio rural.

Então, verificou-se como o legado positivista da categoria raça ganhou corpo, função científica, argumentação sólida e legado em várias áreas que compõem a sociedade da produção do conhecimento. Portanto, compreender que o racismo também atua na constituição identitária do Engenheiro Sanitarista e Ambiental, é o primeiro passo para problematizar a questão, e repensar as pesquisas e as práticas raciais que têm sido legitimadas pelo campo do conhecimento, de forma que os profissionais em sua área de atuação passem a ter um olhar crítico e reflexivo quando exercer suas atividades em territórios com populações negras e suas realidades, vivências e experiências.

Dessa forma, esta pesquisa traz para o campo da política pública de saneamento básico, dentre tantas responsabilidades, maior cuidado no trato com as demandas das populações negras. Não se pode negligenciar o impacto dos mais de 300 anos de escravidão e, por conseguinte, as severas imposições políticas segregacionistas alvejando as pessoas negras no Brasil. Portanto, discutir o direito humano essencial de acesso igualitário aos serviços públicos de saneamento básico perpassa por uma preocupação, não apenas econômica, mas sobretudo racial, já que as mais variadas pesquisas de diversas áreas têm demonstrado como as políticas públicas não alcançam a real necessidade dos afrodescendentes.

Nesse ínterim, a pesquisa de Henriques (2001), no início da primeira década de 2000, discute a problemática do acesso a serviços da população negra no Brasil. O autor aponta que entre 1992 a 1999 ocorreu “uma trajetória de aumento das diferenças entre brancos e negros, sobretudo nos indicadores de acesso à coleta de lixo, esgotamento sanitário, acesso à energia elétrica e abastecimento de água” (*ibid.*, p. 18). A esse aporte soma-se o de Sant’Anna e Paixão (1997, p. 33) que revela o fato de que o “IDH para os afro-brasileiros é pior do que o dos países latino-americanos, exceto Nicarágua, que vem logo atrás com 0,568. (...) Uma triste situação para o paraíso da democracia racial”.

Além da infraestrutura urbana e habitação, a desigualdade racial é verificada na área da educação, como elucida Henriques (2001, p. 27):

Um jovem branco de 25 anos tem, em média, mais 2,3 anos de estudo que um jovem negro da mesma idade, e essa intensidade da discriminação racial é a mesma vivida pelos pais desses jovens – e a mesma observada entre seus avós. (...) A escolaridade média de ambas as raças cresce ao longo do século, mas o padrão de discriminação racial, expresso pelo diferencial nos anos de escolaridade entre brancos e negros [2,3 anos em média], mantém-se absolutamente estável entre as gerações.

Evidenciar os dados acima se torna necessário para revelar como as desigualdades raciais estavam presentes no Brasil, mas só ganharam a devida atenção após o fortalecimento do Movimento Negro Unificado (MNU), pois houve um crescimento de políticas públicas voltadas aos direitos humanos das populações negras, bem como o aumento do debate sobre desigualdades socioeconômicas que caminhou para a sua ampliação com o foco nas desigualdades raciais.

Nesse sentido, ainda no campo das desigualdades raciais, se faz necessário debater sobre a presença dos negros no mundo do trabalho e a distribuição de renda. A precariedade na distribuição dos recursos econômicos não condiz com os séculos de trabalho de homens negros e mulheres negras, como aponta Hasenbalg (1996, p. 15):

Mais de um século depois da abolição da escravidão, o trabalho manual continua a ser o lugar reservado para os afro-brasileiros. Em oposição ao que afirmaram as teorias sobre modernização, a estrutura de transição fornecida pelo rápido crescimento econômico nas últimas décadas não parece ter contribuído para diminuir de maneira significativa a distância existente entre os grupos raciais presentes na população.

Com a expansão das denúncias sobre a situação das populações negras no Brasil, chega-se em 2011 com os dados apresentados pelo Ipea, vinculado ao atual Ministério da Economia, que apontou as disparidades socioeconômicas existentes entre brancos e negros. O Estado brasileiro se deparou com informações levantadas por órgãos públicos, com financiamento estatal o que ultrapassava as constatações e dados levantados por um pequeno grupo de militantes do MNU. Os dados foram elaborados e divulgados por agências federais e a repercussão alcançou visibilidade internacional, sendo que as pressões internas e externas conduziram o Estado a declarar uma postura antirracista nas formulações das políticas públicas.

### 3.2 RACISMO ESTRUTURAL

Realizar a discussão sobre a categoria raça, depois de abordar as desigualdades raciais se mostra relevante nesta produção textual por ser a soma de debates científicos que coadunam

para a compreensão do Racismo Estrutural, largamente naturalizado nas relações sociais e que repercute com muita intensidade nas políticas públicas.

Sendo assim, buscou-se teóricos que discutem o Racismo Estrutural, dentre eles destaca-se Almeida (2018) que em sua obra “O que é racismo estrutural?” leva o leitor a ampliar os olhares não somente para as questões repercutidas no cotidiano, mas sobretudo, verificar como surgiu e de que forma o legado histórico recebe espaço para continuar a existir:

O racismo não é um ato ou um conjunto de atos e tampouco se resume a um fenômeno restrito às práticas institucionais; é, sobretudo, um processo histórico e político em que as condições de subalternidade ou de privilégio de sujeitos racializados é estruturalmente reproduzida (ALMEIDA, 2018, p.29).

Se ater a colocação de Almeida (2018) sobre o Racismo Estrutural e trazê-la para o campo do saneamento básico representa uma ação de tensionamento sobre como a estrutura e determinações das engenharias sanitária e ambiental e civil pensam e refletem sobre a racialização da estrutura social brasileira. Ou seja, envolve o esforço de entender se o Racismo Estrutural abarca ideologias políticas que privilegia a classe média branca e reforça a opressão aos negros trabalhadores. Assim, o cenário do acesso ao saneamento básico reforça o entendimento de que as políticas públicas da área têm seguido à lógica estruturalmente reproduzida, a qual repercute as ações do racismo ao legitimar a “falta de regularização no acesso das famílias a infraestrutura sanitária” (GOMES; HELLER, 2009, p.2).

Para compreender com dados essas inquietações, dados apresentados pelo Ipea (2011, p. 31) revelam onde houve um aumento expressivo de domicílios com abastecimento de água, sobretudo, casas com chefias de pessoas negras: “em 1995, apenas 76,6% destes domicílios chefiado por pessoas negras contavam com abastecimento de água adequado, em 2009 chega a 90,1%”. Mesmo com aumento significativo na cobertura do serviço às populações negras, o próprio Ipea mostra que o benefício ocorrido às famílias negras “não se equipara ao serviço prestado à população branca”, que em 2009 atingiu 94,8%, isso sem avaliar a qualidade do serviço prestado. Quando o assunto é esgotamento sanitário o percentual de cobertura por esse serviço é menor entre as populações brancas e negras. Portanto, em 2009 a população branca contava com 77,1% dos domicílios com acesso ao esgotamento sanitário, enquanto a população negra contava com 60%.

Nesse sentido, o que foi descrito acima demonstra a desigualdade enfrentada pela população negra. Dessa forma, Almeida (2018) aponta que a desigualdade racial é uma característica da sociedade, porque os grupos raciais hegemônicos fundamentalmente se utilizam desses

espaços institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos. Ou seja, as pessoas não negras são beneficiárias das condições criadas por uma sociedade que se organiza a partir de normas e padrões que não atendem a população negra.

Exemplo disso se dá a partir da falta de saneamento básico para as populações que resistem no bairro negro, no subúrbio, no gueto, nos assentamentos, nos quilombos, nas aldeias porque estar nesses locais foge a norma e o padrão estabelecido pelo grupo hegemônico, logo são forjadas circunstâncias que dificultam o acesso a um direito fundamental de pessoas ao abastecimento de água e ao esgotamento sanitário, sendo que na ausência desses direitos as populações estão condicionadas às DRSAs que podem levar até a morte.

Para Foucault (2005, p. 309) “o racismo é uma tecnologia do poder”. Foucault, ao considerar que as mudanças socioeconômicas ocorridas a partir do século XIX vão impor uma transformação significativa na concepção de soberania, em que deixa de ser o poder de tirar a vida para ser o poder de controlar, de manter e prolongar. Isto é, o saneamento básico, a saúde pública, a segurança, são exemplos do exercício que o poder estatal tem sobre a manutenção da vida da população, sendo que a ausência destes seria o deixar morrer pelo Estado. Foucault denomina de biopoder esse exercício do poder sobre a vida que tem o racismo como mecanismo fundamental do poder do Estado (ALMEIDA, 2018).

Portanto, verifica-se que a concepção institucional do racismo trata o poder como elemento central da relação racial, com isso, racismo é dominação. “No caso do racismo institucional, o domínio se dá com estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que são determinantes para manter a hegemonia do grupo racial no poder” (ALMEIDA, 2018, p.31). O racismo tem permitido cada vez mais a naturalização da morte pela violência a qual populações inteiras estão submetidas, seja pela perda de crianças por “balas perdidas” ou pela convivência em área inteiras sem ou com saneamento básico deficiente, sem serviços públicos de saúde e de educação, sendo que esse comportamento se traduz no genocídio dos corpos negros.

Pertencer a uma territorialidade negra implica em ter associado ao indivíduo o olhar que a sociedade reproduz sobre tal espaço. Dessa forma, ser um corpo negro oriundo de um bairro periférico reforça à esta corporeidade a subordinação e subalternidade determinado pelo Racismo Estrutural, o qual se institucionaliza para garantir as ideologias do grupo dominante.

Uma vez discutido de que forma a categoria raça se formatou e como o corpo negro foi e ainda é compreendido pelos grupos dominantes politicamente, assim nesse viés, a negligência

do poder público com o bairro negro pode ser compreendida por uma perspectiva de Racismo Estrutural. Assim, repensar o serviço público de saneamento básico prestado na perspectiva de raça torna-se uma necessidade, de forma a reparar os impactos negativos do Racismo Estrutural.

### 3.3 BAIRRO NEGRO

Para entendimento de concepção do Bairro Negro, inicialmente, notou-se a necessidade de abordar a definição de bairro. Portanto, existem inúmeras definições de bairro, tendo em vista os diversos enfoques metodológicos com recortes morfológico-espaciais, político-administrativos e histórico-sociais.

Dada a complexidade do conceito de bairro, Santos *et al.* (2010) sugerem uma síntese que revela muito bem o que é um bairro, baseado na dimensão teórico-conceitual:

Unidade territorial, com densidade histórica e relativa autonomia no contexto urbano-ambiental, que incorpora as noções de identidade e pertencimento dos moradores que o constituem; que utilizam os mesmos equipamentos e serviços comunitários; que mantém relações de vizinhança e que reconhece seus limites pelo mesmo nome (SANTOS *et al.*, 2010, p.8).

Diante dessa definição, percebe-se que o significado de bairro vai além da concepção geográfica clássica de uma paisagem urbana com traçados das ruas, tipologia das construções, de qual a atividade que se exerce (residencial, comercial e industrial) e qual o padrão de vida de sua população.

O bairro tem um fator relevante em sua concepção quando se aborda os aspectos histórico-sociais existentes, mediante o que, vê-se a diversidade das formas de construir o urbano, com destaque aos bairros populares, pois possuem em seu fundamento evidências históricas, as relações espaciais e de vizinhança e as manifestações culturais, tendo os seus moradores como agentes de transformação do espaço.

A história social, política, econômica e cultural brasileira criou espaços geográficos de desigualdade onde se concentram populações de origem africana e que foram escravizados no Brasil. Esses espaços são encontrados em grande número nas cidades brasileiras que fogem do perfil ideal do urbano, que escapam de uma relação com projetos formais e de representação comum por uma prática universal.

O pesquisador Cunha Júnior (2007) faz uma crítica a esta percepção dos espaços de maioria negra, por ter uma construção, em geral, diferente do que é pensado pelos intelectuais urbanistas, fazendo menção ao que se aprende na universidade:

Este é o problema da formação de arquitetos e engenheiros do Brasil. Mas também é o problema das formações das universidades brasileiras que pouco produz conhecimento sobre as culturas de comunidades particulares como associação de bairros, comunidades rurais, comunidade quilombola, grupos de ciganos e nações indígenas (CUNHA JÚNIOR, 2007, p.69).

Nesse sentido, a história do Brasil revela que as políticas engendradas para os espaços urbanos eram contrárias aos interesses dos povos negros (MARICATO, 2002; CHALHOUB, 1996). As políticas urbanas de distribuição de terra e a retenção de terras do Estado brasileiro foram desfavoráveis a essas populações, em muitos aspectos favoráveis às populações euro descendentes, criando um aumento na desigualdade social. Um exemplo disso é a política eugênica, que removeu as populações africanas e seus descendentes dos centros urbanos, o que resultou na instalação destas populações em áreas periféricas distantes das políticas urbanísticas (MARICATO, 2002; RAMOS, 2010, 2013).

No Brasil Império todos os problemas relacionados com atraso econômico e questões urbanas, as populações negras eram culpabilizadas e, além disso, problemas na área da saúde foram motivos para serem realizadas as reformas sanitárias nas cidades. Com isso, tem-se que o País estabeleceu mecanismos do racismo ao estigmatizar as populações negras às situações precárias de salubridade e econômicas. Até os dias atuais permanece a ideia de inferioridade dos negros, como se esta inferioridade social, econômica e política que a população negra é submetida não fosse resultado da escravidão no passado e do racismo no presente (MARICATO, 1995, 2002; SEYFERTH, 1996).

As localidades de maioria negra existentes nas cidades brasileiras, caracterizam-se por áreas sem serviços públicos essenciais ou com escassa ou deficiente prestação de serviços. Politicamente é uma estratégia de relegar os territórios negros ao acesso às políticas públicas, de modo a enfraquecer a consciência política de seus moradores para lutar pelos direitos ao espaço urbano digno e aos seus territórios construídos socialmente (RAMOS, 2007b).

Cunha Júnior (2017), intelectual que tem pesquisado a temática do Bairro Negro, chegou a definição de que Bairros Negros são áreas de grande vulnerabilidade social, econômica, cultural e política. E ainda, faz menção que na atualidade podem ser definidos pelas estatísticas do IBGE como as áreas da cidade com maioria de pretos e pardos. Cunha Júnior ainda acrescenta (2007, p. 189):

(...) analisar o bairro com maioria da população afrodescendente sedimentados com a história e a memória dos seus moradores. A história e a memória são, neste caso, determinantes para a construção das relações sociais, produzindo o modo de vida embasado em culturas próprias, sendo esta análise irrefletida no embasamento eurocêntrico que encontramos nas teorias e estudos das cidades do Brasil.

Ademais, Ramos (2013) em sua pesquisa no Engenho Velho da Federação em Salvador-BA, complementa Cunha Júnior ao mencionar que o bairro negro, como fruto da dinâmica cultural, apresenta assimilações e reelabora os bairros não-negros sem deixar de ser um bairro negro, sendo que a integração com diversas culturas faz do bairro negro um lugar rico, que é compreendido aqui pela alta diversidade cultural.

As diversidades culturais ligadas ao bairro negro podem ser entendidas a partir da consideração realizada por Gomes (2003, p. 79): “(...) diz respeito à consciência cultural, à estética, à corporeidade, à musicalidade, à religiosidade, à vivência da negritude, marcadas por um processo de africanidade e recriação cultural.” Nesse sentido, as populações negras possuem fortes ligações com as memórias, identidades coletivas dos grupos sociais e têm como referência a ancestralidade.

Toda essa riqueza histórica, cultural e social das populações negras tem sido negada e inferiorizada, dando significado ao racismo. Desse modo, esta pesquisa se propõe a investigar a desigualdade racial que atinge as populações negras existente em Feira de Santana-BA, com delimitação para o bairro negro, no atendimento ao abastecimento de água e ao esgotamento sanitário, com o intuito de valorizar os espaços desse povo, sobretudo contribuir para que políticas públicas de saneamento básico sejam direcionadas para atender a esta população.

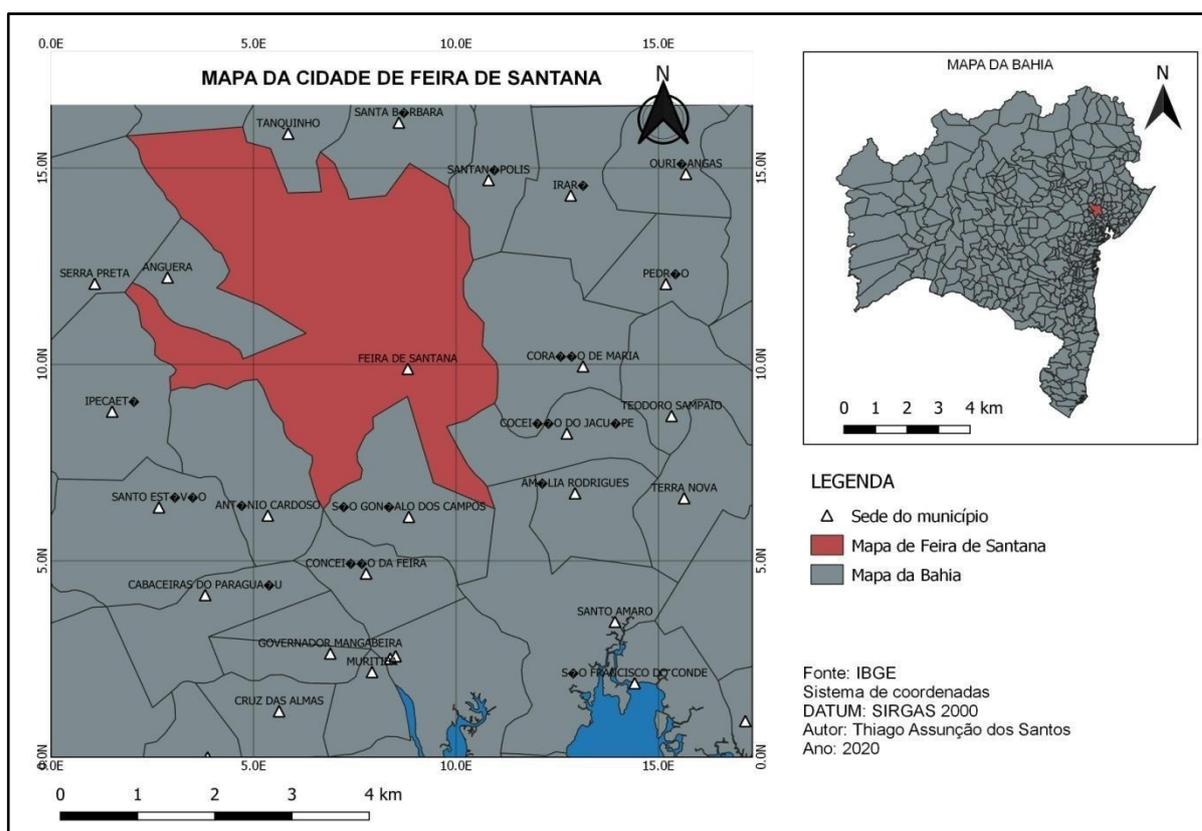
### 3.4 ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM FEIRA DE SANTANA

A Lei Nacional do Saneamento Básico, Lei n. 11.445/2007, considera o saneamento básico como o conjunto de serviços, infraestrutura e instalações operacionais, dos componentes de abastecimento de água para consumo humano, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos e drenagem urbana e manejo de águas pluviais (BRASIL, 2007). Além disso, o saneamento básico é um direito humano essencial a todos os seres humanos, sendo o direito à água e ao esgotamento sanitário oficialmente reconhecido pela ONU em 2010.

Para fins desta pesquisa, será apresentada a evolução do acesso à rede de distribuição de água e à rede coletora de esgotos sanitários para o alcance da universalização destes serviços públicos<sup>6</sup>, tendo como fonte de análise o Snis, sistema que disponibiliza dados autodeclarados fornecidos pelos municípios. Tal análise dar-se-á a partir do ano 2007 e de 2017, em referência ao Brasil, Bahia e Feira de Santana.

A cidade de Feira de Santana é a segunda maior cidade do estado da Bahia (Figura 1), com população estimada em 609.913 habitantes (IBGE, 2018). Tem uma área de 1.344km<sup>2</sup>, sua densidade demográfica é de 416 habitantes por km<sup>2</sup>. Situa-se a 108km de distância de Salvador, a capital do estado, e possui localização estratégica, compreendendo um dos principais centros rodoviários do País, cortada pelas BR 101, 116 e 324, que ligam o Sul, Sudeste e Centro-Oeste do País ao Norte e Nordeste. Além disso, comporta um anel rodoviário que funciona como um entroncamento para o interior do estado da Bahia e para toda a região Nordeste (SANTO, 2012).

Figura 1 - Mapa de localização do município de Feira de Santana-Bahia



Fonte: Autoria própria, 2020.

<sup>6</sup>O serviço público de abastecimento de água por rede geral caracteriza-se pelo processo de retirada da água dos mananciais, sejam eles superficiais ou subterrâneos, que passam por tratamento específico para atingir o grau de qualidade exigido por portaria do Ministério da Saúde, sendo então transportada e fornecida à população por meio da rede de distribuição.

Feira de Santana está situada na região de transição do litoral úmido e o Semiárido nordestino, sendo por isso conhecida como o Portal do Sertão. Apresenta uma pluviosidade média anual de 837,33mm, sendo que 60% desse fenômeno ocorrem no período entre março e agosto. Sua história está diretamente ligada à água, pela presença de inúmeras nascentes e cursos hídricos. Para se ter ideia, o Município está localizado em parte de três bacias hidrográficas (dos rios Jacuípe, Pojuca e Subaé), o que foi essencial para sua fundação, especialmente por ser uma região do Semiárido (CARELLI, 2011).

De acordo com dados históricos de Feira de Santana, sua origem deu-se no século XVIII, depois que os donos da fazenda Santana dos Olhos D'água, o casal português Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandão construíram uma capela a Senhora de Santana e São Domingos. Ao redor foram construídas as primeiras casas e senzalas. Esse local era o ponto de encontro das tropas e dos viajantes para descanso, bem como chegadas e partidas que tinham como destino o Porto em Cachoeira ou o comércio de gado em Salvador e Santo Amaro (ARAÚJO; ARAÚJO, 2016).

Como toda história de criação de um município que se dá pela oferta e abundância dos recursos hídricos, Feira de Santana não foi diferente, pois a terra proporcionava grandes oportunidades para plantar e criar gado. Assim, o povoado começou a desenvolver-se, e de um comércio incipiente originou-se a feira livre, no qual houve o aumento de pessoas que se fixaram nesse lugar pelas questões comerciais, por conseguinte econômicas que beneficiavam o local, sendo que com isso demandou-se um processo de urbanização (SANTO, 2003).

A maior parte desse processo recebeu contribuição a partir do êxodo pelos povos escravizados em busca de terras para trabalhar e terem sua liberdade. Segundo Pinheiro (2015), Feira de Santana foi o local que oferecia a população negra egressa da escravidão, a liberdade ao viabilizar seus interesses pessoais, de ter uma terra para realizar suas atividades rurais, das quais podiam produzir seu próprio alimento para consumir e o excedente para comercializar, o que acarretou para a região transformações culturais e econômicas.

Durante muito tempo a água que abastecia os viajantes e quem ali morava era a água oriunda dos poços construídos pelos donos das fazendas e a cada nova casa se escavava um novo poço. Somente em 1951 começaram as primeiras instalações de água na cidade sede do Município, sendo que a captação se dava por poços de água subterrânea. Anos depois, em 1968, o abastecimento era realizado por nove poços, com o total de 4.871 ligações à rede de distribuição e atendia à 121.060 habitantes, sendo a responsabilidade pelo serviço à cargo da autarquia municipal Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE).

Em 1970, a água para Feira de Santana passa a ser transportada do rio Paraguaçu, porém sua qualidade diferenciava da água subterrânea pela maior quantidade de sais minerais, tornando-a desagradável ao paladar. Em 1976, a quantidade de ligações passou a ser de 23.042, atendendo a uma população estimada em torno de 187.005 de habitantes (SUDENE, 1976 apud SANTO, 1995).

O município de Feira de Santana é abastecido pelo Sistema Integrado de Abastecimento de Água (SIAA), o SIAA Feira de Santana, SIAA Ipuacú e SIAA Santo Estevão, que atendem também outros municípios vizinhos com seus distritos e sub-distritos, por meio da prestadora de serviço Embasa. O SIAA de Feira de Santana, responsável por atender a área urbana de Feira de Santana, dispõe de Estação de Tratamento de Água (ETA) que utiliza o tratamento convencional, com capacidade nominal de 5.400m<sup>3</sup>/h (1.580L/s), é composto por: captação no lago de Pedra do Cavalo (rio Paraguaçu); adutora de água bruta; Estação de Tratamento de Água (ETA); adutora de água tratada; estações elevatórias; reservatórios elevados; reservatórios apoiados; e rede de distribuição (FEIRA DE SANTANA, 2018)

Nos anos 1970, Feira de Santana não dispunha de rede coletora de esgotos sanitários para toda a população, embora houvesse um trecho executado pelo órgão federal, Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), que atendia somente o Centro e que já estava defasado pela quantidade de habitantes da Cidade (SANTO,1995). Dessa forma, utilizava-se fossas de diferentes tipos, sem nenhum critério técnico, sendo que a sua grande maioria contribuía para contaminar o lençol freático.

O *deficit* de acesso à rede coletora de esgotos sanitários na Cidade tem se perpetuado ao longo dos anos. Carelli (2011) traz em seu trabalho na bacia hidrográfica Olhos D'água, os registros feitos de lançamento de cargas de esgotos sanitários domiciliares conduzidos diretamente para a área da bacia ou ligações de esgotos sanitários das residências às galerias de águas pluviais, demonstrando o descaso e a ineficiência do serviço público de esgotamento sanitário da Cidade.

A população feirense carece do olhar sensível pela instituição que presta o serviço público de esgotamento sanitário em que a ligação à rede coletora seja realizada com eficiência, porque a ausência deste acarreta poluição do solo, dos mananciais, podem causar doenças relacionadas à excretas humanos e atrair vetores transmissores de doenças, causando prejuízo à saúde pública, principalmente pelo aumento de casos de morbi-mortalidade de criança e adultos.

Pelos dados disponibilizados pelo Snis de 2017, em termos de abastecimento de água, Feira de Santana estava com o serviço universalizado, ou seja: 100% da população era atendida pela rede de distribuição de água (BRASIL, 2018). Entretanto, não foi informada a qualidade do serviço prestado à população, já que há uma lacuna nos indicadores utilizados, sendo necessário elucidar se o abastecimento de água atendia a todos os bairros de modo contínuo e se a água disponibilizada atendia aos padrões de potabilidade para o consumo humano vigentes no País.

Ainda segundo o Snis (BRASIL, 2018), a população ligada à rede de esgotamento sanitário em 2017 era de 80,39%, revelando que parcela da população feirense se encontrava desassistida por este serviço; e, além disso, as áreas atendidas apresentam extravasamentos de esgotos, cujos registros superaram a quantidade de 8.000 extravasamentos por ano, mostrando a deficiência na operação do sistema de esgotamento sanitário.

As condições do saneamento básico para uma cidade sede de um município em termos de cobertura de atendimento, podem ser um tanto questionáveis, porque a partir da análise a ser feita em seus bairros negros no âmbito do contexto brasileiro, pode ser mostrado que é menor quando comparada com a da cidade sede. Dentre tais dificuldades encontradas podem ser indicadas a extensão da rede de distribuição de água e da rede coletora de esgotos sanitários para atendimento dos domicílios, a exigência de regularização fundiária dos terrenos para que os serviços cheguem lá, a topografia do terreno e litologia e formação do solo, bem como a ausência do Estado para formular e implementar políticas públicas direcionadas à população negra e periférica.

Essas populações estão desassistidas pelo poder público prestador dos serviços públicos de saneamento básico, o que resulta na insegurança da qualidade, porque esse espaço é onde há falta de água constantemente, a potabilidade da água recebida pode ser contestável, a situação do manejo dos excretas/esgotos e dos resíduos sólidos é precária, muitas vezes não recebem o destino ambientalmente adequado, impactando o bem-estar dos moradores seja pelos maus odores, pela presença de vetores transmissores de doenças, como ratos, insetos e baratas, ou até por meio de problemas causados por alagamentos ou enchentes, além do contato das pessoas com a água contaminada que pode causar doenças, como a leptospirose.

Diante do exposto, pode-se referenciar o trabalho recente desenvolvido pela professora e pesquisadora Patrícia Campos Borja e colaboradores (2015) na cidade de Salvador, em que revela o baixo Índice de Saneamento Básico-ISB apresentados nos bairros de maior

vulnerabilidade social, econômica e de saúde e que, dentre eles, se inserem também os bairros negros.

Há estudos que apontam as deficiências na prestação dos serviços públicos de saneamento básico nas mais diversas cidades brasileiras, com destaque para os baixos índices de atendimento desses serviços para as populações carentes (NAHAS *et al.*, 2019; DIAS; BORJA; MORAES, 2004; GOMES; HELLER, 2009; LARREA-KILINGER, 2001; MACIEL *et al.*, 2013; PEREIRA; JUNIOR; RODRIGUEZ, 2013).

Nesse sentido Jesus (2020, p.4) considera: “Longe de ser um problema individual e uma realidade oculta, essa é uma realidade social evidente e facilmente verificável quando se anda nas periferias, subúrbios e quebradas.”. A afirmação feita por Jesus pode contemplar a realidade do bairro Rua Nova em Feira de Santana-Bahia, porque se apresenta como bairro periférico, com presença majoritária de pessoas negras, mas o que se sobrepõe à luta e resistência desse povo é a forte contribuição da cultura negra, seja na musicalidade com o mais conhecido grupo de Afoxé Pomba de Malê, seja pela presença dos centros religiosos de matriz africana como o candomblé, ou seja, pela apresentação estética na forma de vestir e uso de acessórios de beleza.

Ademais, Miranda (2018) considera que:

a relação das populações negras com o espaço abarca um estilo de vida particular, uma atmosfera marcada pela multiplicidade, pela diversidade, constituindo-se um conjunto de valores contrários à formação social imposta pelos grupos dominantes, os quais ainda tentam perpetuar a hierarquia escravocrata (2018, p.83).

## 4. METODOLOGIA

### 4.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O DESENHO DO ESTUDO

O trabalho com o bairro negro solicita do pesquisador, parafraseando Levis Strauss (1994), um envolvimento com as pessoas, com as oralidades, com as memórias, ampliação dos sentidos ao escutar e observar as práticas sociais próprias do lócus de pesquisa. Dessa forma, entende-se que a pesquisa qualitativa é uma opção coerente para acessar essas dimensões, ao percorrer vias, ruas, becos e avenidas do bairro de estudo em Feira de Santana-Bahia, Rua Nova. E, a partir disso, assegurar rigor analítico sobre os discursos dos moradores sobre o tema de pesquisa: desigualdade racial no acesso ao abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Com isso, considerando que toda pesquisa qualitativa parte de uma experiência, como define Minayo (2012), suas características próprias pressupõem o envolvimento do pesquisador com as narrativas dos sujeitos que contribuem com os dados da investigação. Sobre isso, Minayo aponta que uma pesquisa qualitativa busca compreender as experiências das pessoas sobre a sua relação com o mundo que ajuda a construir, bem como suas vivências com os fenômenos sociais que atravessam seus cotidianos:

[...] trabalha com o universo de significados, motivações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo de relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização (MINAYO, 2004, p. 21-22).

A opção pela pesquisa qualitativa pautou na problemática do estudo que busca compreender e investigar a desigualdade racial dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no bairro negro em Feira de Santana (BA) pela ótica da população negra.

Ainda sobre a pesquisa qualitativa, buscou-se em Cardoso (2008) uma dimensão contextual e teórica que ajudou a verificar que o bairro negro estudado e vivenciado pelo pesquisador solicitou “[...] trabalhar [...] olhares e significados no processo de observação [...]” (CARDOSO, 2008 p. 26), atitude fundamental para possibilitar uma aproximação do pesquisador com o campo de estudo.

Então, dentro do campo das abordagens qualitativas, escolheu-se a Observação Participante como técnica de investigação social, pois esta propicia ao pesquisador dois elementos de

suma relevância: compreensão e interpretação. Sobre compreender, Minayo (2012, p. 623) elucida:

Ao buscar compreender é preciso exercitar também o entendimento das contradições: o ser que compreende, compreende na ação e na linguagem e ambas têm como características serem conflituosas e contraditórias pelos efeitos do poder, das relações sociais de produção, das desigualdades sociais e dos interesses.

É justamente essa característica de acessar os conflitos, as desigualdades sociais, as relações de poder que fortalece a utilização da Observação Participante como um caminho para atender ao objetivo de pesquisa. Problematizar as particularidades de um bairro negro, periférico, constituído por trabalhadores negros e trabalhadoras negras, abrange uma variedade de fatores próprios das desigualdades sócio-raciais típicas do povo brasileiro.

Observar, vivenciar, ter a experiência e diálogo com os participantes desta pesquisa traz para os estudos das águas um repertório que não se restringe a discussões técnicas, meramente positivistas, fechadas em uma área do conhecimento mais enrijecida. Muito pelo contrário, dialogar com os moradores do bairro Rua Nova possibilitou ao pesquisador das ciências ambientais a aproximação para uma compreensão sobre um povo e sua territorialidade, o que incide na interpretação dos dados da pesquisa sob uma ótica outra, a ótica de quem produz e reproduz o bairro negro. Soma-se à compreensão o elemento interpretação, que segundo Minayo (2012, p. 623), significa:

Interpretar é um ato contínuo que sucede à compreensão e também está presente nela: toda compreensão guarda em si uma possibilidade de interpretação, isto é, de apropriação do que se compreende. A interpretação se funda existencialmente na compreensão e não vice-versa, pois interpretar é elaborar as possibilidades projetadas pelo que é compreendido

Trazer esses dois elementos a observação e a interpretação é necessário para reforçar a escolha pela Observação Participante. Essa abordagem metodológica preza pela inserção e contextualização no lócus de investigação, onde o pesquisador não se torna um dos sujeitos do espaço estudado, mas aguça seu olhar, suas sensibilidades para dados não dispostos em documentos oficiais do governo ou das empresas públicas ou privadas. São informações levantadas pela aproximação com a realidade e não apenas o projetado pelo instituído e institucionalizado. Minayo (2010, p. 94) aponta que a Observação Participante “tem a finalidade de contrabalançar a investigação que valoriza a fala com a que avalia a ação, as relações e os evasivos da vida cotidiana, na medida do possível, participando mais ou menos do contexto da investigação”.

Após apresentar o teor qualitativo desta pesquisa e a Observação Participante como ação metodológica, faz-se referência aos instrumentos/técnicas utilizadas para produzir os dados da pesquisa. Para Correia (1999), o próprio pesquisador já deve ser compreendido como um dos instrumentos de pesquisa, vista a sua inserção no campo:

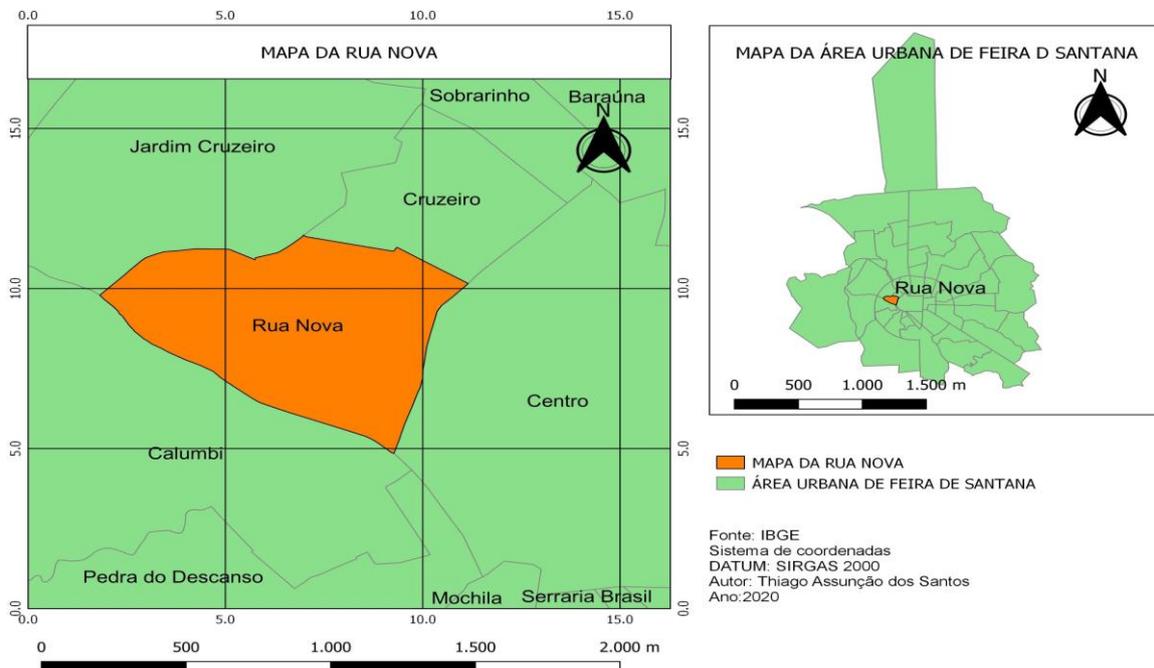
A Observação Participante é realizada em contacto direto, frequente e prolongado do investigador, com os atores sociais, nos seus contextos culturais, sendo o próprio investigador instrumento de pesquisa. Requer a necessidade de eliminar deformações subjetivas para que possa haver a compreensão de factos e de interações entre sujeitos em observação, no seu contexto. É por isso desejável que o investigador possa ter adquirido treino nas suas habilidades e capacidades para utilizar a técnica (CORREIA, 1999, p. 31).

Constatar a condição de pesquisador como um dos instrumentos de pesquisa exige maior rigor com a produção e análises dos dados pesquisados. Isso se deve ao forte envolvimento com as subjetividades dos participantes e suas relações com o posicionamento político e científico de quem investiga. Ademais, para Richardson (1999) o pesquisador precisa se utilizar de alguns dispositivos para minimizar a distância entre o universo acadêmico e o grupo social com o qual se trabalha. Para tal, indica a mescla entre documentos oficiais com a reconstituição histórica e cotidiana presentes nas narrativas dos participantes.

#### 4.2 ÁREA DE ESTUDO

A área de estudo desta pesquisa está localizada na cidade de Feira de Santana-Bahia (Figura 2). O local definido para desenvolvimento dessa pesquisa foi o bairro Rua Nova, identificado a partir do conceito utilizado pelo pesquisador Henrique Cunha Júnior (2007, 2017). Segundo esse autor, os territórios além de ter maior contingente de pessoas afrodescendentes, devem possuir, em sua construção, um processo histórico de relações sociais, culturais, manifestações religiosas de matriz africana, dentre outros.

Figura 2 - Mapa da área de estudo, bairro Rua Nova, Feira de Santana-Bahia



Fonte: Autoria própria (2020).

Diante do exposto por Cunha Júnior e Ramos, o bairro Rua Nova apresenta características suficientes para se constituir no lócus da pesquisa, principalmente porque é um bairro majoritariamente negro, culturalmente conhecido pelos grupos de Afoxés que tradicionalmente desfilam na micareta (festa momesca) da Cidade; pela existência dos terreiros das religiões de matriz africana que referencia o legado africano; como também por ser parte de processos históricos ocorridos em Feira de Santana.

Investigar a realidade de um bairro constituído pela população negra, dá a oportunidade de refletir sobre um território orgânico, com realidades desiguais e sob um ideário hegemônico de Cidade.

É importante ressaltar que a escolha em estudar o bairro Rua Nova também se relaciona ao fato do autor dessa dissertação se sentir pertencente à temática das populações afrodescendentes, o que permite o reconhecimento da emergência de uma reflexão crítica no campo do saneamento básico sobre as questões raciais do acesso aos serviços, e da necessidade da incorporação desse debate a realidade de um povo que historicamente vem sendo silenciado, excluído e marginalizado, que somente é lembrado pelos políticos

profissionais no período que antecede as eleições, época em que os candidatos de forma utilitarista buscam se aproximar um pouco das condições de vida e demandas do povo, como por exemplo quanto à: infraestrutura urbana; pavimentação das ruas; rede de distribuição de água e rede coletora de esgotos; e então, promete atenção à área em troca de votos.

### 4.3 TÉCNICAS DE PESQUISA

As técnicas de pesquisa foram definidas de forma a atender a problemática de pesquisa, bem como atingir seus objetivos. Para tanto, foram realizados levantamento bibliográfico e documental, pesquisa de campo exploratória, entrevistas semiestruturadas, coleta de dados secundários, Observação Participante e análise dos dados coletados.

#### 4.3.1 Pesquisa exploratória

A pesquisa exploratória se deu devido à escassez de trabalhos na temática do saneamento básico em relação às questões raciais sob o pressuposto do racismo estrutural, como também em face para possibilitar ao pesquisador uma aproximação com a problemática de pesquisa e a familiarização com a realidade local e identificação dos sujeitos e instituições que têm estudado a temática do Bairro Negro.

O início do trabalho de campo deu início a partir no mês de julho do ano de 2019 em que fez-se contatos com pesquisadores da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), pois a área de estudo se localiza no município onde a Universidade está inserida. Buscou-se identificar professores/pesquisadores das diversas áreas do conhecimento que têm desenvolvido projetos de pesquisa, de extensão e/ou programas no bairro Rua Nova, com o intuito, de, no mínimo, ser direcionado a um encontro preliminar com pessoas que tinham atuação na localidade.

Diante desse esforço, no mês de setembro de 2019 foi possível realizar contato presencial com o professor Eduardo Miranda, do Departamento de Educação, que possui trabalhos e livros publicados sobre o bairro Rua Nova como objeto de estudo, como o Afoxé Pomba de Malê e o projeto Atiba na área de educação. A partir dos esclarecimentos obtidos sobre o bairro Rua Nova baseado nos marcadores social e racial, bem como as manifestações da cultura negra ficou evidente a definição do bairro negro a ser objeto de estudo para o desenvolvimento da presente investigação. Ainda nessa ocasião foi solicitada a indicação de um morador do bairro

que pudesse colaborar com a pesquisa, especialmente na identificação de sujeitos a serem entrevistados.

A partir desse encontro foi possível conhecer a Sra. Maria (nome fictício), pessoa indicada pelo professor para apresentar o bairro Rua Nova e acompanhar o pesquisador, pelo fato de ser moradora do bairro desde a infância, agente de saúde daquela localidade, mulher negra e participante do grupo cultural de Afoxé. O primeiro contato do pesquisador com a Sra. Maria foi feito por meio de telefone, quando foi agendado um horário para que ela pudesse o receber.

Nesse sentido, toda a atividade de campo realizada teve o acompanhamento da Sra. Maria. O período de imersão no bairro pesquisado, compreendeu do mês de outubro de 2019 ao mês de fevereiro de 2020, com uma média de visitas quinzenais que dependia da disponibilidade da Sra. Maria, e nesses dias o trabalho foi realizado na parte da manhã, outros dias na parte da tarde e poucas vezes ocorreu o dia inteiro. Vale ressaltar que durante esse período a Sra. Maria esteve de férias do trabalho, e, por conta disso, esteve fora da Cidade, bem como aconteceu o recesso de final de ano, ficando praticamente mais de um mês sem visita do pesquisador.

Foram realizadas caminhadas já no mês de outubro de 2019 para observação, pelas áreas limítrofes do Bairro, seguindo as instruções indicadas pela Lei Complementar municipal n.18, de julho de 2004 (FEIRA DE SANTANA, 2004), que define o perímetro urbano e delimita os bairros de Feira de Santana, com o acompanhamento da Sra. Maria. Tal caminhada buscou explorar os ambientes urbanos para verificar as condições de salubridade ambiental das ruas, avenidas, praças, parques, rios, córregos e lagoas do Bairro. O percurso feito não teve critério inicial, contudo houve uma preocupação de possibilitar o conhecimento do bairro Rua Nova, suas deficiências, ausência e emergências de políticas ambientais, bem como de saneamento básico.

Todo o percurso foi registrado por fotografias com uso de câmara de um *smartphone*, ação que contou com o apoio da população local onde houveram os registros, dando a sensação de que eles realmente precisavam denunciar a situação em que se encontrava o Bairro. A pedido da Sra. Maria não foi possível levar um caderno de anotações, porque o ato de fazer anotações na frente dos moradores poderia assustá-los e poderia intimidá-los, por isso as anotações no caderno de campo foram feitas no momento oportuno, externo ao ambiente da pesquisa.

#### 4.3.2 Entrevistas semiestruturadas

A entrevista semiestruturada se configura como a mais relevante técnica de pesquisa usada no presente estudo. Porém, essa técnica não se opõe em ampliar a coleta de dados, como aqueles levantados pelo IBGE e de outras fontes de informação, alguns incompletos e desatualizados.

Sobre a entrevista semiestruturada Minayo (1994) afirma que tal instrumento visa buscar individualmente informações que revelem valores culturais, identitários e, também, a obtenção de concepções políticas e relações de poder. Ao optar pela entrevista semiestruturada teve-se a preocupação em elaborar alguns questionamentos centrais (Apêndice A) que dialogassem diretamente com o referencial teórico deste estudo e que conseguissem deixar abertura para provocações inesperadas, ou seja, por ser semiestruturada o pesquisador pode no ato do diálogo introduzir novas interpelações a partir do que for sendo relatado pelo participante da entrevista.

Definida a entrevista semiestruturada como um dos instrumentos de produção de dados, partiu-se para a definição dos participantes da pesquisa, os quais foram selecionados de acordo com o objetivo geral da pesquisa (MINAYO, 1994). Inicialmente, foram selecionados 4 participantes moradores do bairro estudado, de gêneros distintos e faixa etária diferentes, e cada um com características comum e diferentes, que se disponibilizaram a participar da entrevista.

Essa seleção ocorreu diante da possibilidade de participação que cada um apresentou, a partir das indicações de pessoas que a Sra. Maria tinha conhecimento. Então, a seguir é apresentado as características de cada participante: a) 1 homem e 1 mulher com faixa etária acima de 50 anos, cujo perfil teve a finalidade de acessar memórias e narrativas de quem acompanhou de perto os primeiros indícios de urbanização e das ações para conquista do abastecimento de água e esgotamento sanitário no bairro da Rua Nova; b) 1 homem e 1 mulher com idade inferior à 50 anos, cujas narrativas dariam conta de expor suas compreensões e interpretações sobre um cenário após as primeiras ações higienistas e sanitárias no bairro negro em foco. Em ambas as faixas etárias também buscou-se obter respostas relativas à questão identitária pessoal e do bairro quanto ao marcador racial. Cabe observar que nos dias finais da etapa de entrevistas tomou-se conhecimento da existência de uma moradora que dispunha em sua residência de um poço raso, optando-se em inseri-la no grupo de entrevistados, atingindo-se um total de cinco entrevistados.

Então, a partir desse momento os nomes dos colaboradores das entrevistas foram resguardados por questão ética. Como já referido o primeiro contato no bairro Rua Nova foi feito com a Sra. Maria, uma moradora do Bairro desde a infância, sendo informado que o local onde mora é na parte mais central do Bairro, motivo pelo qual suas frustrações com os serviços públicos de saneamento básico são menores, ela é funcionária pública municipal na função de agente de saúde, tem 47 anos de idade, e se reconhece como mulher negra e ex-participante do Afoxé Pomba de Malê. Tal participante recebeu o nome fictício de Maria, procedimento também adotado aos demais entrevistados. Ao apresentar o projeto de pesquisa para a Sra. Maria ela se interessou pelo mesmo e manifestou interesse em participar das entrevistas.

Após apresentar os requisitos para os demais entrevistados, conforme a descrição supracitada, a sua contribuição foi de imediato, disponibilizando-se, inclusive, a levar o presente pesquisador ao encontro com a Sra. Helena (nome fictício), mulher negra, 58 anos, funcionária pública municipal na função de agente de saúde, membro da Associação de Moradores do bairro Rua Nova (AMORUN), moradora do bairro Rua Nova desde a infância, dispondo de registro em sua memória da transformação que houve no Bairro ao longo dos anos. Sendo moradora também da área mais central do Bairro, não há tantos relatos de reclamação com a empresa prestadora dos serviços públicos de água e esgoto. Essas duas entrevistas ocorreram no dia 26/11/2019.

Em seguida foi possível contactar com o Sr. João (nome fictício), 68 anos, homem branco, funcionário público federal na função de operador técnico do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) de Feira de Santana, atual presidente da Amorun, mora no bairro desde a infância, seu pai já foi presidente da Amorun, reside em área do Bairro em que os próprios moradores dizem que ser possível observar diferenças internas entre as faixas de renda. Sua entrevista aconteceu no dia 22/01/2020, na sede da Amorun, espaço utilizado para muitas reuniões, discussões, ativismos, bem como lugar usado para o projeto Atiba (cursinho pré-vestibular) e para atendimento médico e palestras de prevenção à doenças.

Outro entrevistado foi o Sr. José (nome fictício), homem negro, 38 anos, autônomo, prestador de serviço para conserto de motocicletas, morador do Bairro desde sua adolescência, reside na área do Bairro onde a comunidade, desde a sua implantação, enfrentou dificuldades para obter os serviços públicos essenciais, sendo desde então uma área marginalizada. Essa entrevista ocorreu no dia 03/02/2020. A partir dessa entrevista com o Sr. José, identificou-se a Sra. Ana (nome fictício) para participar do estudo, moradora do Bairro desde a infância, vizinha do Sr.

José, resgata de sua memória alguns fatos/cenas de como a população do local sofreu com a falta dos serviços públicos, desempregada, tenta conseguir alguma renda com a venda de alimentos e bebidas na porta de casa, e, como em sua casa existe um poço raso, relatos foram realizados por pessoas sobre a coleta de água desse poço. A moradora aceitou contribuir, sendo que sua entrevista foi realizada no dia 05/02/2020.

As entrevistas semiestruturadas ocorreram nos meses de novembro de 2019, janeiro e fevereiro de 2020. A gravação dos diálogos foi feita por meio de aplicativo gravador do *smartphone*, com transcrição realizada pelo autor pesquisador com uso de ferramenta do *Microsoft Word*.

Na interação com os entrevistados notou-se a necessidade de realizar análise bacteriológica de amostras de água de fonte de água, chamada de bica, de uso comum dos moradores, e do poço raso da casa da Sra. Ana, visto que essas fontes não foram objeto de avaliação pela autoridade sanitária do Município, apesar de seu uso pelos moradores do entorno – no caso da bica –, e pela família da Sra. Ana e vizinhos que fazem uso da água do poço raso.

#### 4.3.3 Coleta de dados secundários

No que se refere aos dados secundários, foram usados os dados disponibilizados pelo IBGE e Snis, o que possibilitou a análise do atendimento em abastecimento de água e em esgotamento sanitário da Cidade, sendo estes dados apresentados por meio de quadros, tabelas e/ou gráfico. A partir dos dados obtidos do Snis (autodeclarados pela empresa prestadora dos serviços) foi realizada uma comparação com os dados obtidos do IBGE. Os dados disponíveis foram cruzados com os das entrevistas semiestruturadas para permitir interpretações e compreensões sobre o fenômeno estudado.

Junto ao IBGE e por meio dos dados do Censo Demográfico de 2010 buscou-se informações sobre o bairro Rua Nova, em Feira de Santana, obtidos a partir do contato com o gerente e coordenadores da agência regional do IBGE na Cidade, que disponibilizaram as informações solicitadas.

#### Quadro 2 - Lista de variáveis usadas na pesquisa

Variáveis analisadas
Sexo
Renda
Cor/Raça
Abastecimento de água
Esgotamento sanitário

Fonte: A autoria própria (2020).

#### 4.3.4. Análise bacteriológica da água de consumo humano

O estudo envolveu a avaliação da qualidade da água de consumo humano com a coleta de amostras de água em dois locais, um com Solução Alternativa Individual (SAI) de abastecimento de água e outro com Solução Alternativa Coletiva (SAC) precária, no bairro Rua Nova, utilizados pelos moradores quando da ocorrência de intermitência e/ou interrupção na distribuição da água pelo sistema público.

Pelas dificuldades de deslocamento e transporte das amostras de água coletadas para a realização de análises no laboratório do Departamento de Engenharia Ambiental da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia, em Salvador, Instituição cujo presente estudo está vinculado, optou-se em utilizar um laboratório privado na cidade de Feira de Santana.

Para a coleta das amostras foi utilizada uma caixa térmica, gelo, dois frascos de coleta esterilizado de 100ml, etiqueta adesiva para identificação das amostras e luvas descartáveis. A coleta foi realizada no dia 04/02/2020 às 9h00 e logo depois entregue ao laboratório. As análises foram realizadas de acordo com a metodologia básica descrita no *Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater*, 23ª edição<sup>7</sup>, sendo estudados os parâmetros Coliformes totais e *Escherichia Coli*.

#### 4.3.4 Análise dos dados

Para a análise dos dados obtidos nas entrevistas optou-se pela análise de conteúdo. Primeiramente foi realizada a leitura do material, separação temática e sínteses, buscando uma compreensão de significados dos conteúdos que os atores sociais externalizam no discurso, buscando entender o fenômeno no qual o presente pesquisador deveria centrar a atenção (SILVA *et al.* 2005).

<sup>7</sup>*Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater*, 23rd. ed. Washington: American Public Health Association; American Water Works Association; Water Environment Federation, 2017.

Para tanto, efetuou-se a transcrição das entrevistas e a extração, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos, do conteúdo das mensagens, buscando indicadores que permitissem inferir sobre percepções e conhecimentos relativos às condições de produção e recepção das mensagens (BARDIN, 2011).

Como já referido, o nome dos entrevistados foi mantido em sigilo, tendo sido adotados nomes fictícios para identificá-los nas transcrições das falas.

Destaca-se ainda que para auxiliar as análises foi criado uma cartografia temática no software livre *Quantum GIS da Open Source Geospatial Foundation* (OSGeo), que suporta vários vetores, *raster* e formato de banco de dados e funcionalidades (QGIS, 2018), que apontam o município de Feira de Santana e também o bairro negro da Rua Nova, utilizando para tal finalidade os arquivos *shapefile* de camadas municipais do estado da Bahia e de bairros da cidade de Feira de Santana, que podem ser encontrados no sítio do IBGE, no Sistema de Informação Geográfica da Bahia (SIGBahia) e na Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

#### 4.4 ASPECTOS ÉTICOS

No tocante às entrevistas realizadas com os cinco moradores do bairro Rua Nova, todas elas atenderam a Resolução n. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012) que dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, sendo utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Em atendimento a Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, os entrevistados receberam informações sobre a pesquisa, contemplando a justificativa, os objetivos e os procedimentos que foram utilizados, com esclarecimentos sobre riscos, minimização destes e benefícios, garantia de sigilo e liberdade para deixar de participar do estudo a qualquer momento. Após concordância em participar da entrevista, todos os entrevistados assinaram duas cópias de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice B), tendo recebido uma e a outra ficando em mãos do autor-pesquisador.

Apresentado as condições para realização das entrevistas, cabe também ao pesquisador ter a ética, o compromisso com as pessoas que se comprometeram de participar dessa pesquisa em dar uma devolutiva tanto para a ciência, para a área da engenharia sanitária e ambiental, bem como para os entrevistados e a população do bairro negro Rua Nova para que todos tenham conhecimento do resultado desse trabalho científico. Nesse sentido, tem-se como projeto

futuro escrever um livro físico a partir dessa dissertação e sua disponibilização para os participantes da pesquisa como forma de apresentar os resultados e também em agradecimento aos mesmos.

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 5.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO BAIRRO NEGRO RUA NOVA

Falar do bairro Rua Nova é descrever aqui as narrativas feitas pelos moradores, pois há poucos trabalhos acadêmicos publicados sobre a sua história de criação, crescimento e desenvolvimento (PINHO, 2010).

O bairro Rua Nova vai surgir a partir do momento que ocorre as migrações de viajantes/comerciantes oriundos do Recôncavo, da região Norte do sertão, do médio São Francisco, fazendo esse movimento de ida e volta porque Feira de Santana já se mostrava um lugar ideal para comércio de mercadorias, sendo a feira a base de sua economia (SANTO, 2003).

Para além da importância econômico-financeira, a Cidade também se destaca pela disponibilidade de águas doces, seja pela existência de afluentes de grandes rios que circundam seu território, seja pelas diversas lagoas, bem como a facilidade de encontrar água subterrânea.

Nessa conjuntura, as pessoas passaram a se fixar na região e, nesse sentido, a necessidade de terra para construção de residências se fez presente (SANTO, 2003).

Então, segundo Jesus (2013), surge Enerstina Carneiro Ferreira de Almeida, conhecida e carinhosamente apelidada por Dona Pomba. Nascida e criada em Feira de Santana, sua generosidade ajudou muitas pessoas e contribuiu para a formação do bairro Rua Nova. Segundo os moradores mais antigos, Dona Pomba oferecia áreas do terreno por aforamento e muitos outros foram doados. A pessoa sem renda que vinha para a Cidade e precisava de um local para morar, ia diretamente conversar com Dona Pomba. Herdeira de uma grande área de terra, residia na própria sede da Fazenda São Gonçalo, que ficava a 2km de distância da área comercial e, sem filhos herdeiros, resolveu fazer lotes e distribuir terrenos a quem a procurava.

O nome do bairro Rua Nova, segundo moradores, vem da criação de um caminho que cortava a fazenda de Dona Pomba, que era usado para levar a boiada para o matadouro. A partir desse caminho eram criadas novas ruas a partir de cada grupo familiar que se instalava naquele espaço.

O fenômeno das migrações de pessoas oriundas de cidades menores e da zona rural acontecia mediante a busca por melhores condições de vida na cidade de Feira de Santana. Essa busca se deu porque Feira de Santana foi conhecida como a “cidade comercial por excelência” e a “terra da promessa”. Assim, o bairro de Rua Nova surge sem projeto de ordem estatal, mas de forma espontânea e desordenada como os demais bairros periféricos (PINHO, 2010).

No trabalho desenvolvido por Pinho (2010), a autora aborda como o bairro Rua Nova era visto como lugar “informal”, já que a produção do espaço ocorreu de modo espontâneo e aleatório. As pessoas construíam suas casas diante de muitos esforços, pois não tinham muitos recursos; eram moradias precárias feitas de taipa<sup>8</sup>, construídas pela própria família (Figura 3), sem infraestrutura adequada, para comportar um numeroso núcleo familiar; a pobreza era latente e muitos eram os problemas vividos, como a falta de luz, de saneamento básico, ou seja, de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos e, assim, era criado o estigma da marginalização, que resultaria em exclusão social.

Figura 3 - Casas construídas em tipo taipa, Rua Calumbi atual Av. Tomé de Souza, bairro Rua Nova, Feira de Santana-Bahia, (entre 1960 e 1980)



Fonte: Memorial de Feira<sup>9</sup> (2020).

Apesar de já haver existência de famílias morando nas terras de Dona Pomba em 1950, foi entre os anos 1960 e 1980 que de fato o local se tornou um bairro residencial, constituído de trabalhadores negros e trabalhadoras negras. Entretanto, a infraestrutura de saneamento básico, de iluminação, de educação, de saúde e segurança tardou a chegar ao Bairro. A Amorum teve um papel fundamental na luta pelos direitos civis e sociais da população do bairro Rua Nova, porque havia um descaso do poder público frente à necessidade daquelas

---

<sup>8</sup> Taipa é um método construtivo vernacular que consiste no uso de barro e da madeira com finalidade de criar moradias.

<sup>9</sup> Foto sem informações sobre a autoria e ano em que foi feito o registro.

famílias. Nos anos iniciais da ditadura militar, a Associação encerrou suas atividades, mas segundo Sr. João<sup>10</sup>, “(...) mas foi reaberta em 68 (...)”, com isso conseguiram assistência médica “(...) os médicos faziam medicina preventiva aqui na Amorun de graça (...)”, e as exigências pelo saneamento básico “foram um marco na história das reivindicações da Associação sim” (João, 22/01/2020).

Entretanto, a Rua Nova, enquanto periferia, se mostra também como lugar de resistência, de empoderamento de homens e mulheres que colocam em prática seus saberes ancestrais, como a musicalidade, a culinária, a prática religiosa, e buscam a preservação das manifestações culturais da cultura negra e, assim, surge o Afoxé Pomba de Malê, no âmbito da Amorun, como também o projeto educacional Atiba<sup>11</sup>.

Assim, estudou-se a situação da população do bairro Rua Nova, a partir da categoria/variável raça/cor com outras variáveis como rendimento familiar mensal, tipos de abastecimento de água, tipos de esgotamento sanitário, considerando os dados oficiais e as narrativas dos moradores, em particular as percepções em relação ao abastecimento de água e ao esgotamento sanitário, dado a infraestrutura existente na atualidade, bem como as ações de órgãos públicos no Bairro.

## 5.2 CARACTERÍSTICAS DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO A PARTIR DA PESQUISA EXPLORATÓRIA NO BAIRRO RUA NOVA

A caminhada realizada quando da pesquisa exploratória ao bairro Rua Nova, iniciou no dia 25/11/2019 às 15h00, partindo da Rua Cordeiro, passando pela Rua Caiapônia, depois pela Av. Tomé de Souza e Rua Edval F. de Souza, seguindo depois para o lado Sul da Rua Edval F. de Souza e, assim, a Sra. Maria mostrou ao autor a primeira situação apresentada na Figura 4.

---

<sup>10</sup> Um dos colaboradores da pesquisa. Algumas entrevistas foram realizadas com o Sr. João com o intuito de trazer narrativas constitutivas do bairro da Rua Nova.

<sup>11</sup> Projeto Político e Pedagógico cuja existência pautou-se em alfabetizar jovens e adultos para conseguir finalizar a educação básica e se inserir com maior implicação no mercado de trabalho. Atiba é uma palavra de origem Yorubá que significa Conhecimento.

Figura 4 - Rua Edval F. de Souza, Feira de Santana-Bahia, nov./2019



Fonte: Autoria própria (2019).

Após esses registros seguiu-se pela Av. Tomé de Souza até a Av. do Canal, sendo realizado o registro fotográfico mostrado na Figura 5.

Figura 5 - Avenida do Canal, bairro Rua Nova, Feira de Santana, nov./2019



Fonte: Autoria própria (2019).

Dando continuidade à pesquisa exploratória ou caminhada de observação foi encontrado em uma viela (nome não identificado) paralela à Av. do Canal, a existência de um córrego que conduz os esgotos domésticos ao rio afluente do rio Jacuípe (Figura 6). Segundo os moradores desse local a vala já tinha sido coberta pela Prefeitura Municipal de Feira de Santana, atendendo à promessa política; contudo, esse tamponamento não resistiu as intempéries e boa parte cedeu. Nesse momento, diante dos registros fotográficos, as famílias faziam questão de mostrarem, como forma de denúncia, as condições reais da ausência do serviço público ambientalmente adequado, para quem convive diariamente, com o aparecimento de ratos, sapos, baratas em suas casas, e com o mau cheiro procedente dos esgotos.

Figura 6 - Ponto crítico com esgoto a céu aberto, bairro Rua Nova, Feira de Santana-Bahia, nov./2019



Fonte: Autoria própria (2019).

Logo após o contato com a comunidade dessa viela foi dada a retomada à caminhada de observação na direção onde existe uma “bica” (Figura 7) na Rua dos Guaranis. Não havia informação sobre a construção dessa Solução Alternativa Coletiva (SAC), bastante precária, pois não contava com tratamento da água nem reservação, bem como não havia informação sobre a qualidade da água, de responsabilidade da Vigilância em Saúde Ambiental da Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal, em atendimento à Portaria da Consolidação n. 5, de 28 de setembro de 2017, Anexo XX, do Ministério da Saúde (BRASIL, 2017).

Figura 7 - Bica como Solução Alternativa Coletiva precária, Rua dos Guaranis, bairro Rua Nova, Feira de Santana-Bahia, nov./2019



Fonte: Autoria própria (2020).

### 5.3 ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NA ÁREA DE ESTUDO

Segundo dados secundários do IBGE, a partir do Censo Demográfico de 2010, o bairro Rua Nova possuía em 2010 uma população total de 10.933 pessoas com 10 anos ou mais de idade (Tabela 1).

Tabela 1 - Dados relativos à população segundo raça/cor, pessoas com 10 anos ou mais de idade, bairro Rua Nova, Feira de Santana-Bahia

Raça/cor	População	(%)
Total	10.933	100,00%
Branca	1.213	11,09%
Parda	3.444	31,50%
Amarela	74	0,68%
Preta	6.194	56,65%
Indígena	8	0,07%
Sem declaração	-	-

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

Conforme já definido na presente dissertação, o uso da terminologia negro equivale a pretos e pardos segundo o IBGE, embora as populações de bairros negros definam um número elevado de categorias sócio-raciais. De acordo com os dados, o bairro Rua Nova revela ser majoritariamente negro, tendo um total de 88,15% de pessoas negras (pretos e pardos, autodeclarados quando do Censo do IBGE). Com isso, o bairro Rua Nova pode ser considerado Bairro Negro, segundo as definições de Cunha Júnior (2007) e Ramos (2013). Mesmo não sendo o bairro mais negro de Feira de Santana, ele se destaca em toda à Cidade e

até no estado da Bahia como o bairro de maior referência de cultura popular negra, tendo como evidência e o tradicional bloco afro Afoxé Pomba de Malê que, desde o seu surgimento, demarcou onde nasceu o grupo, porque o nome faz menção à Dona Pomba e, também, à Revolta dos Malês<sup>12</sup>.

Rua Nova, como todo bairro periférico, apresenta características socioeconômicas bem parecidas, pois foi constituído por trabalhadoras negras e trabalhadores negros que, em geral, foi formado por famílias de baixos salários e com participação em algum programa de redistribuição de renda, como o Bolsa Família, por exemplo. Nesse sentido, buscou-se apresentar o resultado das condições de renda do bairro Rua Nova por raça/cor a partir de pessoas com 10 anos ou mais de idade conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 - Rendimento domiciliar mensal (em salários mínimos) segundo raça/cor, de pessoas de 10 anos ou mais de idade residentes no bairro Rua Nova

Salários	Total	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena
<b>Total</b>	100%	11,09%	31,50%	56,65%	0,68%	0,07%
<b>Até 1/4</b>	3,64%	0,32%	1,37%	1,95%		
<b>Mais de 1/4 a 1/2</b>	5,34%	0,48%	1,86%	2,97%	0,03%	
<b>Mais de 1/2 a 1</b>	30,79%	3,39%	10,01%	17,13%	0,22%	0,04%
<b>Mais de 1 a 2</b>	12,34%	1,75%	3,96%	6,52%	0,10%	0,01%
<b>Mais de 2 a 3</b>	1,70%	0,25%	0,51%	0,93%	0,01%	
<b>Mais de 3 a 5</b>	1,13%	0,23%	0,28%	0,60%	0,02%	
<b>Mais de 5 a 10</b>	0,30%	0,06%	0,09%	0,15%		
<b>Mais de 10 a 15</b>	0,01%			0,01%		
<b>Mais de 15 a 20</b>	0,02%			0,02%		
<b>Mais de 20 a 30</b>	0,01%			0,01%		
<b>Mais de 30</b>						
<b>Sem rendimentos</b>	44,72%	4,61%	13,42%	26,36%	0,30%	0,03%

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

As faixas de rendimento domiciliar mensal de ½ a 1 e 1 a 2 salários-mínimos incidem com maior frequência sobre as famílias negras (Tabela 2). Vale ressaltar um dado relevante que é o percentual de pessoas negras sem nenhum rendimento atingindo 39,78%, que representa um valor elevado e revela o grau de desigualdade da área de estudo. Nesse caso, percebe-se as condições de privações submetidas à população negra, porque o acesso à salários melhores capazes de garantir condições de dignidade é uma condição difícil de ser experimentada na

<sup>12</sup> Movimento organizado pelos negros mulçumanos que, na madrugada do dia 25 de janeiro de 1835 saíram pelas ruas do centro de Salvador se unindo a outros grupos para entrar no combate com a força nacional em busca de sua libertação, que mesmo os negros não conseguindo o êxito esse movimento ficou conhecido como Revolta dos Malês. <<http://smec.salvador.ba.gov.br/documentos/a-revolta-dos-males.pdf>>. Autor: João José Reis, A Revolta dos Malês em 1835.

área, indicando o grau de marginalização sob o qual a população está submetida, a qual é a expressão da estrutura social do sistema capitalista e das relações sociais racializadas.

A seguir são apresentados os resultados das variáveis: tipos de abastecimento de água vs. raça/etnia (Tabela 3) e tipos de esgotamento sanitário vs. raça/etnia (Tabela 4).

Tabela 3 - Dados relativos ao abastecimento de água, segundo raça/cor. Bairro Rua Nova, Feira de Santana-Bahia, 2010. N = 13.073

	<b>Tipos de abastecimento de água</b>					
	Não aplicável	Rede geral de distribuição	Poço ou nascente na propriedade	Poço ou nascente fora da propriedade	Água da chuva armazenada em cisterna	Outra
<b>Branca</b>		11,13%	0,06%	0,11%		0,20%
<b>Preta</b>		29,34%	0,07%	0,17%		0,97%
<b>Parda</b>	0,05%	55,79%	0,20%	0,29%		
<b>Amarela</b>		0,67%				
<b>Indígena</b>		0,06%				
<b>Total</b>		<b>96,98%</b>	<b>0,33%</b>	<b>0,57%</b>		<b>2,08%</b>

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

Os dados obtidos do Censo Demográfico de 2010 apresentam no bairro Rua Nova uma população recenseada de 13.073 pessoas, por tipo de abastecimento de água em sua residência e que autodeclararam a sua raça/cor, sendo que praticamente toda a população do Bairro dispunha como principal tipo de abastecimento de água a rede geral de distribuição de água, atendendo à 96,98% da população (Tabela 3).

Tal informação traz consigo a noção de que o bairro tem um serviço público de abastecimento de água praticamente universalizado em termos de cobertura; porém, sob a ótica do que foi abordado por Garcia (2007), de que há desigualdade na prestação desse serviço entre bairros ricos e pobres, esse resultado não traz a garantia que a água é distribuída de forma regular/contínua, nem que a qualidade da água para consumo humano seja potável e segura, pois a intermitência no abastecimento pode influenciar a qualidade da água distribuída. Segundo esse pressuposto, mais adiante pode ser verificada a percepção da população quanto às questões relativas ao atendimento do abastecimento de água e do esgotamento sanitário para as famílias do bairro negro Rua Nova.

Na intenção de fazer a análise da qualidade do serviço público prestado, foi solicitado a Agência Reguladora de Feira de Santana (ARFES), criada desde 2011, dados sobre qualidade/regularidade do abastecimento de água realizado pela Embasa no bairro Rua Nova e em um bairro de classe de renda alta entre o período do ano de 2012 a 2020 para fins de

comparação, porém a referida Agência informou que havia firmado convênio para regular e fiscalizar a Empresa apenas a partir de julho de 2020.

Nesse sentido, até então a regulação e fiscalização do referido serviço foi realizado pela Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia (AGERSA), na busca por dados oficiais no site da Instituição, sendo encontrado o relatório de fiscalização do Sistema de Abastecimento de Água de Feira de Santana apenas do ano de 2015. A insuficiência de dados de fiscalização do serviço apresenta a fragilidade no tocante as suas funções de regular e fiscalizar, sendo que tal postura abre precedente para a empresa prestadora atuar de modo desigual, colocando populações vulneráveis à própria sorte.

Nessa ocasião, notou-se a necessidade de encontrar dados que trouxessem a qualidade da água de abastecimento distribuída pela Embasa. Assim sendo, foi realizado o contato com o Departamento de Vigilância Ambiental na Secretaria Municipal de Saúde de Feira de Santana, que tem como exercício vigiar a qualidade da água da Empresa prestadora do serviço público conforme a Portaria de Consolidação n. 5 de 2017, Anexo XX, art. 12, inciso I, do Ministério da Saúde, com a finalidade de obter dados capazes de mostrar a qualidade da água no bairro Rua Nova e no bairro Parque Getúlio Vargas para efeito de comparação, pois conforme já apresentado, Rua Nova situa dentro da classe social de baixa renda, enquanto o Parque Getúlio Vargas é considerado de alta renda.

A Tabela 4 mostra o número de amostras de cada um desses bairros e se atendem aos padrões de potabilidade da água para consumo humano estabelecidos pela referida Portaria.

Tabela 4 - Dados relativos à vigilância da qualidade da água de consumo humano no bairro Rua Nova e Parque Getúlio Vargas, Feira de Santa-Bahia

		Número de amostras			Atende a Portaria de Consolidação n. 5/2017 Anexo XX - MS
	Ano	2018	2019	2020	
Bairro	Rua Nova	2	3	3	Sim
	Parque Getúlio	2	6	8	Sim

Fonte: Elaborada pelo autor, a partir de dados disponibilizados pelo Departamento de Vigilância Ambiental/SMS/PMFS (2021).

Segundo funcionários do Departamento de Vigilância Ambiental de Feira de Santana, as coletas em cada bairro é realizada somente uma vez ao ano, e para cada visita são coletadas no máximo três amostras de água em locais diferentes do bairro. Para que isso ocorra basta um morador receber esses agentes em sua residência. Diante dos dados encontrados, tem-se que a qualidade de água atende aos requisitos de potabilidade da água para consumo humano

nos dois bairros, mas pode ser observada desconformidade no número de amostras coletadas entre esses bairros (Tabela 4). O bairro Parque Getúlio Vargas apresenta o dobro de amostras em comparação ao bairro Rua Nova, sendo que esse número indica uma maior atenção na vigilância da qualidade da água no bairro de alta renda, oportunizando aos seus moradores maior segurança no consumo humano de água da Embasa, enquanto a população da Rua Nova é preterida desse serviço essencial de vigilância da qualidade da água pela instituição pública.

A Tabela 5 apresenta que do universo de 13.068 pessoas residentes no bairro Rua Nova um pouco mais de 95% da população era atendida, em 2010, por rede geral de esgotos sanitários ou pluvial. É importante destacar que o IBGE (2010) incorporou o lançamento de esgoto em rede geral e rede pluvial em uma única categoria, e isso mascara a situação da cobertura. Ou seja, os registros fotográficos antes apresentados mostram a situação de córregos, que deveriam ser corpos hídricos limpos, acabam recebendo o lançamento de cargas orgânicas provenientes dos esgotos sanitários, e com isso, a população residente próximo a esses córregos/canais de drenagem, são afetados pela poluição e sujeitos à exposição a doenças relacionadas à água. Por esse motivo deve haver a separação na coleta dos dados entre os domicílios ligados à rede coletora de esgotos sanitários (sistema separador absoluto) e à de águas pluviais, bem como para que cada uma opere/funcione de forma adequada.

Os percentuais da população que usava fossa séptica, fossa rudimentar<sup>13</sup>, vala, entre outros, eram baixos quando comparados àqueles atendidos por rede coletora de esgotos sanitários ou pluvial. Entretanto, é necessário pontuar que existe uma certa fragilidade nos dados sobre fossa séptica e fossa rudimentar em face do pouco conhecimento da população sobre as diferenças dessas soluções e, também, dos recenseadores que muitas vezes não são devidamente treinados, devendo-se ter reserva quanto à confiabilidade desses dados.

Tabela 5 - Dados relativos ao esgotamento sanitário, segundo raça/cor. Bairro Rua Nova, Feira de Santana-Bahia, 2010. N = 13.068

	<b>Tipos de esgotamento sanitário</b>						
	Não aplicável	Rede geral de esgoto ou pluvial	Fossa séptica	Fossa rudimentar	Vala	Rio, lago ou mar	Outro
<b>Branca</b>	0,05%	10,97%	0,30%	0,11%			0,05%
<b>Preta</b>	0,37%	28,86%	0,58%	0,35%	0,33%		0,08%

<sup>13</sup> Fossa rudimentar é definida pelo IBGE (2020, s.p.) como “dispositivo destinado à disposição do esgoto no solo, revestido ou não, mas que permite infiltração de líquido no solo sem que haja separação da parte sólida. As fossas rudimentares destinam-se a receber, acumular e dispor, no solo, esgoto proveniente de pias, vasos sanitários, chuveiros, tanques etc.” Normalmente são implantadas devido a inexistência de rede coletora de esgotos sanitários ou de fossa séptica.

<b>Parda</b>	0,29%	54,74%	1,16%	0,53%	0,33%	0,07%	0,15%
<b>Amarela</b>		0,64%					
<b>Indígena</b>		0,06%					
<b>Total</b>	<b>0,70%</b>	<b>95,27%</b>	<b>2,04%</b>	<b>0,99%</b>	<b>0,66%</b>	<b>0,07%</b>	<b>0,28%</b>

Fonte: IBGE (2010).

O que se percebe dos dados do Censo do IBGE é que o bairro Rua Nova dispunha em 2010 de dois componentes do saneamento básico praticamente universalizados quanto à cobertura, sendo 96,98% da população atendida com abastecimento de água e 95,27% com esgotamento sanitário.

Destarte, os números apresentados a partir do bairro negro, periférico, com população de baixa renda, lugar considerado de ocupação ilegal pelo Estado, espaço urbano em que o racismo institucional opera, bem como o racismo estrutural de modo velado, possibilita perceber por meio de decisões do poder hegemônico, infringindo garantias de direito básico e essencial a todas as famílias, no qual cria obstáculos para as pessoas se desenvolverem e obterem qualidade de vida, saúde e bem-estar.

#### 5.4 PERCEPÇÃO DOS MORADORES DA ÁREA DE ESTUDO SOBRE O ABASTECIMENTO DE ÁGUA E O ESGOTAMENTO SANITÁRIO

O estudo procurou investigar a percepção da população no acesso e qualidade dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados no bairro Rua Nova.

Nessa seção foi realizada a apresentação dos resultados e análise elaborada a partir da pesquisa de campo, baseada no referencial teórico. A sua compreensão pauta-se na verificação de que o serviço público de abastecimento de água prestado na cidade de Feira de Santana se apresenta de modo desigual, as quais são apontadas na pesquisa participante realizada no bairro Rua Nova.

As entrevistas realizadas junto aos moradores do bairro negro Rua Nova permitiram elucidar a perspectiva da água como mercadoria. Segundo os entrevistados, por muito tempo, houve certa precariedade no abastecimento público de água. As famílias que ali viviam eram abastecidas por meio de fontes alternativas como chafarizes, carros-pipa e bicas e, dentre estes, o chafariz ocupava a prioridade para suprir a necessidade das famílias. Também foi pontuado a inexistência de um sistema de esgotamento sanitário, sendo todos esses serviços conquistados pela população e Amorun, na base da luta pelos seus direitos, portanto, o acesso

a infraestrutura do serviço público prestado não significa equidade na qualidade da prestação dos mesmos.

Enquanto isso, o centro da Cidade e os bairros vizinhos Kalilândia e Capuchinhos, bairros de população com maior renda, já dispunham de melhores infraestrutura de água e de esgoto. Sobre as questões de água e esgoto na área central da Cidade, a Sra. Maria aponta as diferenças existentes em relação a sua realidade, na forma a seguir: “Já era urbanizado. Quando eu ia lá eu ficava olhando que aquilo não era casa, era mansão. Lembro que meus olhos enxergavam tudo muito grande. Tudo muito diferente da minha realidade” (Maria, 25/11/2019).

A narrativa da Sra. Maria aponta uma relação de alteridade a partir da cidade, do outro bairro visitado, de um espaço diferente do seu cotidiano. Esse encontro com a outra estrutura urbana provoca uma relação imediata com o território de onde a Sra. Maria estabelece sua sociabilidade, as ruas, seus vizinhos, a arquitetura das casas; mas duas expressões utilizadas pela entrevistada, urbanização e mansão, trazem à luz a problemática classe e raça. Para melhor compreensão, é preciso apresentar a tese do saudoso pesquisador Bartolomeu Mendes (2008) que ao estudar o bairro da Liberdade na cidade de Salvador, destacou que ser morador de um bairro negro, periférico e estigmatizado se insere na constituição da identidade dos moradores: “A construção da identidade é um processo que se desenvolve tendo como ponto de referência os critérios de aceitabilidade, de admissibilidade e de credibilidade, que se estabelecem por meio de negociações diretas com os outros” (MENDES, 2008, p. 92).

Com isso, a construção identitária da Sra. Maria perpassa pelo encontro com a diferença existente no outro recorte espacial da mesma cidade, que ela aponta como “urbanizado”, o que evidencia o fato do seu próprio bairro ser desassistido pelas políticas públicas, ou em suas palavras: “Lembro que meus olhos enxergavam tudo muito grande. Tudo muito diferente da minha realidade” (Maria, 25/11/2019). Historicamente, a urbanização no Brasil buscou um padrão que se assemelhasse aos padrões europeus e a cidade de Feira de Santana, mesmo no interior do estado da Bahia, não fugiu à regra da arquitetura e urbanização advindas do estrangeiro, sobre isso:

Ora, o jogo envolvido no desenhar do território, nesse caso o brasileiro, respondeu aos anseios de uma classe dominante mitigada pelo desejo de se aproximar do padrão de vida arquitetônico/urbanístico encontrados em solo europeu. Nessa busca pelo padrão da antiga corte colonial, instaurou-se nas grandes cidades brasileiras o processo de higienização das ruas, dos centros urbanos, das moradias, enfim, de todos os espaços públicos e/ou privados

por onde tivesse circulação dos representantes da elite aristocrática (SODRÉ, 1988, p. 60).

Por isso que na fala da Sra. Maria, encontra-se a ideia de urbanização e ao mesmo tempo a expressão “mansão”, posto que a via de regra da burguesia é a propriedade privada, casas majestosas e perfeito atendimento dos serviços básicos ofertados pelo Estado. E aqui é reforçado que não se trata apenas de uma questão de identidade, está para além disso. Observa-se que “urbanizado e mansão” reverberam como o poder é utilizado para atender aos grupos dominantes, às elites, à burguesia, cuja sua totalidade é representada pela branquitude brasileira.

Ainda sobre isso, a mansão é uma alusão à Casa Grande do período colonial, onde residia o senhor com a sua família, com riquezas de alimentação, vestimentas, banheiro privativo, segurança, limpeza e demais elementos próprios do grupo colonizador. O oposto a este modelo de mansão esteve na Senzala, como espaço destinado aos povos escravizados. Uma territorialidade de despejo, sem estrutura adequada para seres humanos. Novamente, aponta-se que o legado da Casa Grande e da Senzala deixou como traço ideológico de serviços básicos essenciais de saúde, e de saneamento básico de qualidade para o grupo econômico dominante (branco) e de um serviço precário e/ou inexistente para as populações negras, pobres e periféricas.

No mesmo sentido da narrativa anterior, é apresentado nas entrevistas com o Sr. João, outro morador do bairro Rua Nova, apontamentos que elucidam como as políticas públicas de Feira de Santana historicamente direcionaram suas ações para o benefício aos grupos hegemônicos:

(...) no centro da Cidade já tinha, tudo foi feito primeiro no Centro, Getúlio Vargas que era o bairro da alta elite, sempre foi da alta elite. Av. Getúlio Vargas e aquele trecho da Rodoviária, e, também, muitas vezes ia para as fazendas porque era prioridade (João, 22/01/2020).

A narrativa exposta acima acrescenta a este estudo como a cidade de Feira de Santana legitimou a sua urbanização a partir do centro urbano. O foco da urbanização, precisamente na sede do município em estudo, se configura devido a funcionalidade histórica da Cidade, a qual inicialmente teve o seu despontar econômico ocasionado por uma feira livre que se instalara em uma região que com o passar das décadas se tornou uma das maiores vias de circulação e moradia da burguesia e políticos da Cidade, recebendo o nome de Av. Getúlio Vargas, citada pelo entrevistado Sr. João. É justamente esse apogeu da feira livre na década de 1950, que a elite feirense inicia um intenso processo de higienização do centro urbano, como elucidada o pesquisador Eduardo Miranda (2014, p. 136-137):

A especificidade dessa reforma urbana ultrapassava os quesitos transformadores das rugosidades tendo como meta a extinção material e imaterial dos traços culturais dos povos negros. Trata-se da europeização do espaço, inicialmente desenvolvido no Rio de Janeiro e mais tarde desencadeados em outros núcleos populacionais. Como o caso de Feira de Santana, na década de 1950, iniciou transformações com cunho higienista.

No estudo do professor Eduardo Miranda (2014) evidencia-se que o centro urbano de Feira de Santana, em 1950, apresentou uma urbanização com caráter da colonialidade, posto que a feira livre, com duração de três dias, trazia em sua estrutura a presença massiva de comerciantes e consumidores negros, o que divergia da população que residia na Av. Getúlio Vargas e adjacências. Inclusive, diversos moradores do bairro Rua Nova se dirigiam à feira livre para compras e comercialização. Com isso, quando Miranda (2014, p. 136) nos diz em sua pesquisa que a urbanização em Feira de Santana teve “como meta a extinção material e imaterial dos traços culturais dos povos negros”, elucida novamente a presença central das categorias raça e classe social para a compreensão das estratégias de saneamento básico.

Tal correlação entre raça e classe social é muito evidente na urbanização e saneamento básico da sede municipal de Feira de Santana a partir da década de 1950, visto que o ato de urbanizar demanda uma articulação que envolve políticas públicas e, conseqüentemente, recursos financeiros, ambas as ações empreendidas por homens brancos que desenham as cidades e reforçam os territórios próprios das elites e os espaços destinados aos grupos subalternizados.

Essa experiência vivida pelos entrevistados cem anos antes é a realidade ainda hoje das populações de baixa renda e negras no Brasil. Tal fato expõe parte da sociedade que tem seu usufruto de direitos humanos restringidos por viverem sem prestação adequada dos serviços públicos de saneamento básico. Para Nahas *et al.* (2019, p.12) “(...) nas áreas de privação socioeconômica mais elevada se concentram a falta de investimento em infraestrutura de saneamento”. Os autores destacam ainda:

(...) domicílios com responsáveis com “pele branca” apresentavam uma chance mais elevada em 32% de ter acesso adequado ao abastecimento de água e em 39% de ter acesso ao esgotamento sanitário, quando comparados com domicílios com chefes de pele “não branca”. Tal diferença se agrava porque, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, 60% dos chefes de domicílio são da categoria “pele não branca” (cor da pele preta, parda, indígena ou amarela) (NAHAS *et al.*, 2019, p.13).

O contexto apresentado por Nahas e colaboradores (2019) diz muito do bairro negro Rua Nova, mesmo diante de um cenário apresentado pelo IBGE (2010) com quase 100% (96,98%) de domicílios ligados a rede pública de abastecimento de água, porém com qualidade desigual a esses serviços públicos de saneamento básico. Para a conquista deste serviço, a Amorum

teve um papel fundamental na luta pelo direito à segurança, à saúde, à educação, bem como para a implantação da rede de distribuição de água e da rede coletora de esgotos sanitários para a comunidade local, processo que enfrentou as desigualdades de acesso aos serviços públicos.

Na entrevista realizada com o Sr. João, as lutas da Associação em busca de melhores condições de saúde e qualidade de vida são explicitadas em sua fala:

A Associação de Moradores sempre foi reivindicativa aqui, as pessoas se reuniam para cobrar mesmo, inclusive o atendimento médico (...) Só que só vieram tomar providência a partir dos anos 80, que vieram e fizeram a UBS e depois da UBS já passou para a Policlínica, mas tinha tudo isso (João, 22/01/2020).

Nesse ponto se verifica que a Associação de Moradores tem desempenhado um papel significativo para exigir dos governos o atendimento adequado de saúde, o que também inclui a rede pública de distribuição de água e a rede coletora de esgotamento sanitário no bairro Rua Nova como citado pelo entrevistado Sr. João:

(...) não foi feito todas as ruas logo, ela foi feita e teve umas ruas que ficou muito tempo sem ter, depois que se cobrando nas reuniões que a gente fazia na comunidade, a gente cobrava para que toda a população viesse a ser atendida, isso sempre teve no passado (João, 22/01/2020).

A fala do entrevistado apresenta as prioridades dentro daquela localidade por parte do poder público municipal e a empresa prestadora dos serviços em implantar e operar a rede de distribuição de água e a rede coletora de esgotos sanitários.

Nesse sentido, o Sr. José evidencia o que foi dito pelo Sr. João ao relatar o seguinte:

Aí tudo já tinha (rede de água e esgoto), Jardim Cruzeiro já tinha, Rua Nova já tinha, essa parte de cima aí tinha, dessa parte daqui, daquela esquina ali para baixo que não tinha (...) aqui é o limite do Jardim Cruzeiro com Rua Nova (José, 03/02/2020).

Na fala do Sr. José aparece um outro bairro, Jardim Cruzeiro, o qual ele aponta como uma localidade com todas as ruas com rede pública de distribuição de água e com esgotamento sanitário. Geograficamente, o bairro Rua Nova faz divisa com o bairro Jardim Cruzeiro. Acerca da composição racial do Jardim Cruzeiro, em uma pesquisa sobre violência, Silva *et al.* (2012) apontam que este bairro possui a maior parte da sua população não negra e com baixo índice de agressões físicas. Apresentar este dado é relevante para destacar que mais uma vez está em construção uma argumentação que estabelece um viés sobre o descaso das políticas públicas de saneamento básico para o bairro negro em estudo. Em outro momento desta investigação, se destaca outros bairros de Feira de Santana, com predominância de

população branca, com a presença universal do abastecimento público de água. Sobre isto, o Sr. João, um antigo morador do bairro Rua Nova traz em sua memória no dia da entrevista a visão das pessoas em relação àquela rua: “esta área as pessoas percebiam como mais marginalizada, e era a rua mais excluída, sendo assim, os serviços demoravam mais tempo para serem instalados”(João, 22/01/2020).

Se debruçar sobre a fala do Sr. João, incorre em constatar como a história do bairro Rua Nova tem a sua construção vinculada a estigmas sociais. De acordo com Goffman (1978), o estigma possui a capacidade de criar no imaginário uma carga negativa sobre um grupo. Portanto, o entrevistado Sr. João ao dizer que o bairro Rua Nova é marginalizado e excluído reverbera em uma prática segregacionista que parte de um estigma e ganha força nos diálogos populares. Essa realidade é abordada por Miranda (2014) ao afirmar que a elite econômica e política da Cidade utilizou um programa de rádio, com grande repercussão no Município, para reproduzir inverdades sobre o bairro:

Os grupos dominantes conseguiram com o programa de rádio estigmatizar o bairro da Rua Nova. Passados mais de 40 anos a população feirense ainda reproduz um discurso discriminatório acerca dos moradores que habitam a territorialidade supracitada (p. 44).

Diante desse contexto, Therbon (2010) aponta a exclusão como um dos mecanismos da desigualdade ao restringir o acesso a bens e serviços a uma parcela da população, e os demais, são obrigados a conviver à margem desta sociedade excludente com baixos salários, infraestrutura precária de moradia e sobretudo de saneamento básico.

Esse atraso nas obras para destinar água a regiões mais pobres e marginalizadas, fez as pessoas buscarem fontes alternativas de água para ser utilizada e consumida em seus afazeres diários. No caso da Rua Itororó, os moradores usavam água sem ter informações da qualidade, proveniente de uma bica construída pelos próprios moradores, conforme dito pelo Sr. José: “Abastecia daí (a bica). A água (de beber) tinha que comprar; agora para lavar roupa, tomar banho quando faltava assim, era dali (indicando a bica)” (José, 03/02/2020).

Diante da informação do Sr. José, constatou-se que as pessoas sempre solicitavam água ao vizinho que dispunham de poço raso na área do seu terreno. Como forma de diminuir as solicitações de entrada em sua propriedade e prezando pela sua privacidade, foi instalada uma tubulação para direcionar a água para a área externa, para o logradouro, dando origem a uma bica. Com isso, os moradores passaram a ter conhecimento da existência de um local que poderiam encontrar água quando da interrupção ou a prática pela prestadora do serviço

público de abastecimento de água da intermitência no fornecimento de água. Esse compartilhamento de recursos, mesmo que em escassez, é algo muito peculiar aos bairros pobres, como evidencia Chauí (1994, p. 69):

Quando se compara a periferia com bairros ocupados por outras classes sociais pode-se avaliar a importância daquele “pedaço” para as camadas de renda mais baixas. (...) uma população sujeita a oscilações do mercado de trabalho e a condições precárias de existência é mais dependente da rede formada por laços de vizinhança, parentesco e origem. Essa malha de relações assegura aquele mínimo vital e cultural que assegura a sobrevivência, e é no espaço regido por tais relações que se desenvolve a vida associativa, desfruta-se o lazer, trocam-se informações, pratica-se a devoção. Onde se tece, enfim, a trama do cotidiano.

Segundo IBGE (2010), o bairro Rua Nova mesmo tendo já superado a falta de abastecimento de água adequado, possuindo uma população com 96,98% com seus domicílios ligados à rede de distribuição de água, que, para a Sra. Helena, desperta um sentimento de privilégio, devido à sua percepção de nesse momento não precisar gastar tempo em ir buscar água já que não ocorre mais a intermitência do serviço, segundo ela: “Aqui é um bairro privilegiado (...) você dificilmente vê dizer que faltou água na Rua Nova, é raridade” (Helena, 26/11/2019).

Portanto, essa percepção da Sra. Helena acerca da qualidade do serviço prestado à população negra do Bairro é divergente em relação a um recente episódio vivenciado pelo Sr. José. Dois meses antes da realização dessa entrevista, com os dois entrevistados inseridos no mesmo território pesquisado, mas em áreas/locais diferentes, pode-se identificar a atitude da empresa prestadora dos serviços públicos de água e esgoto. Segue o relato de José:

Quando a Embasa inventa de cortar a água da gente aqui, cortar nada ela desliga mesmo, que ela nem diz que dia é que vai faltar, desliga e acabou (...) foi quase 30 dias que ficou sem água aqui, a gente ficou ligando para lá, reclamando, todo mundo reclamando aí oh, só faltou água da esquina dali até a esquina de cá de baixo, esse trecho aqui (José, 03/02/2020).

As reclamações feitas pelos moradores por telefone à Embasa perduraram por 30 dias, tendo recebido a mesma resposta por todo esse tempo no qual dizia: “uma bomba para abastecimento estava quebrada e a manutenção já estava sendo realizada”, porém a solução do problema não acontecia. Sendo assim, depois de bastante insistência, um técnico da Empresa esteve in loco para tentar verificar a razão do problema. Depois de o funcionário verificar os equipamentos do sistema de distribuição de água para aquela área, surge a sua informação: “foi porque consertaram e esqueceram de ligar a transmissão” (o registro) (José, 03/02/2020).

A negligência por uma postura emergente frente aos fatos por parte da empresa prestadora do serviço público pode ser revelada como um ato de discriminação aos moradores usuários pagantes. Para Almeida (2018) a discriminação de fato é um processo em que a situação específica de grupos minoritários é ignorada, e a consequência das práticas de discriminação ao longo do tempo leva à estratificação social, um fenômeno intergeracional, pois os percursos da vida de todos os membros de um grupo social, incluindo as chances de ascensão social, de reconhecimento e de sustento material, são afetados.

Essa colocação feita por Almeida (2018) remete muito a realidade vivida por Carolina Maria de Jesus<sup>14</sup> (2014) na favela que morava na cidade de São Paulo às margens do rio Tietê. Carolina Maria de Jesus e os demais moradores não tinham água encanada em casa, precisavam sair para buscar água no chafariz público que existia em sua comunidade. Todos pagavam uma tarifa pela água que os abastecia. Certo dia não havia água no chafariz, e então a saída foi pegar água na casa da vizinha, que Carolina Maria de Jesus considera como casa de alvenaria, casa essa que estava fora do seu contexto de moradia, porque ali não faltava água, os moradores não precisavam se deslocar para coletar água, o esgoto não escoava à céu aberto na porta de casa, e a porta da casa não era lugar de descarte de resíduos domiciliares, uma realidade contrária vivida pela maioria das famílias que moravam na comunidade em casas de madeira, aproveitada de tapumes.

Nesse contexto, Therborn (2010) também apresenta atitudes sutis como a tomada pela empresa prestadora do serviço público de abastecimento de água. Ele revela como a discriminação a grupos étnico-raciais, de mulheres, de pobres e de comunidades rurais contribui para a existência de distanciamentos, pois leva ao caminho do aumento da desigualdade. Ou seja, as populações negras, quilombolas, indígenas, ribeirinhas, em geral são economicamente de baixa renda, com isso, os acessos à bens de consumo por esses povos se tornam mais difíceis, promovendo esse distanciamento de quem tem e que não tem.

Diante desses argumentos é possível apresentar o que de fato acontece quando a população do bairro negro Rua Nova de Feira de Santana é atingida pelo descaso do abastecimento. Primeiro, são elas, as mulheres negras as responsáveis por irem em busca de água para abastecer seus domicílios e ainda desenvolverem as atividades domésticas, assim como revela a Sra. Helena ao ser questionada sobre qual o gênero ocupante dessa função:

---

<sup>14</sup> Autora de diversos livros, dentre eles “Quarto de Despejo”.

Mulheres. Homens eram muito pouco. Oxe, homem era aquele negócio machão, hoje não. Antes eles não davam braço a torcer. Os homens não participavam desses eventos para buscar água, não (Helena, 25/11/2019).

Com isso, as mulheres que compõe o bairro negro Rua Nova são alvo das desigualdades existenciais, pois são vítimas da discriminação por gênero, só pelo fato de ser mulher, e muito mais pela sua cor, criando uma espécie de hierarquia, onde nega a ideia de igualdade entre homens e mulheres, e brancos e negros. Nesse cenário, a pesquisadora Scott (1990, p. 14) elucida que "gênero é a maneira primordial de significar relações de poder". O campo das relações de poder aparece com muita intensidade na fala da Sra. Helena, justamente quando relata que os homens se negavam a ocupar este lugar, o qual esteve associado ao trabalho doméstico.

Se isso só não bastasse, as mulheres são atingidas pela desigualdade material, ocupam parte de um estrato social de baixa renda, por serem designadas a qualificações profissionais de baixos salários, grandes jornadas de trabalho, sem insalubridade, atribuídos pelo baixo nível de escolaridade o que se torna um elemento dificultador para o acesso dessas pessoas à melhores condições de trabalho, ascensão de classe social, bem como o acesso à educação e saúde de qualidade.

Ainda diante do exposto pela Sra. Helena, dá para se notar na realidade da população dos bairros negros, que a falta de água pela operadora do sistema de distribuição, os fazem ir em busca de SAI ou SAC precário para dar conta das suas necessidades e, assim, o consumo é realizado sem ter conhecimento da qualidade dessa água, expondo suas vidas ao risco de contrair doenças relacionadas à água, e, por fim, refletindo/impactando na saúde pública.

Os entrevistados Sr. José e Sra. Ana que são usuários da bica e do poço raso, respectivamente, nunca obtiveram informação e nenhum resultado de análise da qualidade de amostra de água que fosse registrado pela Vigilância em Saúde Ambiental do Município. Portanto, para essa pesquisa se fez necessário, diante desses fatos, efetuar a análise de amostras de água desses locais no bairro Rua Nova (Tabela 4).

Diante disso, é possível verificar a ausência do poder público municipal no controle de registro das soluções alternativas de água para consumo humano existentes no bairro Rua Nova, bem como na realização da vigilância da qualidade da água. Se por acaso estão cientes da existência e uso de algum SAI ou SAC, essa vigilância da qualidade da água deveria ser realizada por coletas periódicas de amostra de água e apresentação à população dos resultados das análises, das características e condições da qualidade da água, bem como

informar/comunicar os cuidados a serem adotados antes de consumir a água visando garantir segurança quanto à potabilidade da água às famílias usuárias, conforme estabelecido no Anexo XX da Portaria de Consolidação n. 5, de 28/09/2017, do Ministério da Saúde (MS) (BRASIL, 2017).

Nesse sentido, para obter informações sobre a qualidade da água do SAI e SAC precário foram realizadas análises de amostras de água por laboratório credenciado, cujos resultados estão apresentados na Tabela 6 e nos Anexos A e B.

Tabela 6 - Resultado da análise bacteriológica de amostras de água de Solução Alternativa Individual e SAC precário, no bairro Rua Nova de Feira de Santana-Bahia, 2020.

SACprecário/SAI	Parâmetros bacteriológicos		Unidade
	Coliformes Totais	<i>Escherichia coli</i>	
Bica (SAC precário)	Presença	Ausência	UFC/100ml
Poço raso (SAI)	Presença	Presença	UFC/100ml

Fonte: Autoria própria (2020).

Diante dos resultados, as duas soluções alternativas apresentam contaminação por microrganismos patogênicos, bactérias do grupo coliformes, sendo que a bica apresentou ausência de *E. coli*. Nesse caso, sinaliza o possível risco de aparecimento de doenças relacionadas à água pela ingestão de água contaminada, como a diarreia, por exemplo, sendo essa a mais destacada nas taxas de morbimortalidade em crianças com menos de 5 anos de idade (MENEGUESSI *et al.*, 2015).

Os coliformes totais não são considerados como indicador de contaminação fecal como a *E. coli*, mas sua presença pode ser utilizada para revelar a eficácia do tratamento, bem como limpeza e integridade na rede de distribuição de água. *Escherichia coli* é um dos principais representantes do grupo coliformes que inclui as espécies fecais quanto ambientais (SILVA *et al.*, 2019).

Na ocorrência da presença de *E. coli* na amostra de água é indispensável verificar os fatores que podem estar interferindo. No caso da entrevistada, a Sra. Ana, foi fácil identificar o que poderia estar influenciando, porque logo foi visto uma fossa rudimentar ao lado do poço raso de sua casa, além de resíduos por todo o seu entorno (Figura 8) e, ainda, a criação de aves livres no terreno que não foi possível fazer o registro fotográfico.

Figura 8 - Área externa da casa da Sra. Ana, bairro Rua Nova, Feira de Sanatana-Bahia, fev./2020



A – Fossa rudimentar identificada ao lado do poço raso, tampado com resíduo de construção civil.

B – identificação do poço raso, construído com tijolos sem revestimento e acesso ao poço, fechado com tampa de concreto.

Fonte: Autoria própria (2020).

O poço raso de água na propriedade da Sra. Ana existe desde quando sua mãe era jovem e ela ainda era uma criança, sendo essa fonte utilizada como principal solução para abastecer a casa, sendo que apenas se fazia o uso do chafariz do Bairro quando o poço secava. Para dar destino aos excretas humanos/esgotos domésticos a família construiu uma fossa rudimentar.

Segundo o Sr. João, essa prática de construir poços rasos no fundo de casa era comum à época no bairro Rua Nova. “(...) para não estar indo para o chafariz, então cavava as fontes no quintal” (João, 22/01/2020). Segundo a Sra. Ana, atualmente eles fazem uso da água do poço raso para lavar roupa, e em relação ao uso da água para consumo no interior da casa somente acontece em situações extremas, quando há interrupção no abastecimento de água pela rede de distribuição, por exemplo. Nessas ocasiões a água do poço raso é compartilhada, sem controle e vigilância da qualidade da água, com a vizinhança, possibilitando o aumento do risco à saúde pelo grande número de pessoas que fazem consumo dessa água.

Para segurança na obtenção de água de poço raso com qualidade livre de patógenos do grupo coliformes a Rede Nacional de Capacitação e Extensão Tecnológica em Saneamento

Ambiental (ReCESA), criada pela então Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, do então Ministério das Cidades (BRASIL, 2009), sugere uma distância mínima de 45m de fossas rudimentares, enquanto a Funasa (BRASIL, 2015) sugere uma distância mínima de 15m de fossa seca e até 100m de focos de contaminação como valas de esgotos e galerias de infiltração, mas não deixa claro a distância para uma fossa rudimentar. Portanto, pode-se verificar a real influência de uma fossa rudimentar na contaminação da água subterrânea porque não há uma distância segura entre as “soluções” existentes aqui apresentadas. A limpeza da área do entorno ao poço raso deve ser de muita importância para melhorar a condição da qualidade da água desse manancial para consumo humano.

No início da formação do bairro Rua Nova as questões da destinação adequada dos esgotos domésticos eram inexistentes, as famílias em sua maioria usavam fossas como solução para o destino dos dejetos, assim como a Sra. Maria relata: “Era muita terra, não tinha saneamento básico, não tinha água (encanada), tudo era de poço, tudo fossa, isso como era aqui antigamente, entendeu?” (Maria, 25/11/2020).

Em meados das décadas de 60 e 70 foi quando as obras de implantação da rede de distribuição de água e da rede coletora de esgotos sanitários se iniciaram no bairro negro Rua Nova. Esse evento pode ser apreciado como um marco do saneamento básico para essa população devido a mudança na qualidade de vida, principalmente na vida das mulheres, pois elas assumem um papel de destaque, são protagonistas do lar nas questões ligadas ao saneamento básico, então parte do seu tempo era de deslocamento entre sua casa e a fonte mais próxima onde a água coletada era utilizada para beber, tomar banho e cozinhar, ou para caminhar até o córrego para lavar louças e roupas (SANTOS, 2016).

A Sra. Helena recorda bastante dessa época sendo ainda uma criança entre 6 a 8 anos de idade em que junto com sua mãe iam buscar água no chafariz. A sua narrativa revela que a atividade de ir buscar água no chafariz era realizada por mulheres, muitas chegavam a dormir na fila para conseguir encher as latas que eram colocadas na cabeça no deslocamento até a residência. Essa é a realidade vivida desde o período colonial por homens negros e mulheres negras, que, livres ou cativos, realizavam a prática de abastecer a Casa Grande com potes de água (REZENDE; HELLER, 2008).

Passados os séculos, a Casa Grande não mais existe, entretanto os detentores do capital seguem desfrutando do direito, que deveria ser garantido para todos, de abastecimento de água regular, com qualidade e quantidade suficiente para seu uso, enquanto, populações pobres, em geral negras, têm seus direitos básicos e essenciais violados pelas instituições

públicas, sendo ainda possível nos dias de hoje, ver mulheres negras ocupando seu tempo para buscar água em locais distantes de casa, sendo que esse tempo deveria ser utilizado para seu próprio desenvolvimento, para a sua formação, ou em atividade laboral não domiciliar que proporciona geração de renda.

As experiências vividas pelos moradores do bairro Rua Nova mostram o que foi dito anteriormente, sendo que a Sra. Ana traduz isso em sua fala quando houve falta de água na área em que mora, por meio de seu relato: “(...) faltou (água) foi quando o povo ficou tudo doido aí. Pegaram água aqui, que a cisterna ficou lá embaixo, pouquinho assim (Ana, 05/02/2020).” O Sr. José, também morador do bairro Rua Nova, da mesma área da Sra. Ana, relata que quando falta água da rede de distribuição operada pela Embasa a solução é a água da bica, como segue:

Era ali oh (aponta para bica)! A solução da gente era água mineral, tive que comprar seis vasos de água mineral para ficar bebendo água. É! Olha lá, não é mentira não, se você entrar ali eu já tenho quatro ali no hall ali, porque de tanto que já tinha comprado mesmo, agora já compro em grande quantidade e deixo estocado, porque não sei quando vai faltar água, entendeu? E ali só presta para tomar banho, e olhe lá tomar banho, e lavar roupa, essas coisas mais nada, e beber não presta, cozinhar e beber tem que comprar água mineral se não tiver dinheiro fica com fome e com sede, se não, já era (José, 03/02/2020).

A fala do Sr. José evidencia certa indignação na prestação do serviço público de abastecimento de água por ter que investir na compra de água envasada para suprir a demanda do consumo na sua residência e ainda conduz a refletir sobre aqueles que não tem recursos financeiros para adquirir água envasada, que não custa pouco, poderão ficar com sede e com fome. Para ele deve-se ter uma preocupação com a água da solução alternativa porque ela não é segura para ser consumida para ingestão e para o preparo de alimentos; e mesmo assim, tem pessoas naquele território, que a tem ela como opção para suprimento quando de sua necessidade/precisão.

Diante desse acontecimento, o Sr. José também mostra sua revolta em relação às cobranças de tarifa porque, mesmo ficando dias sem o abastecimento de água da empresa pública, as contas mensais seguem um fluxo normal de entrega e devem estar pagas para não ocorrer o desligamento/corte do fornecimento de água, como pode-se perceber em sua fala:

Você que não vai pagar sua água não, fique aí. Estava sem água e eles fazendo a leitura em tudo aí. Era tanto que eles contaram aí, aí eu falei, venha cá bicho, você está contando o que aí, se tem mais de 15 dias que aqui não tem água e vocês estão contando o quê? Ah, é porque é obrigação da

gente contar, aí ele mete uma base ali do que faz, esses caras são tudo pirado (José, 03/02/2020).

Nesse sentido, a colocação de Sr. José gera incômodo porque percebe que foi gasto dinheiro gando de seu trabalho para comprar água envasada e ainda tem que fazer o pagamento do valor da conta de água que não consumiu/utilizou, enquanto a prestadora de serviço público não solucionava o problema da falta de abastecimento no Bairro por cerca de 15 a 30 dias.

Embora a Sra. Helena, diante da perspectiva sobre o abastecimento de água no bairro negro Rua Nova de modo bem geral, relate: “E a água hoje aqui nós somos bem servidos de água, dificilmente falta água e quando falta eles avisam. Não é aquela coisa que vai faltar água e vai ficar aí abandonado, não!” (Helena, 25/11/2019). Porém, o que é possível entender é que a percepção da Sra. Helena moradora de outro local do bairro Rua Nova, fala mais da sua experiência em si do que a realidade no qual abrange todo o Bairro.

Nas entrevistas com o Sr. João, atual liderança da Amorum, a Sra. Ana e o Sr. José, moradores da área do Bairro com vivência em falta de água, apresentam essa área com destaque para as ausências de assistência do poder público desde a formação do Bairro. O Sr. José relata o seguinte: “(...) nada disso tinha. Isso aí veio acontecer uns anos atrás aí, no tempo que cheguei aqui não tinha isso não. Não tinha calçamento, não tinha nada, teve que abrir isso tudo. (...) Aí tudo já tinha, Jardim Cruzeiro já tinha, Rua Nova já tinha, essa parte de cima aí tinha, essa parte daqui, daquela esquina ali para baixo que não tinha” (José, 03/02/2020). A Sra. Ana complementa dizendo: “Aí era todo de barro, quando chovia era aquele barro peguento, é tanto que chama Barro Vermelho, depois calçou quando eu já estava com uns 9 anos, aí colocou aquelas pedras aí agora quando eu tava com 20 e poucos anos, aí botou esse asfalto” (Ana, 05/02/2020). Com isso, o Sr. João reverbera com seu conhecimento quando diz:

Eu acho que quando foi feito não foi feito todas as ruas logo, ela foi feita e teve umas ruas que ficou muito tempo sem ter, depois se cobrando nas reuniões que a gente fazia na comunidade a gente cobrava para que toda a população viesse a ser atendida, isso sempre teve no passado. (...) O pessoal via mais como marginalizado a Góes Calmon, Itororó, eram as ruas mais excluídas. A Rua Itororó é que fica no Barro Vermelho, era barro vermelho mesmo, fazia blocos e tijolos com esse barro, hoje é tudo Rua Nova (...). Então, esses serviços demoraram mais um pouco, onde começou mais foi na Rua Fraternidade para cá (João, 22/01/2020).

Nesse sentido, fica evidenciado a diferenciação no atendimento aos serviços públicos nessa determinada área do bairro Rua Nova que contempla poucas ruas sendo essas limítrofes ao bairro vizinho. O Sr. José fala sobre a existência de redes diferenciadas no bairro Rua Nova, e prova disso, é que enquanto moradores de sua rua estavam sem água, vizinhos da rua paralela

à sua estavam com o abastecimento de água normal. Tal situação aparentemente soa como se no bairro Rua Nova houvesse dois tipos de atendimento pela empresa prestadora do serviço, mas no bairro negro todos estão sujeitos a precária qualidade dos serviços públicos prestados, sendo esse um episódio ocorrido recentemente no Bairro, ficando em evidência na memória das pessoas, principalmente para quem passou pela situação.

Diante disso, praticamente todos os entrevistados se queixaram sobre a questão do atendimento da Embasa diante de suas reclamações. Pela demora em atender a população o Sr. João relata: “Demora, às vezes demora, às vezes você tem que ir lá não sei quantas vezes, denunciar em rádio às vezes, né!?” (João, 22/01/2020). O Sr. José, ao ser questionado sobre a atitude da Embasa, faz o seguinte comentário: “Rapaz, a atitude dela é a mais precária possível que existe aqui na área, isso não é só a gente não a Rua Nova toda é assim (José, 03/02/2020). A fala da Sra. Helena complementa: “a gente sente que liga para a Embasa e não tem muita atenção, eles limpam depois. Passa um tempo, mas depois vem, de imediato não vem. (...) aqui é periferia, eles consideram como periferia. Só na hora de cobrar que somos do Centro, aí eles têm essa dificuldade maior (Helena, 25/11/2019). Ainda sobre as queixas da Embasa, a Sra. Maria expõe sua visão: “Oh, pelo que eu vejo que mesmo que a gente ligue para a Embasa quando o serviço é em prol da Empresa é rápido. Por exemplo: se é um corte, é rápido, se é uma ligação, é rápido, mas quando a gente vê assim verificações de vazamento, poxa custa vir, eles demoram, quando vem eles abrem um buraco em qualquer lugar e fica por meses, dias, incomodando aquelas pessoas” (Maria, 25/11/2019).

A manutenção desse comportamento da empresa prestadora do serviço cria na população um sentimento de que eles não merecem um serviço público de qualidade que tenha como objetivo garantir o bem-estar de todos, e por muitas vezes a solução pretendida se concretiza após diversos episódios de reclamações e reivindicações, enquanto deveria ocorrer de imediato. E por meio da análise de suas falas, é possível verificar a percepção que os moradores do bairro negro Rua Nova possuem quando a Embasa oferece uma qualidade de serviço superior aos bairros mais elitizados.

A exemplo disso tem a situação ocorrida nas imediações da residência da Sra. Ana e do Sr. José, já exposta acima sobre a falta de água, levando os moradores da área a fazerem reclamações por diversas vezes à Embasa sobre a intermitência do abastecimento de água que atingia aquela população, porém as respostas obtidas da empresa operadora foi de que a bomba havia quebrado e que o serviço já estava normalizado, atitude que ignora a queixa dos usuários e perpetua a condição de ausência de água necessária para o consumo dos moradores.

Segundo o Sr. José, “(...) foi quase 30 dias que ficou sem água aqui, a gente ficou ligando para lá, reclamando, todo mundo reclamando aí oh, só faltou água da esquina dali até a esquina de cá de baixo, esse trecho aqui” (José, 03/02/2020). Passado todos esses dias, um funcionário da Embasa compareceu ao lugar para verificar o que de fato ocorreu, e constatou que a empresa prestadora do serviço havia feito um reparo na tubulação por causa de um vazamento, contudo a equipe que operou no local esqueceu de acionar a rede elétrica de transmissão, o que fica claro a própria empresa não ter conhecimento da real situação, deixando a população vulnerável aos risco de ingestão de água contaminada, bem como submetida ao gasto na compra de água envasada.

Tal prática, de fato, coaduna com a afirmação exposta por Garcia (2007) em que entre bairros ricos e pobres a qualidade do serviço prestado é diferenciada. No tocante, as condições e características expostas ao bairro negro Rua Nova, isso se caracteriza como racismo, pela marginalização e exclusão social que são postos conforme Almeida (2018), pois mais uma vez permite a conformação da extrema violência exercida à população de um bairro pobre e majoritariamente negro, impondo-se como algo natural, conviver em áreas sem condições adequadas de saneamento básico, sem saúde, podendo conduzir à morte crianças e pessoas idosas em estado de vulnerabilidade.

Depois de analisar as questões relacionadas ao abastecimento de água do bairro Rua Nova faz-se a seguir a análise das entrevistas em relação ao esgotamento sanitário do Bairro.

Desde a formação do Bairro até o momento do início da implantação da rede coletora de esgotos sanitários as condições eram precárias. As famílias lidavam com a questão dos esgotos sanitários como sendo mais fácil se livrar dos excretas humanos. Nesse sentido, era uma prática comum de algumas famílias evacuar e colocar seus excrementos em um saco plástico ou de papel e lançar em terrenos vazios, sem se preocupar com a constância e como aquilo poderia ser prejudicial. Outra solução encontrada foi a fossa rudimentar, escavação realizada no solo e construída de alvenaria sem atender a critérios, pois é a tecnologia menos custosa se comparado com outras alternativas. Em algumas casas o banheiro era construído na área externa, podendo também colocar a vida dos usuários em risco.

A partir do advento do saneamento básico no bairro Rua Nova, por meio de seus componentes abastecimento de água e esgotamento sanitário, as condições sanitárias tiveram melhorias significativas, sendo uma das principais não encontrar vala de esgoto à céu aberto na maior parte do Bairro, que praticamente deixou de existir, passando o Bairro a contar com a rede

coletora, com diminuição das taxas de doenças relacionadas aos excretas sanitários e à vetores transmissores, como insetos e roedores, segundo depoimento dos moradores.

O que chama atenção na questão dos esgotos sanitários no bairro Rua Nova são as famílias que residem nas margens de corpos d'água, que outrora era possível tomar banho, lavar roupa, e atualmente estão contaminados pelo lançamento de esgotos domésticos brutos, estando os moradores expostos ao mau cheiro, aos resíduos lançados no canal, às inundações em períodos de chuvas intensas, podendo perder seus bens móveis, seu imóvel e até a própria vida.

As áreas contempladas pela caminhada da pesquisa exploratória, como já exposto, apresentam o que se traduz nos parágrafos acima. No instante em que as famílias são ouvidas sobre o ambiente no qual elas vivem, há um teor de muita desaprovação da atuação do poder público pelo fato de não haver um tratamento adequado aos cidadãos que faça garantir o seu direito de viver em um ambiente salubre, equilibrado, essencial à sua qualidade de vida como estabelecido na Constituição Federal de 1988.

Diante dessa composição, parafraseando a professora Ana Luiza Flauzina (2006) sobre o Estado, o mecanismo de destruição de vidas negras se aperfeiçoa conferindo um extermínio da forma mais pura e simples, sendo que as imagens e números que cercam as condições de vida das populações negras demonstram essa dinâmica. Ou seja, enquanto o Estado não formular e implementar políticas públicas direcionadas para as populações carentes e negras, tal posicionamento faz manter os níveis de desigualdade e, assim, as pessoas correm risco e sempre estarão em vulnerabilidade por ausência do Estado de bem-estar social.

Nesse sentido, as instituições públicas acreditam estar no lugar de neutralidade, e seu papel não é o de discutir as desigualdades raciais, pois acredita em normas universais que consigam atender a todos sem discriminação. Dessa forma, o tratamento prestado às populações negras pode ser analisado por meio das entrevistas que os moradores deram à essa pesquisa.

Ao serem questionados sobre como a empresa prestadora dos serviços públicos de água e esgoto no bairro Rua Nova tem atuado no quesito de atendimento aos chamados de reclamações e denúncias por parte dos moradores, eles informam que são atendidos por meio de “politicagem”, por meio de um verdadeiro toma lá dá cá, ou seja, os serviços, em geral, são prestados baseados na garantia de voto nas eleições, podendo até tornar-se um ciclo vicioso e, assim, o bairro negro é submetido a precarização dos serviços públicos enquanto eles são

melhores prestados nos bairros onde reside a população de maior renda e com maior capacidade de pagamento das tarifas.

Essas atitudes são destacadas por aqueles atingidos por uma relação de diferença no atendimento às questões básicas e essenciais à vida humana, assim como apontado por Therborn (2010), e se traduzem em mecanismos de desigualdades geradoras de hierarquias, de exclusão e de distanciamento.

Na conversa com os participantes dessa pesquisa, como com a Sra. Maria, fica claro que a assistência ao bairro elitizado é dada maior preferência, porque no imaginário do trabalhador, atendendo à chamada de um local de maior renda a visibilidade de seu trabalho será maior, como está explícito a seguir:

Eu vou mandar para um bairro marginalizado? Claro que não! Eu vou mandar minhas equipes para a elite, porque de lá eu vou receber elogios, e posso subir de cargo, ficar como chefe. É de lá que eu vou mudar de subchefe para chefe, não é daqui. Quem é que vai me elogiar aqui? Ninguém! Então claro que vou mandar minhas equipes para fazer um trabalho de limpeza 100% limpo é lá na elite, aqui eu vou fazer quando estiver sobrando um tempo (Maria, 25/11/2019).

No caso da Sra. Helena a percepção dela sobre a Embasa e a Prefeitura é que não dão atenção ao bairro Rua Nova, pois não é prioridade atender a essa região por ser uma periferia. Nesse sentido, a Sra. Maria acredita que tal comportamento retrata o racismo velado utilizado pelas instituições públicas seguido pelo racismo estrutural que atravessa esses corpos de modo que não percebem os danos que atingem a população da qual também fazem parte.

Nesse sentido, Almeida (2018) considera que de fato as instituições atuam na formulação de normas e imposição a padrões sociais que atribuem privilégios aos brancos ou a grupos raciais específicos. E exemplo disso é a exigência por locais planos, regulares, com vias de acesso sem grandes empecilhos, largas, de pouca declividade, pavimentadas, com regularização fundiária, para que as famílias pobres e negras, periféricas, do subúrbio, tenham direito à água e ao esgotamento sanitário com qualidade e quantidade suficiente para seu consumo, enquanto a população negra, tem como os lugares destinados a elas por meio de política do Estado, os morros e as áreas mais distantes dos centros urbanos. Assim, atuar nessas áreas para as empresas prestadoras de serviços é um gerador de custos e sendo a população residente de baixa renda o valor investido não tem retorno financeiro esperado nas tarifas/preços cobrados.

Almeida (2018) aponta ainda que o racismo institucional está vinculado a uma ordem social em que faz parte de uma estrutura que privilegia determinados grupos sociais e, não é algo criado pela instituição, mas reproduzido porque a sociedade é racista e a estrutura social é

constituída de conflitos de classe, raça e gênero. O fato de os trabalhadores terem interesse em alcançar cargos melhores por uma ação que beneficia uma pequena parcela da população só mantém ativa os problemas de desigualdade racial no saneamento básico. Enquanto as instituições da área não promoverem soluções para tais problemas continuarão facilmente a reproduzir práticas racistas já tidas como normais na sociedade.

Dado as considerações da diferença no atendimento da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário como atitude racista, a participante Sra. Helena relata como sendo uma questão mais político-financeira:

Eu não penso assim não, acho que na verdade eles pensam mais é no financeiro, não é nem questão do racismo, é porque funciona assim se aqui é um bairro com pessoas mais inadimplentes, eles vão dar prioridade a quem? A elite lá, né!? Mas não vejo muito por esse lado não, eu vejo pela questão financeira mesmo, não é bem pelo racismo (Helena, 25/11/2019).

Nessa mesma linha de pensamento a fala do Sr. João desconsidera a discriminação, relatando: “é uma atitude relaxada mesmo, às vezes é necessário a gente estar cobrando, porque o serviço público independente da Embasa infelizmente tem isso, não só para Rua Nova, quando é nos bairros mais ricos é até melhorzinho, mas não vou dizer que é preconceituosa” (22/01/2020).

Segundo a Sra. Ana (05/02/2020), a falta de água nos bairros mais longínquos onde reside a população de baixa renda pode ser resultado da discriminação, todavia a empresa prestadora de serviço dá mais preferência aos bairros mais centrais porque arrecada mais neles. Para a Sra. Ana (05/02/2020), o modo como a Embasa é administrada na sua opinião deixa evidente a escolha pela prestação do serviço público de abastecimento de água aos mais ricos, àqueles que podem pagar mais, atendendo à lógica de negócio, do mercado, à privatização do serviço.

Essa questão final que a Sra. Ana comenta é a que tem se tornado cada vez mais o foco de disputas de grandes grupos privados/capitalistas. A geopolítica, fundamentada em recursos que gerou capital ao longo das expansões marítimas, esteve pautada em encontrar, dominar e comercializar matérias primas extraídas em diversas partes do globo, sendo hoje a água um recurso estratégico e em intensa disputa.

Então, se a água passa a ter valor econômico, isso significa que junto à comercialização desta riqueza natural se estabelece a segregação de classe, mas também racial, posto que se por um lado a água passa a ter valor econômico-financeiro, ao mesmo tempo o capitalismo se articula para proteger a elite hegemônica e exercer a prática exaustiva da exclusão, violando os direitos e garantias básicas da população negra e vulneráveis socioeconomicamente.

Nesse sentido, ao trazer essa abordagem da relação do sistema capitalista para com os mercados de água, esse é um debate que só pode ser problematizado no Brasil, ao trazer à base das discussões o teor racial. Porque mesmo com o fim da escravização de seres humanos, não significa que as populações negras do Brasil foram atendidas por políticas públicas de reparação e inserção socioeconômica destes grupos. Muito pelo contrário, o Estado brasileiro negou suporte para a construção da cidadania dos ex-escravizados, renegando-os à sorte, às ruas, aos guetos e à segregação socioespacial. O que repercute no acesso ao abastecimento de água e ao esgotamento sanitário nos bairros negros.

## 6. CONCLUSÃO

A Assembleia Geral da ONU, em 28/07/2010, aprovou o direito ao acesso à água e ao esgotamento sanitário a toda população, como direitos humanos essenciais, sem discriminação de raça, classe e gênero, compreendendo que dessa forma é possível formular e implementar políticas públicas de água e esgoto na busca pela democratização do acesso a água de qualidade e quantidade suficiente às pessoas, bem como ter qualidade de vida em um lugar seguro, livre das condições insalubres devido ao lançamento de esgotos sem tratamento.

No Brasil, tem-se o marco legal regulatório do saneamento básico, a Lei n. 11.445/2007, que estabelece como um dos princípios fundamentais, a universalização do acesso aos serviços públicos de saneamento básico para todos os domicílios. Nesse sentido, há uma busca pela garantia dos direitos e dos princípios da Lei, bem como torná-la efetiva no combate às desigualdades e na promoção da justiça social e ambiental, no que diz respeito aos investimentos realizados em abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Dessa forma, a prestadora do serviço público de água e esgoto na cidade de Feira de Santana, a Embasa, segundo dados autodeclarados no Snis, tem quase alcançado a universalização, com acesso ao abastecimento de água e ao esgotamento sanitário para a população feirense, porém quando os marcadores sociais da diferença da qualidade dos serviços públicos são postos em questão, nota-se que há atendimento desigual entre bairros ricos, onde reside a população abastada e de maior poder aquisitivo, e pobres, onde reside a população pauperizada.

Sendo assim, partindo do pressuposto de que a prestadora de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário atende de modo desigual à população, essa pesquisa se debruçou no marcador sócio-racial, na perspectiva de trazer para o debate as desigualdades raciais na área do saneamento básico em um bairro negro.

Nesse sentido, para fortalecer a discussão tornou-se relevante trazer elementos que sustentam o estudo, principalmente sobre temas que são mais discutidos nas ciências humanas e sociais, como: desigualdades sociais e raciais; raça e racismo; e os componentes do saneamento básico, abastecimento de água e esgotamento sanitário, como tema transversal. Além disso, a temática sobre o bairro negro se torna demasiadamente importante porque é onde os fenômenos desses temas centrais operam, por isso, evidenciar esse espaço é colocar em visibilidade as estratégias operadas pelo Estado nas áreas com vulnerabilidade econômica e social.

Com isso, buscou-se investigar a desigualdade racial no atendimento por serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário da população negra urbana em Feira de Santana-Bahia, sendo possível fazer uso de métodos norteadores que atendessem aos objetivos e a problemática da pesquisa e com viabilidade econômica.

Na condução dessa pesquisa por meio da construção do referencial teórico-conceitual, em meio às leituras chegou-se ao conceito de Bairro Negro e, a partir disso, constatou-se que o bairro Rua Nova encontra-se inserido nas características apresentadas, por isso pode ser considerado pelos próprios moradores como o bairro negro Rua Nova, devido ao seu povo, sua cultura, sua sabedoria ancestral de resistência e resiliência, mas tão marcado pelas desigualdades por meio de seus fenômenos de exclusão, exploração, racismo, hierarquias e distanciamentos.

Pelos resultados obtidos dos dados secundários, o bairro negro Rua Nova aponta uma população com pouco poder aquisitivo, um bairro de trabalhadores e trabalhadoras de baixos salários, que provavelmente ocupam atividades de subemprego e, ainda, para além da variável econômica considerou-se a variável racial. Assim, segue sendo um exemplo de bairro compreendido pela afirmação de que há diferenciação no atendimento dos serviços prestados pela empresa prestadora dos serviços públicos de água e esgoto, entre classe e raça, elementos centrais nessa discussão. Para além disso, notou-se que os serviços públicos de abastecimento de água (96,98%) e de esgotamento sanitário (95,27%) no bairro Rua Nova estão próximos da universalização do acesso, atendendo assim, aos princípios da Lei n. 11.445/2007, Lei Nacional de Saneamento Básico.

Por certo, no bairro Rua Nova residem pessoas de baixa capacidade de pagamento das tarifas cobradas pela empresa prestadora dos serviços, logo a população pode se ver excluída das ações do poder público para realização de obras de infraestrutura urbano-ambiental necessárias, bem como que alcance a universalização do acesso aos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário de qualidade e a preços módicos e, também, por um estigma associado às populações afrodescendentes e que, conforme já dito anteriormente por Almeida (2018), tal atitude pode ser atribuída ao racismo estrutural.

A população local foi ouvida por meio das visitas a campo e com mais atenção através da entrevista semiestruturada e o seu relato foi revelado ao falar a respeito do atendimento que recebe da operadora dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, sendo eles usuários que pagam por esses serviços. Foi observado que os entrevistados compreendem que houve mudanças significativas no bairro Rua Nova com a

chegada da infraestrutura sanitária, mas que parcela da população continuou sem água, sendo relevante a atuação e reivindicação realizada pela associação de moradores, a Amorun, junto à prefeitura e à Embasa para a completude das obras para que ninguém no bairro ficasse para trás.

O bairro negro Rua Nova foi construído por muitas mãos, sendo o coletivo o modo encontrado por seus moradores como forma de somar forças para ampliar o Bairro e desenvolver soluções sustentáveis e que lhes davam autonomia, como a construção de fossas rudimentares para eliminar os excretas humanos e de poços rasos que serviam e servem para abastecer os domicílios com água. Assim, são formas que a população ainda usa como Soluções Alternativas Individuais (SAI) e Coletivas (SAC), principalmente quando falta água no bairro, porém foram desenvolvidos sem aporte técnico, podem apresentar contaminação da água e contribuir para as DRSAI.

Diante disso, foram realizadas análises das amostras de água provenientes de SAI e SAC precário, que têm sido ainda utilizadas pelos moradores quando há falta de água na rede pública de distribuição. Os resultados das análises indicaram desconformidades com os padrões bacteriológico para a qualidade da água de consumo humano. Inclusive, dado esse resultado fez-se orientações aos moradores quanto aos cuidados com o uso da água, como ferver e usar desinfectante que elimina a contaminação por bactérias do grupo coliformes. Esse é um dos pontos que a Prefeitura Municipal, em conjunto com suas Secretarias do Meio Ambiente e de Saúde deveriam fazer, pois é de responsabilidade delas, manter a população ciente dos possíveis problemas para a qualidade da água para consumo humano.

A partir do momento em que há alguma interferência ou intermitência no abastecimento de água do bairro Rua Nova, é realizada abertura de reclamação pela população à Embasa; porém, a indignação com a Empresa é posta em evidência devido à demora na resposta e solução dos problemas, que trata os moradores usuários de forma diferenciada daqueles residentes em bairros de maior poder aquisitivo, conduta que sugere uma discriminação aos moradores do bairro negro e pobre em detrimento da melhor qualidade do serviço prestado ao grupo social hegemônico.

Quanto à infraestrutura sanitária de esgotamento sanitário, vivem em pior situação aqueles que moram próximo aos corpos de água superficiais que se tornaram receptores e condutores de esgotos. São famílias que estão expostas aos insetos e outros vetores transmissores de doenças, ao mau cheiro, bem como as enchentes que podem conduzir à doenças e à morte.

Nas situações apresentadas acima, o papel da Amorun foi e é fundamental para cobrar das instituições públicas uma resposta aos problemas enfrentados pela comunidade, uma vez que quando é feita reclamações individuais o resultado na maioria das vezes é insatisfatório.

Diante do exposto é possível concluir que o objetivo dessa pesquisa de mestrado foi alcançado, ao evidenciar as desigualdades raciais no bairro negro Rua Nova de Feira de Santana, em relação ao atendimento com serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, ao revelar a percepção dos moradores quanto às atitudes tomadas pela empresa prestadora que deve oferecer um serviço de qualidade, de forma contínua e segura e à um preço módico.

As populações negras e pobres precisam ser vistas como qualquer outro povo, a cor da pele e a classe social não podem definir normas e padrões designados por grupos hegemônicos nas instituições públicas sem ouvir as suas demandas. O racismo estrutural que é praticado pelas instituições são parte de uma ordem social, nesse caso, e assim, a instituição só reproduz o que é praticado também enquanto sujeitos únicos.

A área da engenharia sanitária e ambiental precisa humanizar seus trabalhos técnico-científico, porque muitas vezes não leva em consideração a relação humana com as pessoas onde existem intervenções técnicas. As populações que carecem dos serviços desses profissionais, precisam de algum modo serem ouvidas, sobretudo, atendidas conforme a realidade delas.

O racismo como tecnologia do poder é capaz de levar crianças e idosos à morte pela via da política de ausência dos serviços públicos de saneamento básico, sobretudo violar o direito à água e ao esgotamento sanitário aprovado e declarado pela ONU, e, também, não buscar atender ao princípio da universalização de acesso.

É importante que pessoas negras também ocupem esses espaços de poder na busca pela equidade e igualdade onde todos sejam contemplados por serviços públicos de saneamento básico de qualidade. A representatividade é importante para as lutas antirracistas, e para o enfrentamento dos atos discriminatórios contra pessoas negras, podendo tornar efetivo o desmantelar das narrativas discriminatórias à população negra, dos que moram em áreas ocupadas e que nessa condição não teria direito à água.

Vale aqui destacar a importância desse trabalho para a área de saneamento básico que discute políticas públicas, de forma a demarcar a necessidade de formulação e implementação de políticas públicas de saneamento básico capazes de atender as necessidades específicas da

população dos bairros negros de Feira de Santana, da Bahia e do Brasil. As reparações históricas precisam acontecer; foram 300 anos de escravidão, e no pós-abolição ainda existem brasileiros que estão excluídos do acesso a direitos básicos como o saneamento, a educação, a saúde, condição decorrente de uma política do Estado brasileiro que não buscou promover a reparação e a inclusão social desses sujeitos sociais.

Essa pesquisa apresentou algumas limitações como: tempo de atuação em campo com os colaboradores das entrevistas para conhecer mais pessoas nos diversos cantos do bairro Rua Nova; as entrevistas demoraram de acontecer por conta do horário disponível dos entrevistados e do horário disponível da Sra. Maria, a agente de saúde da família, que estava como responsável por conduzir o pesquisador pelo Bairro; limitações de uso de dados secundários do IBGE, porque o último Censo Demográfico ocorreu em 2010, logo dados atuais podem melhor expor a realidade do bairro negro Rua Nova e da cidade de Feira de Santana, bem como demora na obtenção de dados sobre diferentes bairros e características de suas populações, de outros bancos de dados. Também para a obtenção dos dados secundários da Embasa foi enfrentada grande dificuldade: primeiro, mesmo se apresentando como aluno-pesquisador da UFBA não foi permitido ao autor-pesquisador adentrar na edificação da Empresa, apenas sendo atendido pelo telefone da portaria, levando a solicitação dos dados por ofício via e-mail. Após alguns retornos à Empresa, posteriormente, a solicitação foi atendida e os dados foram disponibilizados depois de muito tempo pelo Chefe da unidade em Feira de Santana. Dificuldade de retorno efetivo na solicitação dos dados à ARFES, o tempo de resposta foi demorado para informar que não seria possível colaborar com a pesquisa, bem como no Departamento de Vigilância Ambiental do Município, os dados solicitados também passaram por lento processo para serem disponibilizados, talvez pelo fato de na época acontecer a troca da equipe dirigente da Secretaria Municipal de Saúde. Acrescenta-se também limitações financeiras para realização das análises das amostras de água coletadas na bica e no poço raso, o número baixo de referências bibliográficas que abordam o conceito de desigualdade racial e/ou racismo no saneamento básico e as limitações de tempo para analisar as leis, decretos, projetos e programas nas instâncias municipais, estadual e federal que abordem particularidades no atendimento às populações negras.

Por fim, algumas recomendações para realização de trabalho futuros a partir dos resultados encontrados nessa pesquisa:

- Solicitação com longo tempo de antecipação e utilização de dados de diferentes bancos de dados que permitam cruzar os dados de bairros onde reside população branca e de maior poder aquisitivo com os de bairro negro, como CadÚnico e outros.
- Identificar as soluções alternativas coletivas e individuais utilizadas no bairro negro que permitam realização das análises de amostras de água visando conhecer sua qualidade/atendimento aos padrões de potabilidade.
- Analisar as leis, decretos, Plano Municipal de Saneamento Básico, PDDU, projetos e programas de governo que atendam as demandas das populações negras.
- Avaliar a situação da componente limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos do saneamento básico no bairro negro Rua Nova e em outros bairros negros.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. M. A construção das hierarquias sociais: classe, raça, gênero e etnicidade. **Caderno de Pesquisa do CDHIS**, n. 36/37, ano. 20, p. 83-88, 2007.

ALEIXO, B.; REZENDE, S.; PENA, J. L.; ZAPATA, G.; HELLER, L. Direito Humano em perspectiva: desigualdades no acesso à água em uma comunidade rural no Nordeste brasileiro. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. XIX, n. 1, p.63-82, jan./mar. 2016.

ALMEIDA, A. C. B.; SALIB, M. L. L. Racismo Ambiental Urbano: omissão do poder público na efetivação do direito humano ao saneamento básico na cidade de Porto Velho. In: CONGRESSO ACADÊMICO DE DIREITO CONSTITUCIONAL, I., 2017, Porto Velho-RO. **Anais...** Porto Velho: FCR, 2017. p. 619-644.

ALMEIDA, S. L. de. **O que é Racismo Estrutural**. Belo Horizonte-MG: Ed. Letramento, 2018.

ANDRADE SILVA, V.; ESPERIDIÃO, F. Saneamento básico e seus impactos na mortalidade infantil no desenvolvimento econômico da região nordeste. **Scientia Plena**, v. 13, n. 10, p.1-7, 2017.

ARAÚJO, T. M. de; ARAÚJO, E. M. **Análise de problemas sociais e de saúde: contribuições no campo da saúde coletiva**. Feira de Santana: Editora UEFS, 2016.

BANTON, M. **The idea of race**. London: Tavistok, 1977.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BORJA, P. C. **Política de Saneamento, instituições financeiras internacionais e mega-programas: um olhar através do programa Bahia Azul**. 2004, 400 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

BORJA, P. C. Política Pública de Saneamento Básico: uma análise da recente experiência brasileira. **Saúde & Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 432-447, 2014.

BORJA, P. C.; FREDIANI, D. A.; BARRETO, T. B.; MORAES, L. R. S. Serviços públicos de saneamento básico em Salvador-BA: um estudo sobre as desigualdades de acesso. **Revista Eletrônica de Gestão e Tecnologias Ambientais-GESTA**, Salvador, v.3, n.2, p.140-152, 2015.

BRASIL. **Lei n. 11.445, de 05 de janeiro de 2007.** Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política nacional de saneamento básico. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília-DF, 08 de janeiro de 2007.

\_\_\_\_\_. Resolução n. 466, 12 de dezembro de 2012. **Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília-DF, 13, de junho de 2013.

BRASIL. Ministério das Cidades. ReCESA. Rede de Capacitação e Extensão Tecnológica em Saneamento Ambiental. Ministério das Cidades/ Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. **Transversal: saneamento básico integrado às comunidades rurais e populações tradicionais:** guia de profissional em treinamento – nível 2. Brasília: Brasil/Ministério das Cidades. 88p, 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério das Cidades. **Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB).** Brasília-DF, 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Política Nacional da Saúde Integral da População Negra: uma política do SUS.** Portaria do MS, n. 992, de 13 de maio de 2009. Brasília-DF, 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Portaria de Consolidação n. 5, anexo XX. Brasília-DF, 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério das Cidades. **Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento-SNIS.** Índices de atendimento. Brasília-DF, 2018.

CARDOSO, M. F. M. **Reflexões sobre instrumentais em Serviço Social.** São Paulo: Editora LCTE, 2008.

CARELLI, L. **Modelagem da qualidade da água da bacia Olhos D'água em Feira de Santana – BA: geoprocessamento aplicado à análise de impactos ambientais.** 2011. 133 f. Dissertação (Mestrado em Modelagem em Ciências da Terra e do Ambiente) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2011.

CARIAS, A. R.; SILVA, R. L. Violência de estado e racismo institucional: a psicologia na produção científica nacional. **Caderno do Prêmio de Marcus Vinícius de Psicologia e Direitos Humanos: violência do Estado ontem e hoje – dia de exclusão ao extermínio.** v. 1, p. 111-121, 2017.

CARVALHO, I. M. M.; PEREIRA, G. C. As “cidades” de Salvador. In: **Como anda Salvador e sua região metropolitana.** CARVALHO, I. M. M.; PEREIRA, G.C (Org.). 2. ed. rev. Salvador: Edufba, 2008. p. 81-107.

CASTRO, J. E. **Água e democracia na América Latina**. [Livro online], Campina Grande, Editora EDUEPB, 2016.

CHALHOUB, S. **Cidade febril: cortiço, epidemias e na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CORREIA, M. C. Observação Participante enquanto técnica de investigação. **Pensar enfermagem**, v.13, n.2, p. 30-36, 1999.

CUNHA JÚNIOR., H. Afrodescendência e espaço urbano. In: **Espaço urbano e afrodescendência: estudo da espacialidade negra urbana para o debate das políticas públicas**. CUNHA JÚNIOR, H.; RAMOS, M. E. R. (Org.). Fortaleza: Edições UFC, 2007. p.17-46.

\_\_\_\_\_. Críticas ao pensamento das senzalas e casa grande. **Revista Espaço Acadêmico**. Ano. XIII, v. 13, n. 150, p. 84-100, nov. 2013.

\_\_\_\_\_. **Bairros negros: epistemologia dos currículos e práticas pedagógicas**. Colóquio Currículo, 2017. III Colóquio Luso-afrobrasileiro de questões curriculares educação, formação e criouldade. UniCV – Cidade da Praia, Cabo Verde, jul. 2017.

DIAS, M. C.; BORJA, P. C.; MORAES, L. R. S. Índice de Salubridade Ambiental em áreas de Ocupação Espontânea: um estudo em Salvador, Bahia. **Engenharia Ambiental e Sanitária**, Brasil, v. 9, n. 1, p. 13-25, 2004.

FEIRA DE SANTANA. Prefeitura Municipal de Feira de Santana (PMFS). **Lei Complementar n. 18, de 08 de julho de 2004**. Define o perímetro urbano, delimita os bairros da cidade de Feira de Santana e dá outras providências. Feira de Santana: Prefeitura Municipal, 2004.

FEIRA DE SANTANA. Prefeitura Municipal de Feira de Santana (PMFS). **Plano Municipal de Saneamento Básico**. Diagnóstico de Abastecimento de Água. Feira de Santana: Prefeitura Municipal, Jun/2018.

FEIRA DE SANTANA. Secretaria Municipal de Saúde. Departamento de Vigilância ambiental. Relatório de Ensaio. Feira de Santana, 2021. Não publicado.

FLAUZINA, A. L. P. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. Dissertação, 2006. 145f. (Mestrado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FLEXOR, M. H. O. J. J. Seabra e a reforma urbana de Salvador. In: BATISTA, M. R.; GRAF, M. E. C. **Cidades Brasileiras: políticas urbanas e dimensão cultural**. São Paulo: USP, 1998. p.108-119.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2005.

FUNASA. Ministério da Saúde. Fundação Nacional da Saúde. 4.ed. **Manual do Saneamento**. Brasília, 2015.

GARCIA, A. S. Desigualdades raciais e urbanas em Bangu: de senzala a vila operária, de vila operária a bairro/cidade negra. In: **Espaço urbano e afrodescendência: estudo da espacialidade negra urbana para o debate das políticas públicas**. CUNHA JÚNIOR, H.; RAMOS, M.E.R. (Org.). Fortaleza: Edições UFC, 2007.p. 17 - 46.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações sociais no Brasil: uma breve discussão. In: **Brasil, Educação Anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Continuada e Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39-62.

GOMES, N. L. Cultura negra e educação. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro: n. 23, p. 75-85, Mai/Jun/Jul/Ago, 2003.

GOMES, U. A. F.; HELLER, L. Saneamento Básico em Vilas e Favelas: qual o papel da regularização fundiária? **Revista Ver a Cidade** – Ano IV, n.5, p. 1-16, out. 2009.

GUI, R. T. Grupo focal em pesquisa qualitativa aplicada: intersubjetividade e construção do sentido. **rPOT – Revista Psicologia: Organizações & Trabalho**. v.3, n.1, p. 135-160, jan./jun. 2003.

GUIMARÃES, A. S. A. Raça: cor e outros conceitos analíticos. In: **Raça novas perspectivas antropológicas**. PINHO, O. A.; SANSONE, L. (Orgs). 2 ed. rev. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, 2008, p. 63-82.

GUIMARÃES, A. S. A. Raça, cor, cor da pele e etnia. **Cadernos de Campo**, São Paulo: n. 20, p. 1-360, 2011.

GUIMARÃES, A. S. A. Raça e os estudos de relações sociais no Brasil. **Novos Estudos - CEBRAP**. n. 54, p. 147-156, jul. 1999.

GUIMARÃES, A. S. A. Raça, racismo e grupos de cor no Brasil. **EstudAfro-asiático**, n.27, p. 45-63, 1995.

HASENBALG, C. **Os Números da Cor**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos. 1996.

\_\_\_\_\_. **Discriminação e desigualdade raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. Race and socioeconomic inequalities in Brazil. In: FONTAINE, P. M. (Org.). **Race, class power in Brazil**. Los Angeles: Center for Afro-American Studies, University of California, 1985. p. 25-41.

HENRIQUES, R. **Desigualdade racial no Brasil**: evoluções nas condições de vida na década de 90. IPEA e Ministério do planejamento, orçamento e gestão. Rio de Janeiro: julho, 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Estudos e Pesquisa: Informações Demográficas e Socioeconômicas, n. 39. Rio de Janeiro, 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades - Panorama**. Disponível em:<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/feira-de-santana/panorama>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Glossário**. Disponível em:<[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv53096\\_glossario\\_equipetec.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv53096_glossario_equipetec.pdf)>. Acesso em: 17 nov. 2020.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Retrato das desigualdades de gênero e raça. 4. ed. Brasília: Ipea, 2011.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência 2019**. Brasília, 2019.

JESUS, M. P. S. **Educação e Relações Raciais**: um olhar sobre a educação de jovens e adultos no bairro Rua Nova na cidade de Feira de Santana. 2013. 140 f. Dissertação

(Mestrado em Educação e Contemporaneidade) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2013.

JESUS, V. de. Racializando um olhar (sociológico) da saúde ambiental em saneamento da população negra: um *continuum* colonial chamado de racismo ambiental. **Saúde e Sociedade (online)**, v. 29, n 2, p. 1-15, 2020.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sexuais de sexo. In: Dicionário crítico do feminismo. HIRATA, H.; LABORIE, F.; LE DOARE, H.; SENOTIER, D. (Orgs.). São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67-75.

KISHIMOTO, S.; STEINFORT, L; PETITJEAN, O. The Future is public: towards democratic ownership of public services. TNI.org. Executive summary, jun. 2020. Disponível em: [https://www.tni.org/files/publication-downloads/executive\\_summary\\_the\\_future\\_is\\_public\\_def\\_online\\_14july.pdf](https://www.tni.org/files/publication-downloads/executive_summary_the_future_is_public_def_online_14july.pdf). Acesso em: 17 jul. 2020.

LARREA-KILLINGER, C. Agua, basuras y alcantarillado: reciprocidad y políticas ambientales un suburbio brasileño. **Endoxa**, Madrid, v.15, p.75-96, 2001.

LIRA, J. T. C. O Urbanismo e o Seu Outro: Raça, Cultura e Cidade no Brasil (1920-1945). **Revista de Estudos Urbanos e Regionais/ANPUR**, n.1, p.47-78, mai. 1999.

LOPES, F. Beyond the numbers barrier: racial inequalities and health. **Cadernos de saúde pública/Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública**, v. 21, n. 5, p. 1595-1601, 2005.

MACIEL, A. C. *et al.* Responsabilidade Social: avaliação dos indicadores de estrutura física e serviços públicos pelos líderes comunitários de Marau-RS. **RAIMED – Revista de Administração IMED**, v.3, n.2, p. 132-145, 2013.

MARICATO, E. Metrôpole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência. In: GONÇALVES, M. F. (Org). **O novo Brasil**. 1 ed. Porto Alegre. Editora Mercado Aberto, p. 261-289, 1995.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Orgs.). Petrópolis: Vozes, 2002, p.121 - 192.

MEMORIAL DE FEIRA. Rua Calumbi, foto sem autor e ano. Disponível em: <http://www.memorialdafeira.ba.gov.br/conteudo.asp?catimg=1>. Acesso em: 17 set. 2020.

MENDES, B. de J. **Entre Blocos Afros e Afoxés, Liberdade-Salvador/BA** no último quartel do Séc. XX (Identidade e Diferença na intersubjetividade). 2008. 203.f Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Estudos Pós-graduados em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo/SP, 2008.

MENDES, M. M. Raça e racismo: controvérsias e ambiguidades. **Revista de Antropologia**, Vivências 39, n. 39, p. 101-123, 2012.

MENEGUESSI, G. M.; MOSSRI, R. M.; SEGATTO, T. C. V.; REIS, P. O. Mobimortalidade por doenças diarreicas agudas em crianças menores de 10 anos no Distrito Federal, Brasil, 2003 a 2012. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**. Brasília, v.24, n.3, p. 721-730, out./dez. 2015.

MENEZES, T. de; UCHOA, F. Mortalidade infantil, saneamento básico e o impacto da saúde sobre o crescimento econômico brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, XXXIX, 2011, Foz do Iguaçu-PR. **Anais...** Foz do Iguaçu: ANPEC, 2011.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 3. ed. São Paulo: Hucitec/Abrasco 1994.

\_\_\_\_\_. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. et al. (Orgs.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 9-29.

\_\_\_\_\_. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciências & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012.

MINAYO, M. C. de S. *et al.* Métodos, técnicas e relações em triangulação. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Orgs.). **Avaliação por triangulação de métodos: Abordagens de Programas Sociais**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010, p. 71-103.

MIRANDA, E. O. "O negro do Pomba quando sai da Rua Nova, ele traz na cinta uma cobra coral": os desenhos dos corpos-territórios evidenciados pelo Afoxé Pomba de Malê. 2017. 180 f. Dissertação (Mestrado em Desenho Cultura e Interatividade) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2014.

MIRANDA, E. O. **Territorialidades negras em Feira de Santana: cores, sons e formas potencializados pelo Afoxé Pomba de Malê**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2018.

MORAES, L. R. S. Política e Plano Municipal de Saneamento: aporte conceituais e metodológicos. In: Berenice de Souza Cordeiro (Org). **Instrumentos da política e da gestão**

**dos serviços públicos de saneamento básico.** 1.ed. Brasília-DF: Ministério das Cidades, 2009, v.1, p. 33-53.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil:** Identidade Nacional Versus Identidade Negra. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil:** Identidade Nacional Versus Identidade Negra. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

\_\_\_\_\_. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO-PENESB. Rio de Janeiro, 2003. **Anais...** Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/09abordagem.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2019.

NAHAS, M. I. P.; MOURA, A. S. A. de; CARVALHO, R. C. de; HELLER, L. Desigualdade e discriminação no acesso à água e ao esgotamento sanitário na região metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública.** v. 35, n. 4, p.1-17, 2019.

NEVES-SILVA, P.; HELLER, L. O direito humano à água e ao esgotamento sanitário como instrumento para a promoção da saúde de populações vulneráveis. **Revista Ciências & Saúde Coletiva.** v. 21, n. 6, p. 1861-1869, 2016.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Agenda 2030.** Disponível em: <<file:///C:/Users/Windows%20%20Ultimate/Desktop/undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2020.

\_\_\_\_\_. **Resolução A/RES/64/292.** 2010. Disponível em: <<http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/292&lang=E>>. Acesso em: 17 out. 2019.

\_\_\_\_\_. **A desigualdade de poder entre os gêneros.** 03/2020. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/artigo-a-desigualdade-de-poder-entre-os-generos/>>. Acesso em: Ago, 2020.

PAULA, B. X. **A educação para as relações étnico-raciais e o estudo de história cultural da África e Afro-brasileira:** formação, saberes e práticas educativas. 2013, 327 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

PEREIRA, P. R. M.; JUNIOR, V. C.; RODRIGUES, Z. M. R. Desigualdade intraurbana dos indicadores de saneamento em São Luís-MA. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, VI, 2013, São Luís-MA. **Anais...** São Luís: UFMA, 2013.

PINHEIRO, C. A. **O trânsito de escravos na região de Feira de Santana de 1870 a 1910**. X Encontro Regional Nordeste de História Oral. História oral, educação e mídias. p. 1-10. Salvador-BA, 2015. Disponível em: <[http://www.sul2013.historiaoral.org.br/resources/anais/11/1437230396\\_ARQUIVO\\_ARTIGOREVISADOPORRFAVERSAOFINALSIMPOSIO.pdf](http://www.sul2013.historiaoral.org.br/resources/anais/11/1437230396_ARQUIVO_ARTIGOREVISADOPORRFAVERSAOFINALSIMPOSIO.pdf)>. Acesso em: 22 mar. 2019.

PINHEIRO, E. P. **Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos** (Paris, Rio e Salvador). 2 ed. Salvador: EDUFBA, 2011.

PINHO, D. K. S. **Êta Rua Nova dos diabos! Representações sobre um bairro pobre na cidade de Feira de Santana. (1970-1980)**. 2010. 83f. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2010.

QUIJANO, A. Colonialidad Del poder y clasificación social. In: CASTRO GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Orgs.). El giro decolonial. **Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo Del Hombre Editores, 2007. p. 93-126.

QUEIROZ, R. da S. Caminhos que andam: os rios e a cultura brasileira. In: REBOUÇAS, A da C.; BRAGA, B.; TUNDISI, J. G. (org.). **Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação**. 3. ed. São Paulo: Escrituras, 2006.

QGIS. Discover What Makes QGIS the leading Open Source desktop GIS. Disponível em:<<https://www.qgis.org/en/site/about/index.html#>>. Acesso em: 26 nov. 2018.

RAMOS, M. E. R. **Território afrodescendente: Leitura de cidade através do bairro da Liberdade, em Salvador-Bahia**. 2007a. 186f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

\_\_\_\_\_. Origem da segregação espacial da população afrodescendente em cidades brasileiras. In: **Espaço urbano e afrodescendência: estudo da espacialidade negra urbana para o debate das políticas públicas**. CUNHA JUNIOR, H.; RAMOS, M.E.R. (Org.). Fortaleza: Edições UFC, 2007b. p. 97 – 120.

\_\_\_\_\_. Contextos da construção da territorialidade negra em áreas urbanas. **Revista África e Africanidades**, Ano. 3, n. 9, mai. 2010.

\_\_\_\_\_. **Bairros negros**: uma lacuna nos estudos urbanísticos. Um estudo empírico-conceitual no bairro Engenho Velho da Federação, Salvador-BA. 2013. 283 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

REZENDE, S; HELLER, L. A formação da sociedade brasileira e a realização de ações sanitárias: Brasil colônia e primeira metade do império (século XVI até meados do século XIX). In: **O saneamento no Brasil**: políticas e interfaces. Belo Horizonte-MG: Editora UFMG, p. 83-113, 2008.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSEMBERG, F.; PINTO, R. P. Saneamento básico e raça. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**. São Paulo, v. 1 / 2, p. 23-38, 1995.

SANT'ANNA, W.; PAIXÃO, M. Desenvolvimento humano e população afrodescendente no Brasil: Uma questão de raça. **Proposta**. n.73, p.20 - 37, 1997.

SANTO, S. M. **A água em Feira de Santana**: uma análise do bairro Rocinha. 1995. 163 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

\_\_\_\_\_. O desenvolvimento urbano em Feira de Santana (BA). *Stientibus*. Feira de Santana, n. 28, p. 9-20, jan./jun. 2003.

SANTOS, E.; PINHO, J. A. G.; MORAES, L. R. S.; FISHER, T. **Caminho das águas em Salvador**. Bacias hidrográficas, bairros e fontes. Salvador: UFBA/CIAGS; SEMA, 2010.

SANTOS, F. S. **Relatório final de produção paradidático “Um quilombo chamado Rua Nova”**. 2016. 163f. Dissertação (Mestrado Profissional) – Programa de Pós-graduação em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2016.

SANTOS, J. A. dos. **Relevância de classes no debate das desigualdades**: classe social, gênero, intersecções. CEMARX. Anais: V Colóquio Internacional MarxEngels. Nov. 2007. Campinas-SP, 2007. Disponível em: <[http://www.unicamp.br/ce marx/anais\\_v\\_coloquio\\_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt4/sessao2/Juliana\\_Santos.pdf](http://www.unicamp.br/ce marx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt4/sessao2/Juliana_Santos.pdf)>. Acesso em: 17 mar. 2019.

SANTOS, R. E. O movimento negro e a luta pelas políticas de promoção da igualdade racial no Brasil. **Kwanissa**, São Luís, v.1 n.1, p.139-153, jan./jun. 2018.

SANTOS, R. V.; MAIO, M. C. Qual o retrato do Brasil? Raça, biologia identidade e política na era da genômica. In: **Raça: novas perspectivas antropológicas**. PINHO, O. A.; SANSONE, L. (Orgs). 2 ed. ver. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, 2008, p. 83-120.

SANTOS, S. A. dos. **Ação Afirmativa ou a Utopia possível: O perfil dos professores e dos pós graduandos e a opinião destes sobre Ações afirmativas para os negros ingressarem nos cursos de graduação da Unb. Relatório Final de Pesquisa**. Brasília: ANPED, 2º Concurso Negro e Educação, 2002. Não publicado.

SANTOS, S. B. dos. Famílias negras, desigualdades, saúde e saneamento básico no Brasil. **Revista Tempus Actas de Saúde Coletiva**, Brasília, v. 7, n. 2, p. 41-53, 2013.

SCOTT, Joan. Gênero - uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n.2, p.71-99, jul./dez. 1990.

SCRIPTORE, J. S.; AZZONI, C. R.; MENEZES-FILHO, N. A. Saneamento básico e indicadores educacionais no Brasil. **Department of Economics – FEA/USP. Working Paper**, n. 28, 2015.

SEYFERTH, G. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: **Raça, Ciência e Sociedade**. MAIO, M. C.; SANTOS, V. S. (Ogs.). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CCBB, 1996, 252p.

SILVA, C. R.; GOBBI, B. C.; SIMÃO A. D. O uso da análise de conteúdo como ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras-MG, v. 7, n.1, p. 70-81, 2005.

SILVA, M. A. S.; LACERDA, R. dos S.; ARAÚJO, E. M. de. Vulnerabilidade e violência em Feira de Santana (BA). In: ENCONTRO DE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR, III, 2012, Feira de Santana. **Anais...** Feira de Santana: UEFS, 2012, v. 2, p. 78-79.

SILVA, C. R.; SANCHES, M. S.; MILHIM, B. H. G. A.; ROCHA, S. P. D.; PELAYO, J. S. Avaliação da presença e quantificação de coliformes totais e *Escherichia coli* em amostras de água destinada ao consumo humano proveniente de poços artesianos. **Semina: Ciências Biológicas e da Saúde**. Londrina, v. 40, n. 2, p. 129-140, jul./dez. 2019.

SILVEIRA, J. Os planos de saneamento para Salvador e a modernização da cidade:1890-1960. In: **Impactos de um programa de saneamento ambiental na saúde: fundamentos**

teóricos-metodológicos e resultados de pesquisa interdisciplinar. In: REGO, R. C. F.; BARRETO, M. L.; LARREA-KILINGER, C. (Orgs.). Salvador: EDUFBA, p. 35-64, 2018.

SODRÉ, M. **O terreiro e a cidade**: a forma social negro-brasileira. Petrópolis: Vozes, 1988.

SOUZA, J. G. de. Desigualdade de gênero: a participação feminina na política brasileira. **Direito UNIFACS**, v. 1, p. 4-31, 2019.

STRAUSS, L. **Olhar, Escutar, Ler**. Tradução Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

TELLES, E. Repensando as relações de raça no Brasil. **Teoria e Pesquisa**, n.42 e 43, jan./jul. 2003.

THERBORN, G. Os campos de extermínio da desigualdade. Tradução da **Revista Soundings**, 2009, n.2, **Novos Estudos-CEPRAP**, 87, p.145-156, 2010.

TILLY, C. Historical perspectives on inequality. In: **The Blackwell companion to social inequalities**. ROMERO, M.; MARGOLIS, E. (Org.). Washington: Ed. Blackwell Publishing Ltd., p.15-30, 2005.

TRAD, L. A. B. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisa de saúde. **Physis – Revista de Saúde Coletiva**, v.19, n.3, p. 777-796, Rio de Janeiro, 2009.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AOS MORADORES DO BAIRRO RUA NOVA

- 1) Como se deu a formação do bairro em relação ao abastecimento de água e ao esgotamento sanitário?
- 2) Em sua casa o abastecimento de água pela Embasa é contínuo?
- 3) Qual a solução encontrada por vocês moradores quando o abastecimento de água não é contínuo (intermitente)?
- 4) Em seu terreno há alguma solução alternativa individual de abastecimento de água? Por exemplo: bica, cisterna, poço raso ou artesiano.
- 5) Em sua residência para onde vai o esgoto? Por exemplo: fossa, canal de drenagem, rede coletora de esgoto, rio/córrego.
- 6) Alguém na sua casa já teve Dengue, Zika ou Chikungunya nos últimos 6 meses? Você sabe o que causou essa(s) doença(s)?
- 7) Alguma criança da casa já apresentou diarreia nos últimos 3 meses a 6 meses? Você sabe o que causou a diarreia?
- 8) Qual a sua relação de pertencimento com o bairro Rua Nova?
- 9) Você considera que o bairro Rua Nova é um bairro negro?
- 10) Como você percebe a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestado pela Embasa no bairro Rua Nova?
- 11) Como é a atuação da Embasa para resolver os problemas de água e esgoto no bairro?

## APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**ESCOLA POLITÉCNICA**  
**MESTRADO EM MEIO AMBIENTE, ÁGUAS E SANEAMENTO**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado (a) senhor (a), você está sendo convidado (a) para participar de forma voluntária da pesquisa intitulada “**Desigualdade racial no atendimento aos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário na área urbana de Feira de Santana – BA**”, que tem por objetivo investigar as desigualdades raciais no atendimento da prestação dos serviços públicos de água e esgoto realizado pela Embasa para a população negra em Feira de Santana-Bahia. Sua participação nessa pesquisa tem fundamental importância para esclarecimentos sobre como a população do bairro Rua Nova é atendido pela empresa concessionária estadual que opera os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Ressaltamos que para a fidelidade da reprodução da interação, para posterior análise, será necessária a gravação e discussão, para o que solicitamos a sua autorização. A gravação e todos os registros serão mantidos em sigilo e de posse do pesquisador, conforme recomenda a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Observa-se ainda que as informações obtidas na pesquisa são confidenciais, ou seja, a identidade e privacidade dos participantes serão respeitadas. Asseguramos que a pesquisa não apresenta qualquer tipo de risco ou constrangimento e, em caso de recusa ou de desistência ao longo da pesquisa, não haverá problema algum.

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa o (a) senhor (a) poderá entrar em contato com o pesquisador responsável por meio do telefone (75) 99108-9159 e pelo e-mail: thiago.ambientalista@gmail.com.

Declaro estar ciente de que entendo os objetivos e condições de participação na pesquisa e concordo em participar.

Feira de Santana, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura do (a) participante

Assinatura do pesquisador  
Thiago Assunção dos Santos

Assinatura do Orientador  
Prof. Dr. Luiz Roberto Santos  
Moraes

## ANEXOS

## ANEXO A – LAUDO DE RESULTADO DE ANÁLISE DE AMOSTRA DE ÁGUA DE POÇO RASO, BAIRRO RUA NOVA, FEIRA DE SANTANA-BAHIA

**DELTALAB**

**Deltalab – Laboratório de Análises Ambientais**  
 CNPJ 19.539.800/0001-03. Alvará DIVISA nº 355/2019  
 Rua Carlos Alberto, 678, Cidade Nova, Feira de Santana-BA.  
 CEP 44053-268 Tel: (75) 3485-5662  
[www.deltalaboratorio.com](http://www.deltalaboratorio.com) [contato@deltalaboratorio.com](mailto:contato@deltalaboratorio.com)

**RELATÓRIO DE ENSAIOS N° 313/20**

DADOS DO CLIENTE		
Cliente: THIAGO ASSUNÇÃO DOS SANTOS	Proposta: -	
Endereço: Rua São Raimundo do Menil, 308, Campo Limpo, Feira de Santana - BA		
Solicitante: Thiago	Tel: (75)99120-2817	e-mail: <a href="mailto:eduardomiranda48@gmail.com">eduardomiranda48@gmail.com</a>
DADOS DA AMOSTRA		
Matriz: Água bruta – poço artesiano	Responsável pela coleta: Cliente	Data da coleta: 04/02/2020
Local de Coleta: Poço raso 09:10 (Caique)	Data da entrega: 04/02/2020	
Endereço: Rua Itororó, Bairro Rua Nova, Feira de Santana – BA		Data da emissão: 10/02/2020

**RESULTADOS****PARÂMETROS MICROBIOLÓGICOS**

Parâmetro	Resultado	Unid.	LQ/Faixa	Método	VMP	Data de Ensaio
Coliformes totais	presença	UFC/100 mL	PIA 100 mL	SM 9221 D,F	ausência	04/02/2020
<i>Escherichia coli</i>	presença	UFC/100 mL	PIA 100 mL	SM 9221 D,F	ausência	04/02/2020

LEGENDAS: UFC - Unidade Formadora de Colônia. LQ – Limite de Quantificação do método ou Faixa de Trabalho, quando aplicável. VMP – Valor Máximo Permitido. PIA – Presença/Ausência.

CONSIDERAÇÕES: Análise realizada de acordo com metodologia básica descrita no Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater, 22ª edição.

LEGISLAÇÃO: Valores de Referência estabelecidos na Portaria de Consolidação nº5/2017, anexo XX, que dispõe sobre os padrões de Potabilidade de água para consumo humano.

CONCLUSÕES: A amostra analisada NÃO ATENDE ao padrão Microbiológico de Potabilidade, conforme a Portaria de Consolidação nº5/2017, anexo XX, de acordo com os parâmetros analisados.

  
 Dra. Dália Ferreira  
 Bióloga  
 CRBio nº77.196/08-D

Documento verificado e aprovado por meios eletrônicos

O(s) resultado(s) se referem exclusivamente à amostra analisada.  
 Esse relatório só poderá ser reproduzido na sua totalidade.  
 O prazo para armazenamento das contraprovas válidas é de 07 dias corridos após emissão do relatório de ensaios.

ANEXO B – LAUDO COM RESULTADO DE ANÁLISE DE AMOSTRA DE ÁGUA DA  
BICA, NA RUA NOVA. FEIRA DE SANTANA-BAHIA



**DELTALAB**

Deltalab – Laboratório de Análises Ambientais  
CNPJ 19.539.800/0001-03. Alvará DIVISA nº 355/2019  
Rua Carlos Alberto, 678, Cidade Nova, Feira de Santana- BA.  
CEP 44053-268 Tel: (75) 3485-5662  
[www.deltalaboratorio.com](http://www.deltalaboratorio.com) [contato@deltalaboratorio.com](mailto:contato@deltalaboratorio.com)

**RELATÓRIO DE ENSAIOS N° 314/20**

DADOS DO CLIENTE		
Cliente: THIAGO ASSUNÇÃO DOS SANTOS	Proposta: -	
Endereço: Rua São Raimundo do Menil, 308, Campo Limpo, Feira de Santana - BA		
Solicitante: Thiago	Tel: (75)99120-2817	e-mail: eduardomiranda48@gmail.com
DADOS DA AMOSTRA		
Matriz: Água bruta – poço artesiano	Responsável pela coleta: Cliente	Data da coleta: 04/02/2020
Local de Coleta: Saída do poço	09:20 (Erica)	Data da entrega: 04/02/2020
Endereço: Rua Itororó, bairro Rua Nova, Feira de Santana – BA		Data da emissão: 10/02/2020

**RESULTADOS**

**PARÂMETROS MICROBIOLÓGICOS**

Parâmetro	Resultado	Unid.	LQ/Faixa	Método	VMP	Data de Ensaio
Coliformes totais	presença	UFC/100 mL	PIA 100 mL	SM 9221 D,F	ausência	04/02/2020
Escherichia coli	ausência	UFC/100 mL	PIA 100 mL	SM 9221 D,F	ausência	04/02/2020

**LEGENDAS:** UFC - Unidade Formadora de Colônia. LQ - Limite de Quantificação do método ou Faixa de Trabalho, quando aplicável. VMP - Valor Máximo Permitido. PIA - Presença/Ausência.

**CONSIDERAÇÕES:** Análise realizada de acordo com metodologia básica descrita no Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater, 22ª edição.

**LEGISLAÇÃO:** Valores de Referência estabelecidos na Portaria de Consolidação nº5/2017, anexo XX, que dispõe sobre os padrões de Potabilidade de água para consumo humano.

**CONCLUSÕES:** A amostra analisada NÃO ATENDE ao padrão Microbiológico de Potabilidade, conforme a Portaria de Consolidação nº5/2017, anexo XX, de acordo com os parâmetros analisados.

  
Dra. Dalila Ferreira  
Bióloga  
CRBio nº77.196/08-D

Documento verificado e aprovado por meios eletrônicos

O(s) resultado(s) se referem exclusivamente à amostra analisada.

Esse relatório só poderá ser reproduzido na sua totalidade.

O prazo para armazenamento das contraprovas válidas é de 07 dias contados após emissão do relatório de ensaios.